

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**MASCULINIZAÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL NO RIO
GRANDE DO SUL – ANÁLISE A PARTIR DOS
SISTEMAS AGRÁRIOS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Cassiane da Costa Rauber

Santa Maria, RS, Brasil

2010

**MASCULINIZAÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL NO RIO
GRANDE DO SUL – ANÁLISE A PARTIR DOS
SISTEMAS AGRÁRIOS**

por

Cassiane da Costa Rauber

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Extensão Rural**.

Orientador: Prof. José Marcos Froehlich

Santa Maria, RS, Brasil

2010

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**MASCULINIZAÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL NO RIO GRANDE DO
SUL – ANÁLISE A PARTIR DOS SISTEMAS AGRÁRIOS**

elaborada por
Cassiane da Costa Rauber

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Extensão Rural

Comissão examinadora:

José Marcos Froehlich, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Benedito da Silva Neto, Dr. (UFFS)

Joel Orlando Bevilaqua Marin, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 03 de Maio de 2010

À minha mãe ...

...Exemplo de mulher rural que cresci vendo tirar o leite, colher o fumo, arar a terra, capinar o milho, amassar o pão em casa, fazer a merenda na escola, lavar a roupa, dar atenção ao marido, dar colo às filhas (...) sempre com um sorriso no rosto...

...Dedico essa conquista com amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho certamente não teria sido produzido sem o apoio de algumas pessoas especiais. Sendo assim...

... agradeço primeiramente aos meus pais, Adão e Eracema, e às irmãs Adriana e Leandra, pelo apoio de todas as horas e pelos exemplos de honestidade e trabalho. Com vocês aprendi o valor da agricultura familiar e da família.

Ao meu marido Mathias Augusto, pela compreensão nos momentos em que estive ausente e pelo estímulo diário.

Ao orientador José Marcos Froehlich, pelos ensinamentos e orientação.

Aos docentes do PPGExR, pelos valiosos ensinamentos; em especial ao prof. Pedro Selvino Neumann, pela confiança e pelas oportunidades que me proporcionaram experiências fundamentais.

Aos colegas de curso, pelo convívio enriquecedor.

Aos sogros Cláudio e Marise, pelo apoio constante.

Ao prof. Ricardo Howes Carpes, pela disponibilidade e paciência na orientação estatística.

À profa. Gisele Martins Guimarães, por acreditar no meu potencial.

Ao prof. Paulo Roberto Silveira pelo incentivo.

À CAPES, pela bolsa concedida, apoio fundamental para a dedicação a esse trabalho.

Ao IBGE do RS, pela disponibilização dos dados.

A todas as pessoas que fazem parte da minha vida e compartilharam esta experiência...

... meus sinceros agradecimentos!

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

MASCULINIZAÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL – ANÁLISE A PARTIR DOS SISTEMAS AGRÁRIOS

AUTORA: CASSIANE DA COSTA RAUBER
ORIENTADOR: JOSÉ MARCOS FROELICH

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 03 de maio de 2010.

Esta dissertação teve por objetivo analisar o índice de masculinidade da população rural nos diferentes sistemas agrários do Rio Grande do Sul (Brasil), verificando suas eventuais particularidades e diferentes configurações. Para tanto, utilizou-se da sistematização e análise estatística de dados da Contagem Populacional do IBGE, referentes à população rural gaúcha por distrito em 1950 e por municípios em 2007. Foram calculados os Índices de Masculinidade da população rural total e em quatro faixas etárias (crianças; jovens; adultos e idosos). Para a aplicação do Teste de Kruskal-Wallis estes índices foram agrupados por sistema agrário (1 - Campanha, 2 - Serra do Sudeste, 3 - Depressão Central, 4 - Litoral Norte, 5 - Litoral Sul, 6 - Colônias Velhas, 7 - Campos de Cima da Serra, 8 - Colônias Novas e 9 - Planalto). Sobre os dados de 2007 também foi aplicado o Teste para a Diferença entre Duas Proporções. Verificou-se que, desde 1950, o processo de masculinização rural vem se intensificando no Rio Grande do Sul, todavia não é um processo que se dá de modo homogêneo em todo o Estado, apresentando comportamentos diferenciados conforme os diversos sistemas agrários. Em 1950 e 2007 destacavam-se como sistemas agrários mais masculinizados o 1 e o 5. Em 2007 também se intensifica o processo no 2 e no 7, sendo que em todos estes a pecuária extensiva é bastante representativa. Há uma tendência de diferenciação dos índices de masculinidade destes sistemas agrários com relação aos sistemas agrários 6, 8, 3 e 9. Os sistemas agrários 9 e 3, onde a produção mecanizada de soja e arroz é representativa, passam por uma transformação de comportamento no período, assumindo uma posição intermediária entre os altos índices de masculinidade das regiões pecuaristas e os baixos índices das Colônias, onde a agricultura familiar é característica. Também foi observado que não acontece diferenciação estatística entre os sistemas agrários nos estratos de crianças e jovens, enquanto que para a população adulta mostra-se uma clara diferenciação de comportamento conforme o sistema agrário. Esta diferenciação acentua-se entre a população idosa, sendo que neste caso os sistemas agrários assumem três comportamentos diferenciados: 1) predomínio feminino moderado nas regiões de agricultura familiar; 2) predomínio masculino moderado nas regiões de agricultura mecanizada; 3) predomínio masculino intenso nas regiões pecuaristas. Assim, a importância socioeconômica da agricultura familiar no sistema agrário, ou ainda, as características do processo produtivo, as relações de produção, a concentração fundiária e a intensidade dos principais sistemas de produção, parece condicionar o comportamento da masculinização rural, principalmente entre os idosos. A partir dos resultados da análise quantitativa voltou-se a realizar nova pesquisa bibliográfica, de caráter complementar, focando-se na verificação de quais alternativas à masculinização rural são cogitadas por autores e formuladores de políticas públicas recentemente no Brasil. Discute-se, então, à luz dos dados da pesquisa a pertinência e adaptabilidade destas alternativas cogitadas aos contextos dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul. Verificou-se que esta literatura apresenta discussões importantes, porém demasiado genéricas. Neste sentido, apontam-se algumas alternativas, ressaltando a necessidade de fortalecimento da agricultura familiar através da reforma agrária, principalmente em algumas regiões do Estado.

Palavras-chave: masculinização rural; sistemas agrários; população rural.

ABSTRACT

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

MASCULINIZATION OF THE RURAL POPULATION IN RIO GRANDE DO SUL- ANALYSIS FROM THE AGRARIAN SYSTEM

AUTHOR: CASSIANE DA COSTA RAUBER

ADVISER: JOSÉ MARCOS FROEHLICH

Date and Place of Defense: Santa Maria, May 03rd, 2010.

This study aimed to examine the masculinity index of the rural population in the different agrarian systems of Rio Grande do Sul (Brazil) verifying possible features and different settings. Systematic and statistical analysis of data from the IBGE Population Count referring to the rural population in Rio Grande do Sul by district in 1950 and by municipalities in 2007 were performed. Masculinity indices of the total rural population and of four age groups were calculated (children, young people, adults and seniors). For the application of Kruskal-Wallis test the rates were grouped by land system (1 – Campanha; 2 - Serra do Sudeste; 3 - Depressão Central; 4 – Litoral Norte; 5 – Litoral Sul; 6 – Colônias Velhas; 7 – Campos de Cima da Serra; 8 – Colônias Novas and 9 - Planalto). Regarding data from 2007, the Test for Difference between Two Proportions was applied. Since 1950 the process of rural masculinization has been intensifying in Rio Grande do Sul, however, it is not a process that takes place homogenously throughout the state, that is, it presents different behaviors depending on the different farming systems. In 1950 and 2007 the agrarian systems 1 and 5 were considered the most masculine. In 2007, the processes 2 and 7 also intensified, and in the cited systems the extensive livestock farming was highly representative. There is a tendency of differentiation in the indices of masculinity of these agrarian systems in relation to the systems 6, 8, 3, and 9. The agrarian systems 9 and 3, where the mechanized production of soybean and rice is representative, underwent a transformation in the behavior in the period, assuming an intermediate position between the high levels of masculinity in the cattle-raising region and low levels in the Colônias, where the family agriculture is a relevant. No significant differences were observed among the agrarian systems in the strata of children and young people, whereas for the adult population there was a clear differentiation of behavior. This differentiation is accentuated among the elderly, where the agrarian systems present three different behaviors: 1) moderate female predominance of family farming in the regions, 2) moderate male predominance in the region of mechanized agriculture, 3) intense male predominance in cattle-raising regions. Thus, the socioeconomic importance of family farming in the agrarian system, the characteristics of the production process, the relations of production, land concentration, and intensity of the main systems of production seem to influence the behavior of rural masculinization especially among the elderly. From the results of the quantitative analysis, a new literature review was performed as a complementary study, checking alternatives to rural masculinization suggested by different authors and policymakers in Brazil. Based on the research data we discussed the relevance and adaptability of these alternatives to the agrarian systems of Rio Grande do Sul. This literature presents important discussions, however it is too generic. In this sense, some alternatives have been suggested highlighting the need for strengthening family agriculture through land reform, especially in some regions in the state.

Keywords: rural masculinization; agrarian systems; rural population.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Regiões de estudo dos sistemas agrários do RS-Rural e categorias sociais predominantes.....	39
--	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Evolução da relação entre sexos da população rural do RS de 1950 a 2007	47
TABELA 2 – Z_{calc} do método de comparações múltiplas de Kruskal-Wallis para os índices de masculinidade nos sistemas agrários do RS em 1950.....	48
TABELA 3 – Z_{calc} do método de comparações múltiplas de Kruskal-Wallis para os índices de masculinidade nos sistemas agrários do RS em 2007.....	49
TABELA 4 – Índices de masculinidade médios, geral e por faixa etária, para a população rural dos Sistemas Agrários do RS em 1950 e 2007	56
TABELA 5 – Z_{calc} do método de comparações múltiplas de Kruskal-Wallis para os índices de masculinidade da população rural de 0 a 14 anos dos sistemas agrários do RS	59
TABELA 6 – Z_{calc} do método de comparações múltiplas de Kruskal-Wallis para os índices de masculinidade da população rural de 15 a 24 anos dos sistemas agrários do RS	62
TABELA 7 – Z_{calc} do método de comparações múltiplas de Kruskal-Wallis para os índices de masculinidade da população rural de 25 a 59 anos dos sistemas agrários do RS	63
TABELA 8 – Z_{calc} do método de comparações múltiplas de Kruskal-Wallis para os índices de masculinidade da população rural de 60 ou mais anos nos sistemas agrários do RS	67

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Estratificação dos municípios gaúchos contemplados na Contagem Populacional 2007 por sistemas agrários.....	91
APÊNDICE B – Teste de normalidade liliefors para a distribuição dos índices de masculinidade da população rural do RS por sistemas agrários em 2007.....	95
APÊNDICE C – Teste de normalidade liliefors para a distribuição dos índices de masculinidade da população rural do RS por sistemas agrários em 1950.....	96
APÊNDICE D – Teste de comparação entre duas proporções para os índices de masculinidade da população rural da Campanha por faixa etária.....	97
APÊNDICE E – Teste de comparação entre duas proporções para os índices de masculinidade da população rural da Serra do Sudeste por faixa etária	98
APÊNDICE F – Teste de comparação entre duas proporções para os índices de masculinidade da população rural da Depressão Central por faixa etária	99
APÊNDICE G – Teste de comparação entre duas proporções para os índices de masculinidade da população rural do Litoral Norte por faixa etária.....	100
APÊNDICE H – Teste de comparação entre duas proporções para os índices de masculinidade da população rural do Litoral Sul por faixa etária	101
APÊNDICE I – Teste de comparação entre duas proporções para os índices de masculinidade da população rural das Colônias Velhas por faixa etária.....	102
APÊNDICE J – Teste de comparação entre duas proporções para os índices de masculinidade da população rural dos Campos de Cima da Serra por faixa etária	105
APÊNDICE K – Teste de comparação entre duas proporções para os índices de masculinidade da população rural das Colônias Novas por faixa etária	106
APÊNDICE L – Teste de comparação entre duas proporções para os índices de masculinidade da população rural do Planalto por faixa etária	109

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Índices de masculinidade da população urbana e rural latinoamericana 1970-2025	112
ANEXO B – Índices de masculinidade da população urbana e rural do Brasil 1970-2025	113
ANEXO C – Mapa da regionalização do Rio Grande do Sul por sistemas agrários	114

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
2.1 Estudos populacionais: conceito e breve histórico.....	19
2.2 A configuração populacional do rural brasileiro: a evolução do êxodo rural.....	22
2.3 A masculinização como uma das novas faces da dinâmica populacional.....	25
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	35
3.1 A formação dos sistemas agrários do RS.....	35
3.2 Apresentação da regionalização contemporânea do RS por sistemas agrários.....	38
3.3 Procedimentos metodológicos adotados.....	42
3.3.1 Análise histórica da masculinização no RS.....	42
3.3.2 Sistematização de dados secundários.....	43
3.3.3 Cálculo do Índice de Masculinidade	44
3.3.4 Teste de Kruskal-Wallis.....	44
3.3.5 Teste para a Diferença entre Duas Proporções.....	45
3.3.6 Pesquisa Bibliográfica.....	46
4 O ÍNDICE DE MASCULINIDADE NOS SISTEMAS AGRÁRIOS GAÚCHOS.....	47
4.1 Masculinização rural e modernização agrícola: relação existente?.....	52
4.2 O índice de masculinidade nas diferentes faixas	

etárias.....	57
5 ANÁLISE DE ALTERNATIVAS À MASCULINIZAÇÃO RURAL NOS SISTEMAS AGRÁRIOS DO RS.....	69
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	83
APÊNDICES.....	90
ANEXOS.....	111

1 INTRODUÇÃO

O espaço rural vem sendo um cenário fértil de transformações, principalmente transcorridas no período da última metade do século XX. As sociedades passaram a mostrar uma preocupação crescente com a sustentabilidade deste meio, em suas diversas dimensões: ambiental, econômica, cultural, social etc. Todavia, os pesquisadores do mundo rural, particularmente os brasileiros, ainda dedicam pouca atenção para a desestruturação do tecido social rural advinda do chamado êxodo rural seletivo, que desequilibra a composição populacional rural em termos de idade e gênero. A população rural contemporânea tende a apresentar características como a masculinização e o envelhecimento. Embora estes processos ocorram com diferentes intensidades, conforme as regiões e países, parece que deixaram de ser recorrentes apenas em países europeus, como França e Espanha, passando a tomar intensidade e, por vezes, contornos dramáticos também em países como o Brasil.

Ao passar pelos processos de modernização agrícola e urbanização, a dinâmica populacional refletiu e ainda reflete, de forma drástica, as transformações daí advindas. O êxodo rural de famílias no Brasil configurou-se durante décadas como um dos mais sérios condicionantes do futuro destas áreas e populações. Este processo, entretanto, perdeu intensidade após a expulsão de grande parte da população rural para os centros urbanos. Atualmente, embora ainda de pouca expressão, a pesquisa sobre demografia rural contemporânea volta-se sobre o caráter de seletividade do êxodo rural, ou seja, o êxodo predominante de jovens e mulheres, e os conseqüentes processos de envelhecimento e masculinização da população que permanece no rural¹. A gravidade do processo de masculinização rural está nas implicações da diminuição da presença feminina neste contexto social, seja em questões pontuais, como a perda de qualidade na alimentação, ou em questões gerais e mais graves, como a modificação da forma de viver das comunidades, o comprometimento da formação da família e, portanto, da sucessão dos estabelecimentos e, mesmo, o comprometimento da sustentabilidade social

¹ Na seqüência deste trabalho 'masculinização da população rural' será simplificado pela expressão 'masculinização rural', já que este termo é comumente utilizado por pesquisadores do tema, como Rioja et al. (2009), Camarano e Abramovay (1999) e Anjos e Caldas (2005).

destes territórios.

A seletividade feminina do êxodo rural, principal causa da masculinização rural, costuma receber várias explicações por parte dos estudiosos da temática. Entre elas pode-se citar que o patriarcado é mais evidente nas condições rurais, determinando culturalmente ao homem o papel produtivo, da lavoura e da lida campeira, e à mulher o reprodutivo, dos afazeres domésticos e do cuidado dos filhos, no interior dos estabelecimentos, sendo que o homem assume a posição de chefe da casa² (RIOJA, 2009). Na prática a mulher também desempenha rotineiramente trabalhos produtivos, principalmente na agricultura familiar, mas tem, muitas vezes, o seu trabalho desvalorizado. As moças são socializadas para a valorização do estudo e à preparação para a vida urbana. A modernização agrícola, ao diminuir drasticamente a necessidade de mão-de-obra, colaborou ainda mais com a separação da mulher do trabalho produtivo (BRUMER, 2004). A dificuldade do acesso à terra, devido à herança que privilegia os filhos homens, também teria grande influência neste processo (PAULILO, 2004).

Estas explicações são fundamentadas e importantes, entretanto, carregam um caráter genérico, não conseguindo responder questões essenciais como: por que em alguns lugares as mulheres rurais migram mais? Por que algumas áreas são mais masculinizadas que outras?

Da mesma forma que o próprio espaço rural, as relações sociais que se estabelecem nos diferentes grupos sociais também são heterogêneas. Assim, a forma de viver da mulher rural sofre interferências de diversos fatores locais, variando conforme a região ou o país (BRUMER, 1996). A masculinização rural, por consequência, pode se manifestar de diferentes formas, conforme o contexto de cada região. No Brasil, o processo de masculinização rural acontece com intensidade diferente nas Regiões Sul, Sudeste, Nordeste, Norte e Centro-Oeste (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999). Dentro do Rio Grande do Sul também se apresenta uma variação (BRUMER, 1996). Direcionando o foco do estudo para uma escala territorial menor, Froehlich e Rauber (2009) reforçaram esta constatação, agora com relação à população rural idosa na Região Central do Estado do RS. Estes estudos apenas apontam, mas não aprofundam a questão, mostrando a necessidade de uma análise mais sistemática de como se dá essa relação. Na

² Embora esta situação venha sendo modificada nas últimas décadas, parece ser ainda bastante presente no contexto rural brasileiro.

verdade, a literatura brasileira sobre masculinização rural ainda é recente, esgotando-se neste ponto.

Um estudo recente sobre esta temática na Espanha apontou para a falta de mobilidade e a presença representativa da agricultura familiar como fatores agravantes do êxodo feminino e, conseqüentemente, da masculinização rural. Entretanto, a realidade rural deste país é muito diferente da brasileira, sendo que até mesmo o conceito de população rural é distinto³. No rural espanhol, as atividades não-agrícolas são muito mais representativas do que no rural brasileiro, entre outros fatores. Assim, esta constatação explicativa pode ser inadequada para a realidade do Brasil.

A partir destas constatações começa a se estruturar uma problemática de pesquisa, pois se torna necessário investigar, na realidade brasileira, as diferentes configurações assumidas pela masculinização rural conforme a região. A regionalização por sistemas agrários parece ser uma das formas apropriadas para este estudo, já que busca oferecer elementos para auxiliar na explicação do porquê desta diferenciação. “Um sistema agrário é, antes de tudo, um modo de exploração do meio historicamente constituído e durável, um sistema (técnico) de forças produtivas, adaptado às condições bioclimáticas de um espaço dado, compatível com as situações e necessidades sociais do momento” (MAZOYER, 1987, s/p. apud DUFUMIER, 2007, p. 62).

Assim, esta regionalização contempla as especificidades históricas e as diferenciações geográficas da agricultura, considerando, assim, as condições agroecológicas e o sistema social produtivo no estabelecimento das regiões (SILVA NETO e BASSO, 2005). A preocupação com a evolução histórica e ambiental de cada região torna a metodologia adequada ao estudo das características do espaço rural contemporâneo e de processos atuais, como a masculinização rural. Além disso, a regionalização por sistemas agrários foi utilizada no estudo de Froehlich e Rauber (2009), onde apareceram indícios da relação entre o sistema agrário e o comportamento da masculinização rural na região central do RS.

No Estado do Rio Grande do Sul existe uma regionalização por sistemas

³ ‘População rural’ no Brasil nos censos de 1950, 1960 e 1970 referia-se à população que vivia fora das cidades e vilas. A partir do Censo de 1991 o conceito passou a se referir à população recenseada fora dos limites das áreas urbanas, incluindo os aglomerados rurais (CENTRO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO DE DEMOGRAFÍA, 2005). Já na Espanha estabelece-se ‘população rural’ como a população dos municípios com menos de 10.000 habitantes (RIOJA et al., 2009).

agrários, feita a partir de um projeto de pesquisa e publicada em Silva Neto e Basso (2005), a qual pode ser utilizada como referência para esta abordagem. Desta forma, a problemática da presente pesquisa pode ser expressa mediante duas questões pertinentes: existe uma relação entre sistema agrário e masculinização rural recorrente no Estado do RS? Caso ocorra, quais suas peculiaridades e diferentes configurações?

Nesta perspectiva, adotou-se como objetivo geral deste estudo analisar o índice de masculinidade da população rural nos diferentes sistemas agrários do RS, verificando suas eventuais particularidades e diferentes configurações. Já como objetivos específicos, propõem-se:

- Avaliar a relação entre a regionalização por sistemas agrários do Estado do RS e a variação do índice de masculinidade no período compreendido entre a década de 1950 e 2007;
- Investigar os grupos de idade onde o processo de masculinização rural concentra-se nas diferentes regiões gaúchas;
- Analisar, à luz da literatura sobre a temática, a adequação de alternativas cogitadas para o enfrentamento da masculinização rural nos diferentes sistemas agrários do RS.

O presente estudo justifica-se pela relevância social da problemática, conforme já foi mencionado, bem como pela contribuição à incipiente literatura brasileira sobre o processo de masculinização rural. Assim, a necessidade deste estudo fundamenta-se na constatação da existência de uma lacuna na pesquisa brasileira sobre o tema, posto não abordar a diferenciação regional do processo, e na inadequação dos resultados de pesquisas internacionais sobre esta diferenciação à realidade brasileira. A investigação desta tendência de diferenciação regional da masculinização rural no RS pode colaborar com a orientação de políticas públicas específicas para cada região do Estado, contemplando focadamente o problema no âmbito de cada contexto e dinâmica social.

Além disto, esta pesquisa agrega a discussão sobre a configuração populacional à regionalização por sistemas agrários do Rio Grande do Sul. A regionalização feita por Silva Neto e Frantz (2005) considera aspectos naturais, históricos e produtivos para a divisão do Estado do RS em nove regiões. A estrutura da população rural, embora seja importantíssima, foi praticamente desconsiderada. Esta agregação pode enriquecer a regionalização no aspecto social, ao contemplar

o processo de masculinização rural. Assim, o presente trabalho pode influenciar na inclusão do fator em novas propostas de regionalização por sistema agrário, ou no aperfeiçoamento das existentes.

Cabe ainda nesta seção apresentar a estrutura do trabalho. Esta dissertação está organizada em seis capítulos, além desta introdução. Na introdução é feita uma abordagem genérica sobre o processo de masculinização rural, mencionando a situação atual da pesquisa sobre o tema. Aborda-se também a problemática de pesquisa, os objetivos gerais e específicos do estudo e a sua justificativa.

No segundo capítulo está o referencial teórico que sustenta o trabalho. Apresentam-se os conceitos envolvidos nos estudos de populações e um breve histórico desse tipo de estudo e suas principais abordagens teóricas. Também é apresentada a dinâmica populacional do rural brasileiro nas últimas décadas a partir do êxodo rural e, posteriormente, da masculinização rural. Ainda são discutidos elementos sobre o papel da mulher no espaço rural e as motivações apontadas pela literatura para a seletividade feminina do êxodo rural.

No capítulo 03 estão os aportes metodológicos do trabalho. Inicialmente mostra-se a formação dos sistemas agrários do RS, bem como a regionalização atual. Na sequência do capítulo são enumerados os procedimentos metodológicos utilizados: sistematização e análise estatística de dados da Contagem Populacional do IBGE referentes à população rural gaúcha dos distritos em 1950 e de 484 municípios em 2007; cálculo dos Índices de Masculinidade da população total e em quatro faixas etárias (0 a 14; 15 a 24; 25 a 59; 60 ou mais anos) para cada distrito em 1950 e cada município em 2007. Também foi feito o agrupamento desses índices por sistema agrário para a aplicação do Teste de Kruskal-Wallis para a população total e nas quatro faixas etárias, e para a aplicação do Teste para a Diferença entre Duas Proporções para os dados de 2007. Ainda foi realizada, de forma complementar, uma pesquisa bibliográfica sobre alternativas à masculinização rural no Brasil.

No quarto capítulo mostra-se o desenvolvimento do processo de masculinização rural nos nove sistemas agrários do Estado (1 - Campanha, 2 - Serra do Sudeste, 3 - Depressão Central, 4 - Litoral Norte, 5 - Litoral Sul, 6 - Colônias Velhas, 7 - Campos de Cima da Serra, 8 - Colônias Novas e 9 - Planalto). A partir do histórico desse processo nas últimas décadas, parte-se para a sua abordagem contemporânea na população rural gaúcha, população total e em diferentes grupos

de idade. Ainda é problematizada a influência da modernização agrícola na intensificação da masculinização rural em alguns sistemas agrários do RS.

No capítulo 05 estão os resultados da pesquisa bibliográfica, onde se discute alternativas à masculinização rural que são cogitadas pelos autores e formuladores de políticas públicas recentemente no Brasil, bem como a adaptabilidade dessas alternativas aos contextos dos sistemas agrários gaúchos. É dado destaque às políticas públicas relacionadas ao acesso à terra, crédito, infra-estrutura, apoio às atividades não-agrícolas e ao empoderamento feminino.

Por fim, nas considerações finais, são relacionados os principais resultados da pesquisa, bem como, a partir destes, são tecidas algumas considerações sobre a contribuição da dissertação à temática da masculinização rural no Brasil. Ademais, foi feita uma análise sobre o alcance dos objetivos propostos e a sugestão de tópicos para a continuidade desta linha temática de pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Estudos populacionais: conceito e breve histórico

A demografia é uma ciência histórica e socioeconomicamente importante, sua existência é tão antiga que se confunde com a história das civilizações. De maneira genérica podemos dizer que “la demografia es el estudio científico de la población” (HAUPT e KANE, 2003, p.02). Este conceito pode ser complementado com as informações de Carvalho, Sawyer e Rodrigues (1998, p.06 e 07)

Demografia (dêmos=população, *graphein=estudo*) refere-se ao estudo das populações humanas e sua evolução temporal no tocante a seu tamanho, sua distribuição espacial, sua composição e suas características gerais.(...) a Demografia trata dos aspectos estáticos de uma população num determinado momento - tamanho e composição -, assim como também da sua evolução no tempo e da inter-relação dinâmica entre as variáveis demográficas.

As principais variáveis demográficas são tamanho da população⁴; distribuição por sexo, idade, estado conjugal; distribuição segundo região geográfica de residência atual, anterior e de nascimento; natalidade, fecundidade e mortalidade (CARVALHO, SAWYER e RODRIGUES, 1998). A análise demográfica tem um potencial explicativo restrito, entretanto pode-se recorrer à incorporação de outras variáveis, externas às demográficas, para melhorar essa situação, através dos estudos populacionais. Assim os estudos de populações agregam variáveis sociais, econômicas, políticas, biológicas, genéticas, geográficas, entre outras, às variáveis demográficas (PATARRA, 1991).

Os estudos populacionais, desta forma, adquirem características essenciais para a compreensão de processos que envolvam populações humanas. Como as demais populações, as humanas não constituem uma realidade fechada, pelo contrário, são muitos os fatores externos que influenciam no crescimento, diminuição ou alteração das características de um grupo de pessoas em um determinado lugar,

⁴ População, conforme Haupt e Kane (2003), é um grupo de objetos ou organismos da mesma espécie. Delimitando o amplo campo de análise deste conceito, o interesse deste trabalho refere-se às populações humanas.

além das variáveis demográficas. Buscar a reflexão da realidade, o contexto de determinada questão demográfica a ser estudada é, portanto, essencial para a qualidade da pesquisa. Para Renner e Patarra (1991) a dinâmica populacional precisa ser bem compreendida e traduzida em dados que permitam uma opção consciente pela adequação da população à estrutura econômica vigente ou adequação dessa estrutura às necessidades da população.

O estudo da estrutura por idade e sexo da população é comumente utilizado na demografia. Estas variáveis demográficas são especialmente importantes porque determinam em grande parte a evolução da população, quanto ao seu crescimento ou não. A estrutura por sexo influi diretamente na formação da família, célula base da sociedade. A medida mais utilizada no seu estudo é a razão por sexo, sendo que seu resultado é denominado índice de masculinidade (ver item 3.2.3). Esta medida é útil para comparar populações com diferentes tamanhos quanto à estratificação por homens e mulheres (BERQUÓ, 1991). Geralmente o índice de masculinidade ao nascer aponta para leve predomínio masculino, conforme Henry (1977), o que varia ao longo das fases da vida e das diferentes realidades. O índice decresce entre a população idosa, já que a expectativa de vida feminina é maior do que a masculina (GOLDANI, 1999).

A população adequada é, para Camargo (1991), um pré-requisito à continuidade da sociedade. Os determinantes sociais e econômicos podem, com o tempo, modificar a configuração populacional e, da mesma forma, o contingente populacional pode contradizer os sistemas econômico e social. Observando a importância e a complexidade da questão, muitos estudiosos dedicaram-se, ao longo dos séculos, ao estudo das populações, formulando teorias populacionais em conformidade com a forma de entender a sociedade da qual faziam parte.

A demografia inicia sua história como ramo da economia; conseqüentemente, por muito tempo, os seus estudiosos foram economistas. Um enfoque especial era dado à relação entre o crescimento da população e o desenvolvimento econômico. Szmrecsányi (1991) apresenta valiosas informações que permitem traçar uma linha evolutiva das principais teorias populacionais. Conforme este autor, destacam-se como clássicos nos estudos econômicos-demográficos Adam Smith (1723-1793), Thomas Robert Malthus (1766-1834) e Karl Marx (1818-1883).

Smith apontava que os pobres teriam maiores taxas de natalidade e mortalidade. A população humana cresceria conforme a disponibilidade dos meios

de subsistência. Assim, defendia de forma otimista que o crescimento da população seria indício de crescimento econômico. Já Malthus desenvolveu uma teoria oposta a essa. Para ele o crescimento da população é limitado pelos meios de subsistência. Enquanto estes meios cresceriam em proporção aritmética, a população tenderia a multiplicar-se em progressão geométrica. O controle só poderia ser dado por três caminhos: os vícios, a miséria e o que chamava de 'controle moral'. Malthus então propôs o controle da natalidade, pois a distribuição de riquezas não seria o causador dos problemas e sim a alta taxa de natalidade (SZMRECSANYI, 1991).

Estas duas abordagens são fortemente criticadas por Marx. Para este, cada sistema econômico teria a sua lei de população. Ele reconhece a relação entre a acumulação do capital e o crescimento do proletariado, mas defende que ela não é direta. Para Marx a formação do exército de reserva é inerente e necessária ao capitalismo. Com grandes excedentes de mão-de-obra o capitalismo controlaria a pretensão salarial e manteria o nível da exploração do trabalho e da acumulação do capital (SZMRECSANYI, 1991).

No período em que aparece a escola neoclássica, a demografia torna-se uma ciência com vida própria, separando-se, pelo menos formalmente, da economia. Os adeptos dessa escola têm um pensamento mais homogêneo do que os clássicos. Eles defendem as idéias de Smith e Malthus, principalmente do último, no chamado neomalthusianismo. No início do século XX, a questão populacional 'sai de moda'. Há uma melhoria nas técnicas de análise de dados e os censos tornam-se mais comuns, mas a questão retorna às discussões em 1930, agora em dois blocos, dos países desenvolvidos e dos em desenvolvimento, sendo que o fortalecimento da necessidade do controle da natalidade apresenta-se com força nos dois casos (SZMRECSANYI, 1991). Nas últimas décadas do século XX ocorre a fase final da transição demográfica⁵, vivenciada em vários países, que provoca o envelhecimento populacional, principalmente nos países ditos desenvolvidos; havendo, inclusive, a criação de incentivos para aumentar a taxa de natalidade.

No espaço rural contemporâneo a preocupação não é com o controle populacional, pelo contrário, as conseqüências de longos períodos de descaso

⁵ A transição demográfica refere-se ao processo de transformação da configuração populacional vivenciado em diferentes períodos e intensidade pelos países. O equilíbrio das altas taxas de natalidade e de mortalidade é paulatinamente modificado pela forte diminuição dessas taxas (HAUPT e KANE, 2003). Desta forma a população que tinha altos percentuais de crianças e jovens, reduz o percentual de crianças e aumenta o de idosos, em um processo que tende ao envelhecimento populacional.

público, condições adversas e os impactos de um modelo urbano-industrial de vida predominante, levaram à transferência de um grande contingente populacional para os centros urbanos, provocando o desequilíbrio da estrutura populacional e a gradual evasão humana destes territórios. A população rural foi drasticamente reduzida no último século através do êxodo rural. Além disso, o êxodo seletivo tem desequilibrado a composição etária e por sexo desta população, promovendo os processos de masculinização e envelhecimento da população rural. No Brasil, o histórico do êxodo rural guarda especificidades que serão tratadas no próximo item.

2.2 A configuração populacional do rural brasileiro: a evolução do êxodo rural

A industrialização modificou a configuração populacional dos países, aumentando sua população total, reduzindo drasticamente sua população rural e concentrando grande parte desta população em centros urbanos. Conforme Renner e Patarra (1991), antes da formação do sistema capitalista europeu, a maior parte da população do continente vivia e morria na mesma região ou mesmo localidade (paróquia) onde nascia. Para Lênin (1899), é própria do capitalismo a necessidade de transformação do camponês em assalariado, que seja produtivo e que consuma, conformando um processo de formação do mercado interno para o crescimento industrial, em geral concentrado em cidades.

Em alguns países houve um processo relativamente organizado de transferência de pessoas para as cidades. Nos Estados Unidos da América, por exemplo, a massa de trabalhadores advindos do rural atraídos para as indústrias foi quase que toda incorporada ao mercado de trabalho, dinamizando a economia como um todo. Na industrialização brasileira, iniciada na década de 1930, houve o deslocamento maciço de mão-de-obra rural para as cidades, formando um expressivo exército de reserva que servia para baratear os salários pagos aos trabalhadores e permitia maior acumulação de capital. O resultado foi a favelização periférica dos centros urbanos em razão da alocação da mão-de-obra excedente. Fonseca (1985) lembra que a favelização do Rio de Janeiro teve início com

agricultores de Minas Gerais. Além da industrialização, a modernização agrícola⁶ também foi responsável pela expulsão de um grande contingente de agricultores brasileiros. A tentativa de industrialização do processo produtivo agrícola através da difusão tecnológica, da adoção de maquinários e insumos externos não era adequada à realidade brasileira. A opção por essa via buscando poupar mão-de-obra é arbitrária, já que esse era um fator de produção com alta disponibilidade no país (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

Uma excelente síntese do histórico regional do êxodo rural brasileiro pode ser encontrada em Camarano e Abramovay (1999), analisando o período compreendido entre as décadas de 1950, 1960, 1970, 1980, e grande parte da década de 1990. Os autores utilizam dados secundários para analisar os aspectos da migração da população rural cada uma das cinco regiões brasileiras. Os principais resultados deste trabalho estão resumidos na sequência.

Na classificação dos autores o primeiro ciclo regional de movimentação rural-urbana é na década de 1950, o 'modelo pau-de-arara'. Nesta década predominou a migração nordestina, sendo que a região perdeu quase um terço da população rural nesse período. A situação também foi bastante representativa para a região Sudeste, com o diferencial de que a população que saía do espaço rural ficava no mesmo Estado, aumentando as suas áreas metropolitanas. As regiões Norte e Centro-Oeste respondem por um pequeno percentual das migrações devido ao baixo contingente populacional dessas áreas, embora tivessem perdido quase 20% de seus habitantes rurais na década. A região Sul, embora tenha perdido 18,9% da população rural não teve muita representatividade nas migrações brasileiras do período. Enquanto algumas regiões gaúchas expulsavam pessoas para as cidades, as regiões sudoeste e norte do Paraná e a região oeste de Santa Catarina recebem novos agricultores, em geral vindos do Alto Uruguai do RS. A alta taxa de natalidade e relativamente baixa de mortalidade auxiliaram na diminuição da gravidade do processo nesse período (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999).

A década de 1960 é chamada pelos autores de 'aceleração do declínio caipira'. A principal marca desse período é a desruralização do Sudeste, que perdeu praticamente a metade de sua população rural para as cidades. Os fatores de

⁶ Processo de integração técnica-agricultura-indústria, onde a indústria se aproxima do rural, seja pela utilização massiva de maquinários e insumos industriais para o aumento da produtividade no campo ou pela aproximação entre produção primária e vários ramos industriais (DELGADO, 2001).

atração das cidades em crescimento nesse período tiveram papel fundamental nessa situação, bem como as mudanças técnicas na agricultura regional, principalmente em São Paulo. Somente na década de 1960 a maioria dos migrantes não é nordestina. A diminuição das secas no período e o fim das obras rodoviárias da década anterior colaboraram para essa diminuição (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999).

A década de 1970 têm como característica 'o Sul em busca do Norte'. As Regiões Nordeste e Sudeste continuam a encabeçar a lista de diminuição da população rural. Entretanto é o comportamento da região Sul que chama a atenção no período, pois há a diminuição de quase metade da população das áreas rurais da região. Os incentivos à modernização agrícola são os responsáveis pela situação, que expulsa principalmente os agricultores familiares. Também colaborou a dificuldade de criação de novas unidades produtivas, já que havia um grande número de jovens no período. Assim, um grande número de migrantes da região Sul opta pela vida na região Norte. A região Centro-Oeste também perdeu bastante agricultores nessa década. De forma geral, inicia-se um processo de redução das taxas de natalidade nas áreas rurais brasileiras nessa década, principalmente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Essa redução provocou, em médio prazo, a diminuição do êxodo rural em números absolutos (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999).

Na década de 1980, ocorreu uma representativa redução da população rural da região Centro-Oeste. A expansão da fronteira agrícola em direção à região modificou a sua dinâmica produtiva, numa aposta subsidiada pelo Estado, com base na soja e na pecuária de corte. Estas atividades não tinham uma alta demanda por mão-de-obra, pelo contrário, provocaram a saída de 48,8% da população rural da região. Ainda assim, foi novamente a região Nordeste que teve o êxodo rural mais intenso. A novidade nessa região é que agora o destino dos migrantes rurais é principalmente as pequenas e médias cidades nordestinas (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999).

Finalmente, na década de 1990 a participação nordestina no êxodo rural do país é ainda maior, mas é a região Centro-Oeste que mais se desruraliza durante o período. As novidades ficam por conta das regiões Sudeste e Sul. Nas duas realidades há um enfraquecimento do êxodo rural em termos relativos e absolutos. A região Norte, que atraía população rural, passa também a expulsar nessa década.

Assim, define-se dois tipos de comportamentos populacionais, as regiões Nordeste e a Centro-Oeste continuam sofrendo reduções significativas da população rural, enquanto que nas regiões Sul e Sudeste o êxodo rural perde a sua intensidade. Não se pode prever grandes reduções dessas populações, até porque já se encontram bastante reduzidas. Uma modificação importante se refere à seletividade por sexo e idade do migrante (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999).

Outras informações importantes apresentadas por estes autores dizem respeito ao envelhecimento e masculinização da população rural brasileira no período (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999). O êxodo rural que expulsava toda a família para a cidade, paulatinamente adquire um caráter de seletividade, sendo que a população migrante passa a se constituir principalmente de jovens e mulheres. A consequência desta seleção é a modificação da estrutura populacional no espaço rural. O envelhecimento desta população pode ser claramente verificado, agravado pela diminuição da taxa de natalidade e aumento da expectativa de vida. Por outro lado, a masculinização rural vem crescendo. No Estado do Rio Grande do Sul nota-se claramente que existe uma predominância de mulheres nos grandes centros urbanos. Porto Alegre, por exemplo, desde 1950 mantém a maior proporção de mulheres do Estado (JARDINY, 2002). Em contrapartida, no espaço rural gaúcho, conforme Anjos e Caldas (2005), as mulheres somente tornam-se mais numerosas que os homens após os 75 anos. Porém, este aspecto será melhor analisado no próximo tópico.

2.3 A masculinização rural como uma das novas faces da dinâmica populacional

A masculinização rural⁷ merece mais atenção do que vem recebendo por parte dos pesquisadores e formuladores de políticas públicas, pois é uma problemática que interfere diretamente no desenvolvimento rural. Talvez o desejo de mostrar o lado positivo da tentativa de emancipação da mulher no espaço rural

⁷ “Uno de los principales rasgos que caracterizan a las poblaciones rurales es la considerable *masculinización*. Cuando hablamos de masculinización rural nos referimos a un desequilibrio demográfico que se concreta en un déficit de mujeres respecto a la proporción que naturalmente debiera existir entre los dos sexos o razón biológica” (RIOJA et al., 2009, p.50)

esconda o problema; ou as questões produtivas, de trabalho e desenvolvimento econômico, ainda sombreiam as outras. A questão é que a sustentabilidade social das áreas rurais está sendo comprometida. A formação da família é afetada, prejudicando também os homens, multiplicando-se a figura do 'solteirão'. Nas condições do rural espanhol, bastante masculinizado, a menor presença feminina, conforme Rioja (2009) modifica o espaço de sociabilidade dos homens, provocando, inclusive, uma maior emigração masculina.

O reconhecimento da gravidade desta questão implica no surgimento de uma dúvida: qual a causa da masculinização rural? A resposta não está pronta, nem é simples, mas existem algumas tentativas para respondê-la. Para Rioja (2009), na Espanha, o patriarcado, promovendo o menor reconhecimento das mulheres é o responsável pela situação. Outros autores também defendem esta explicação. A sociedade determinou, ao longo do tempo, papéis diferentes para os homens e as mulheres, sendo que a função masculina passou a ser vista com maior importância. Criou-se desta forma um pensamento preconceituoso com relação à mulher, que tem sido combatido pelo feminismo, mas ainda persiste. Explicando as razões para o modo de vida submisso ao homem da mulher rural na agricultura familiar de Caxias do Sul/RS no período entre 1875 e 1924, Giron (2008) defende que a Bíblia auxiliou na disseminação desse pensamento. O Velho Testamento reconhecia a mulher como parte do homem, e não como um todo capaz de autonomia, portanto devendo obedecê-lo e auxiliá-lo.

No espaço rural espanhol, conforme Rioja (2009), o patriarcalismo é mais visível e impactante do que na condição urbana, sendo menores as chances de atingir uma situação igualitária e com pleno reconhecimento social. Esta posição também é defendida recentemente no Brasil por Butto e Hora (2008, p.21): "... as desigualdades entre homens e mulheres persistem no meio rural de forma naturalizada e estruturada sob relações de poder e em bases econômicas". Conforme o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2006) o trabalho feminino nas atividades agropecuárias no Brasil tem como característica a não-remuneração, e quando é remunerado, representa valores bem menores dos que são recebidos pelos homens.

Existe uma divisão social do trabalho com ampla trajetória histórica que atribui as atividades do âmbito doméstico para a mulher, e do extra-doméstico ou produtivo para o homem, conforme mencionam vários autores, como Rioja (2009). Essa

divisão, entretanto, não é tão clara na agricultura familiar. Nessa realidade costuma existir uma alta necessidade de mão-de-obra. Assim, o trabalho das mulheres nas atividades produtivas costuma ser indispensável, sem que, entretanto, isso signifique igualdade nas relações de gênero. No contexto gaúcho já mencionado, no final do Século XIX e início do Século XX, Giron (2008) infere que na agricultura familiar a autoridade paterna era a base da divisão do trabalho. O pai ou marido davam as ordens e os outros membros da família de forma submissa obedeciam. A distribuição das atividades não dependia apenas da força física, mas também da importância dessa atividade. Neste caso as atividades lucrativas eram responsabilidades dos homens enquanto que as não-lucrativas cabiam às mulheres.

A mulher de acordo com o constatado, realizava a maior parte das atividades não-lucrativas, sendo alijada das atividades principais e que garantiam a maior renda para a propriedade. Essas na totalidade eram realizadas pelo homem; a mulher realizando a maior parte das atividades da propriedade, tinha horários mais dilatados que os dos homens, visto que algumas tarefas como tirar leite, eram realizadas antes do nascer do sol. Era também a última a deitar-se, ocupada com outras tarefas da casa. No domingo, quando o homem descansava, jogando e bebendo com os amigos no salão da capela, a mulher ocupava-se da lavagem da roupa da família (GIRON, 2008, p.30).

O descanso das mulheres rurais era apenas a modificação do tipo de trabalho. Enquanto ‘descansavam’ as mulheres bordavam, remendavam roupas e dobravam palhas para o cigarro do marido. Nas poucas festas que iam, trabalhavam, pois preparavam e serviam a comida. As mulheres se acostumaram com a submissão, foram educadas para tal⁸ e aceitavam pacificamente situações como a proibição de estudar e a não-participação na herança (GIRON, 2008). É de amplo conhecimento de que essa situação vem se modificando ao longo do tempo, com diferentes intensidades conforme a região; entretanto, é ainda prematuro acreditar que ela não tenha deixado marcas culturais, que inexistam, ou sejam raras, as desvantagens da mulher rural em relação ao homem. Muitas mulheres rurais continuam realizando sua dupla jornada de trabalho, sem receber o devido reconhecimento. Conforme o Movimento das Mulheres Agricultoras (2002 apud PAULILO, 2004), em um grupo de 550 agricultoras catarinenses pesquisadas,

⁸ Conforme Barbieri (2008) a identidade de gênero é construída diretamente pelo ensinamento e indiretamente pela observação.

14,91% já foram espancadas e 64,18% dizem não ter liberdade para tomar decisões sem pedir licença ao marido.

A dificuldade de mudança dessa realidade, ou seja, o confronto nas relações de gênero no espaço rural, pode ser explicada em partes pela situação enfrentada pela mulher rural em caso de separação. Na agricultura familiar, onde está a imensa maioria das mulheres rurais brasileiras, a divisão do patrimônio familiar é complicada, pois ele é o meio de produção e reprodução socioeconômica dos integrantes da família. A liberdade é limitada na ausência da renda própria, e sozinha ela dificilmente teria condições (por razões materiais e morais) de tomar conta de um estabelecimento, sem filhos jovens ou adultos junto (BRUMER, 2004). Assim, muitas mulheres rurais optam por calar sobre essa situação ou, então, tentam fugir dela, principalmente as mais jovens.

As jovens deixam a colônia e, pelo estudo, conseguem trabalho na cidade, cansadas da servidão milenar. (...) Ao que tudo indica foi o que as moças fizeram. Ao deixar a colônia, mudam as regras da dominação e da subordinação. A liberdade da mulher com sua fuga da colônia indica e prenuncia o término da pequena propriedade, pelo fim do trabalho familiar não-remunerado (GIRON, 2008, p.125-126).

Por mais que seja cabível essa interpretação, parece incompleta. Não se pode homogeneizar todas as situações e condenar apenas o patriarcalismo como causador da seletividade do êxodo rural. Também parece muito otimista, para não dizer irreal, a idéia implícita na citação de Giron (2008) de que a moça rural se libertará da dominação masculina ao mudar-se para a cidade. A realidade mostra que essa não é uma opção tão fácil, pois representa, muitas vezes, submeter-se a (outras) situações degradantes. A escolaridade das moças rurais de forma alguma é garantia de emprego e liberdade na cidade; pelo contrário, ela costuma ser baixa para o padrão de concorrência do mercado de trabalho urbano. O êxodo seletivo, na verdade, não é opção apenas para as moças que têm um nível considerável de estudo. Na Espanha, por exemplo, as moças rurais que estudaram pouco ou não estudaram também migram mais que os rapazes nas mesmas condições (RIOJA et al., 2009). Na realidade urbana brasileira, onde é grande a disputa por empregos, as jovens de origem rural geralmente conseguem trabalho - quando conseguem - como empregadas domésticas, garçonetes, manicures etc, sendo que a subordinação ao homem continuará, na figura masculina representada agora pelos patrões ou

maridos. Este, inclusive, é um tema interessante para ser tratado, carecendo de estudos específicos no Brasil.

É necessário aprofundar as explicações sobre o processo de masculinização rural. Nas condições da Espanha, Rioja et al. (2009) pontuam fatores como a baixa mobilidade e a alta representatividade da agricultura familiar como intensificadores do processo. É necessário, entretanto, tomar cuidado ao utilizar essas explicações para a realidade brasileira. No rural espanhol as atividades não-agrícolas e a presença de indústrias são muito mais expressivas do que no rural brasileiro. É preciso lembrar que o conceito de rural em Espanha inclui os núcleos urbanos de municípios pequenos (RIOJA, 2009). No caso espanhol, as regiões que têm alta representatividade da agricultura familiar possivelmente tenham menor presença das atividades não-agrícolas, o que de fato explicaria a intensificação do processo de masculinização rural.

O envelhecimento da população rural também influencia o aumento da masculinização. A falta de jovens diminui as possibilidades de dinamização da vida social local, afastando ainda mais as mulheres, conforme Rioja (2009). Nas condições brasileiras, Camarano e Abramovay (1999) elencam três possibilidades para a explicação do maior êxodo das moças rurais: a expansão do setor de serviços urbanos, o trabalho desvalorizado pela família rural e a relação com a formação educacional. Outras possíveis explicações são agregadas por Brumer (2004, p.210) a partir da realidade gaúcha.

A seletividade da migração por idade e sexo pode ser explicada, em grande parte, pela falta de oportunidades existentes no meio rural para a inserção dos jovens, de forma independente da tutela dos pais; pela forma como ocorre a divisão do trabalho no interior dos estabelecimentos agropecuários e pela relativa invisibilidade do trabalho executado por crianças, jovens e mulheres; pelas tradições culturais que priorizam os homens às mulheres na execução dos trabalhos agropecuários mais especializados, tecnificados e mecanizados, na chefia do estabelecimento e na comercialização dos produtos; pelas oportunidades de trabalho parcial ou de empregos fora da agricultura para a população residente no meio rural; e pela exclusão das mulheres na herança da terra.

A questão da herança desigual da terra também é abordada por Paulilo (2004). No espaço rural da Região Sul do Brasil os filhos homens são bastante privilegiados no momento da divisão da propriedade, não importando a quantidade de trabalho realizado pelas filhas mulheres. A mulher recebe o dote no momento do casamento, o que muitas vezes substitui o recebimento de uma parte da terra. Esse

dote tradicionalmente representa a autonomia financeira frente ao marido, tendo valor econômico compatível às possibilidades dos pais⁹. Os filhos que estudam mais, geralmente as mulheres, também não costumam receber herança, pois já teriam recebido o estudo. A posse da terra ainda guarda um caráter masculino no Brasil. Da mesma forma, a sucessão dos estabelecimentos agropecuários privilegia o filho homem (PAULILO, 2004).

Os primeiros estudos que trataram da masculinização rural datam da década de sessenta. O pesquisador francês Pierre Bourdieu, em “Célibat et condition paysanne” trabalha a temática chamando a atenção para a problemática do celibato no espaço rural francês (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999). Para o autor, as jovens camponesas francesas sentem-se atraídas pela vida urbana e tudo o que remete a ela. Assim, os jovens camponeses são desprezados como possíveis namorados, pois sua forma de vestir, falar e portar não é ‘fina’ como a dos jovens urbanos. Desta forma criava-se uma visão romântica em torno destes últimos, eleitos como melhores opções de namorados e futuros maridos. O casamento com um noivo da cidade é muito valorizado pelas jovens porque significa uma forma de acesso a essa vida urbana idealizada, a esperança da emancipação. Para Bourdieu (1996) esta é uma das explicações à maior atração urbana exercida sobre as moças do que sobre os rapazes e a tentativa destas de parecerem urbanas.

Em uma sociedade dominada pelos valores masculinos, tudo contribui, em contrapartida, para favorecer a postura tosca e grosseira, rude e belicosa. Um homem muito atento aos seus trajes, a sua aparência (tênue), seria considerado muito “encavalheirado”, ou ainda, o que dá na mesma, muito afeminado. Em consequência, enquanto os homens são, em virtude das normas que regem sua primeira educação, acometidos por uma espécie de cegueira cultural (no sentido em que os lingüistas falam em “surdez cultural” no que se refere à “apresentação” (tênue) como um todo, da hexis corporal à cosmética, as mulheres são muito mais aptas para perceber e integrar modelos urbanos em seu comportamento, tanto no que se refere ao vestuário como à técnica corporal (BOURDIEU, 1996, p. 88- 89)

Desta forma, os camponeses franceses encontram dificuldades para contrair matrimônio, disseminando rapidamente as figuras popularmente conhecidas como ‘solteirões’ ou ‘encalhados’. A gravidade da situação de esvaziamento social do campo provoca a criação de agências matrimoniais especializadas em procurar

⁹ Muitas vezes o dote refere-se ao enxoval, composto por utensílios e adornos domésticos adquiridos ou feitos pela jovem e pela mãe ao longo de anos. Também é comum o recebimento de animais, como vacas, ou simplesmente a inexistência do dote.

noivas para esses homens. O celibato preocupa, pois se torna uma séria ameaça a essa sociedade estruturada sobre a base da família. A forma de produção intensiva em trabalho necessita do casal, de onde viriam os filhos que ajudariam os pais, dariam apoio na velhice e continuidade ao trabalho na propriedade após as suas mortes. “Vivenciada como uma mutilação social, a condição de solteiro determina, em muitos casos, uma postura de resignação e de renúncia, consequência da falta de futuro a longo prazo.” (BOURDIEU, 1996, p. 90).

Enfim, todos esses fatores contribuíram para que a masculinização rural fosse tomando forma na sociedade. Várias condições levam à masculinização rural, que por sua vez provoca o celibato, comprometendo a sucessão nos estabelecimentos rurais. Além do dano à constituição da família, a diminuição da presença feminina afeta diretamente o modo de viver historicamente construído dessa população.

As mulheres que, como objetos simbólicos de troca, circulavam de baixo para cima e se viam por isso espontaneamente inclinadas a se mostrar solícitas e dóceis em relação às injunções ou às seduições citadinas são, juntamente com os filhos mais moços, o cavalo de Tróia do mundo urbano. Menos apegadas do que os homens à condição camponesa e menos empenhadas no trabalho e nas responsabilidades de poder, logo menos presas pela preocupação com o patrimônio a “manter”, mais dispostas em relação à educação e às promessas de mobilidade que ela contém, elas importam para o coração do mundo camponês o olhar citadino, que desvaloriza e desqualifica as “qualidades camponesas” (BOURDIEU, 2000, p.105 apud SIQUEIRA, 2004, p.79)

No século XXI, esta situação vai ultrapassar as fronteiras da França, repetindo-se em várias outras partes do mundo. O problema também se torna grave em todos os estratos da sociedade rural, tomando contornos globais e mostrando as primeiras consequências da ‘desfeminização’ do campo. Na América Latina, conforme projeção realizada pelo Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE, 2005) o índice de masculinidade urbano passará de 95,3 em 1970 para 95,1 em 2025, ou seja, para cada 100 mulheres haverá 95,1 homens. Já o índice de masculinidade rural no mesmo período passará de 106,5 para 108,1 (ver ANEXO A). Para a realidade brasileira os resultados são ainda mais alarmantes. O índice de masculinidade urbano passará de 95,7 em 1970 para 94,4 em 2025. Enquanto para a população rural o índice passará de 104,3 em 1970 para 114,3 em 2025, sendo que em 2015 já deverá haver 112,9 homens para cada 100 mulheres rurais no país (ver ANEXO B).

O Brasil, em 1999, vivencia o despertar dos seus pesquisadores para a

problemática da masculinização rural. No trabalho “Êxodo, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos” Camarano e Abramovay abordam a questão com uma amplitude nacional. Conforme já foi mencionado, a partir de dados secundários, os autores analisam a sobreposição feminina nas correntes migratórias que partem do rural em direção ao urbano do país em meio século. As mulheres só não superaram a migração masculina na década de 1960. Em 1980, por exemplo, o êxodo rural de mulheres superou o de homens em 22%. Como consequência a razão por sexo aumenta nas áreas rurais e diminui nas áreas urbanas, provocando um processo crescente de masculinização rural. Nos dados mostrados por Camarano e Abramovay (1999) nota-se também que acontece uma diminuição da idade média dos emigrantes rurais brasileiros, a qual é maior entre as mulheres. Elas, portanto, deixam a vida rural em maior proporção e mais cedo que os homens.

A partir dessas questões, a masculinização configura-se contemporaneamente como um dos mais importantes processos da dinâmica populacional rural, conforme pode ser percebido na frase de Camarano e Abramovay (1999, p. 15): “O envelhecimento e a masculinização do meio rural são, talvez, a expressão mais flagrante de seu declínio”. Tratando sobre a distribuição espacial da masculinização rural brasileira, os mesmos autores mostram que em 1996 o Centro-Oeste era a região mais masculinizada, com uma razão por sexo de 1,21. Já as regiões menos masculinizadas eram a Nordeste e a Sul.

A segunda região menos masculinizada do Brasil é a Sul, com uma razão de sexo equivalente à do país como um todo. O processo de masculinização começou nessa área bem mais cedo que no Nordeste e esta situação vem desde 1960. O que chama a atenção, mesmo assim, é a progressão da razão de sexo nas faixas etárias entre 15 e 35 anos, sobretudo naquela entre 15 e 19 anos que passa de 1,03 em 1960 para 1,13 em 1995 (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999, p.18).

Essa situação modificou-se rapidamente. Quatro anos depois a Região Sul já aparecia como a mais masculinizada do país (ANJOS e CALDAS, 2005). Esses dois trabalhos são centrais na pesquisa brasileira sobre masculinização rural, já que mostram através de dados a magnitude do processo. Camarano e Abramovay utilizam dados censitários e a Contagem Populacional de 1996 para calcular a razão por sexo nas diferentes regiões. Já Anjos e Caldas trabalham a partir de dados do Censo Demográfico 2000, sistematizados por sexo, categorias de idade, situação de

domicílio e tamanho dos municípios, para mostrar a razão por sexo e o índice de masculinização nos três Estados da Região Sul.

Especificamente sobre a realidade do Rio Grande do Sul, Brumer (2004) aponta, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da EMATER/RS-ASCAR¹⁰, que a proporção entre homens e mulheres rurais varia conforme a idade e a região. Esta informação, embora tenha sido apenas mencionada e não analisada pela autora, é importantíssima para o presente estudo. No mesmo trabalho Brumer chama a atenção para o aumento do número de homens celibatários e a defasagem de moças em relação aos rapazes no espaço rural do RS. É notória a necessidade de continuidade da pesquisa referente ao tema diante da diversidade de possibilidades de análise levantadas por esses estudiosos brasileiros.

Outros estudos sobre o tema no Brasil optaram por menores escalas territoriais de análise, como Froehlich e Pietrzacka (2004), atualizado por Froehlich e Rauber (2009). Partindo do mapeamento da masculinização rural por grandes grupos de idade, embora tenha adotado uma metodologia ainda de caráter incipiente, o trabalho trouxe contribuição à literatura sobre o tema ao apontar para a existência da relação entre masculinização rural e sistemas agrários. Analisando a Região Central do RS, observou-se que o processo, que era visto como característico das populações jovem e adulta, intensificava-se também entre a população idosa. O predomínio feminino esperado nesse grupo de idade, devido à maior expectativa de vida das mulheres em relação aos homens¹¹, não se apresentava em vários municípios. O trabalho apontava para o fato intrigante de que em todos os municípios onde a masculinização rural estava presente entre a população idosa, estes pertenciam ao Sistema Agrário de Campo, conforme regionalização proposta por Neumann (2004), onde a pecuária de corte extensiva e a agricultura mecanizada eram tão importantes que caracterizavam a microregião. Por outro lado, todos os demais municípios onde ocorria o predomínio feminino entre

¹⁰ Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural e Associação Sulina de Crédito e Assistência Técnica

¹¹ “As hipóteses explicativas para o fato dos homens morrerem mais cedo variam desde aquelas que envolvem diferenças sociais e estilos de vida associados a fatores de risco (fumo, consumo de gorduras saturadas, comportamento e ocupação de risco, maior competição entre homens) passando por explicações biológicas que incluem os efeitos protetores dos hormônios femininos e o ciclo menstrual, as diferenças de metabolismo associadas às lipoproteínas; e até mesmo as explicações de efeitos genéticos e processos reparadores de DNA” (GOLDANI, 1999, p.78).

a população rural idosa faziam parte do Sistema Agrário de Mata, onde a agricultura familiar é que imprimia a dinâmica socioeconômica.

A pesquisa sobre masculinização rural no Brasil esgota-se na mera constatação da diferenciação regional do processo. A importância desta questão aponta para a necessidade de aprofundar a análise das possíveis conexões entre a recorrência da masculinização rural e as dinâmicas sócio-históricas presentes em escalas regionalizadas, o que se trata neste estudo. A investigação da relação entre a regionalização por sistemas agrários do Estado do RS, considerando as características dos processos produtivos, e a variação do índice de masculinidade da população rural exige uma escolha criteriosa da metodologia, a qual será apresentada na seqüência.

3 METODOLOGIA

3.1 A formação dos Sistemas Agrários do RS¹²

A Teoria dos Sistemas Agrários já vem sendo trabalhada desde a década de 1960 pela Cátedra de Agricultura Comparada e Desenvolvimento do Instituto Agrônomo de Paris-Grignon. Ela é um instrumento que possibilita analisar a evolução histórica e a diferenciação geográfica da agricultura. Na verdade, com pequenas adaptações, ela também abrange as atividades não-agrícolas desenvolvidas no espaço rural, aumentando assim seu potencial de análise sobre o complexo mundo rural contemporâneo.

Ela pode ser aplicada com objetivos específicos os mais diversos que vão desde estudos puramente acadêmicos até a definição de intervenções para a promoção do desenvolvimento. Entretanto, para que se possa compreender o que é um Sistema Agrário, é necessário que se distinga, por um lado, a agricultura tal como ela se apresenta na realidade, ou seja, um objeto de observação e de análise, por outro lado, daquilo que o observador pensa deste objeto. É nesta última categoria que se inclui um Sistema Agrário, o qual corresponde a um conjunto de conhecimentos metodologicamente elaborados como resultado da observação, delimitação e análise de uma forma de agricultura. Assim, um Sistema Agrário não é um objeto real, diretamente observável, mas um objeto cientificamente elaborado, cuja finalidade não é retratar a agricultura em toda a sua complexidade (o que no nosso entendimento é uma tarefa impossível), mas de tornar esta complexidade inteligível segundo os objetivos específicos definidos. (SILVA NETO e FRANTZ, 2001, p. 01)

O sistema agrário é determinado através da utilização de um conjunto de critérios relacionados ao agroecossistema e ao sistema social produtivo. O agroecossistema refere-se ao ecossistema resultante da exploração e renovação historicamente feitas por uma sociedade. Já o sistema social produtivo diz respeito aos aspectos técnicos, econômicos e sociais do sistema agrário, sendo constituído por um grupo de unidades produtivas, estas caracterizadas pela categoria social do agricultor e pelos sistemas de produção utilizados.

¹² Este tópico foi elaborado a partir de informações de Silva Neto e Frantz (2001) e Silva Neto e Basso (2005).

Constituíram-se no Rio Grande do Sul, inicialmente, dois sistemas agrários: Sistema Agrário Agrícola e Sistema Agrário Pastoril. Estes predominavam respectivamente na região de floresta (metade norte do Estado) e na região de campo (metade sul). Eles desenvolveram-se em períodos diferentes e de forma espacialmente sobreposta. A elite pastoril, através da força militar, conseguiu agregar novas áreas de campo nos Séculos XVIII e XIX. Como não havia interesse de praticar a pecuária extensiva nas áreas de floresta, estas foram utilizadas para projetos de colonização no século XIX, desenvolvendo o Sistema Agrário Agrícola. Para entender a atual regionalização do RS por sistemas agrários, é importante lembrar os aspectos históricos que colaboraram com esta conformação.

Os primeiros povos que ocuparam o RS foram os índios de várias tribos como os Guaranis e Kaigangues nas áreas de floresta, Minuanos e Charruas nas áreas de campo. Os Guaranis desenvolviam atividades agrícolas além da caça e pesca, utilizando como técnicas a derrubada e queimada, preferindo a floresta, nas várzeas dos rios.

O atual território gaúcho tornou-se motivo de conflito entre Portugal e Espanha, já que o primeiro país desrespeitou o Tratado de Tordesilhas (de 1494), investindo sobre as terras a oeste de Laguna. Além disto, havia também o conflito destes povos brancos contra os indígenas locais, que foram praticamente dizimados. Assim, paralelamente ao extermínio destas tribos indígenas desenvolveu-se a ocupação do RS por outros povos. O acultramento da catequese jesuíta, como forma de dominação, a partir de 1605, e a perseguição dos bandeirantes, para o trabalho escravo dos canaviais do Centro e Nordeste do país, a partir de 1636, marcaram o início das tentativas de controle e destruição dos povos nativos.

As investidas contra os Sete Povos das Missões, fundados em 1682 pelos jesuítas, provocaram o abandono do gado pelos indígenas. Estes bovinos reproduziram-se livremente pelo território gaúcho chamando a atenção de Portugal e Espanha. Em 1752 acontece a Guerra Guaranítica acabando com a resistência destes indígenas. Inicia-se a captura dos animais, a preta do gado xucro, realizada por tropeiros. O objetivo era fornecer animais em pé e couro para o centro do país. A partir de 1732 ocorre a doação de sesmarias, áreas de treze mil hectares, originando as estâncias e marcando a ocupação efetiva da área. À medida que conquistavam vitórias militares as terras eram doadas aos estanceiros, que eram soldados e chefes militares. A criação extensiva de gado nas estâncias era realizada com base

no trabalho de peões, ex-tropeiros ou índios. Além do trabalho nas estâncias estes peões e escravos, em menor número, também eram soldados.

A decadência das minas do centro do Brasil no final do século XVIII provoca uma diminuição da procura pelos bovinos gaúchos. Aparecem no período dois importantes produtos que contornam esta situação, o charque e o trigo. As charqueadas gaúchas mantiveram-se em plena atividade até 1860, quando começam a entrar em crise com o final do tráfico negreiro e elevação do preço dos escravos, que desenvolviam o trabalho nas charqueadas, além da concorrência do charque uruguaio. No período das charqueadas ocorre o cercamento parcial dos campos e uma pequena melhoria genética no rebanho bovino. Os estanceiros não ficavam com a maior parte do lucro e, objetivando melhorar a qualidade dos rebanhos, criaram a União dos Criadores em 1912; surge a partir daí a idéia de instalação de frigoríficos no RS. Houve também a expansão do mercado internacional e a pecuária de corte extensiva continua suas atividades de forma bastante representativa no Estado até a atualidade.

A agricultura familiar aparece no RS com os cablocos, praticamente excluídos do direito da posse da terra, ocupando as áreas que os estanceiros desprezaram. Estes agricultores foram importantíssimos, seja para o trabalho relacionado às estâncias, seja para o trabalho nas áreas de mato como ervateiro/agricultor ou agricultor itinerante. Como a organização do mercado era incipiente e eles não tinham recursos financeiros nem poder para acessar a terra, produziam praticamente para a subsistência ou para a alimentação nas estâncias.

O Estado Brasileiro não reconhece os cablocos como dono das terras que ocupavam e não aposta na sua capacidade de trabalho na agricultura, desalojando-os para a colonização realizada com colonos europeus (principalmente alemães, poloneses e italianos). Assim, a ocupação das áreas de floresta do Estado interessa ao Império que passa a organizar a colonização desses espaços. A colonização privada também acontece, ganhando vulto maior que a pública. O tamanho reduzido dos lotes de terra, o contexto agroecológico e cultural dos colonizadores, favoreceram o desenvolvimento da agricultura intensiva em terra e mão-de-obra na região de floresta, fortalecendo a agricultura familiar no RS. As primeiras terras a serem ocupadas localizavam-se ao redor de Porto Alegre. O tamanho razoável dos lotes e a localização propiciou a prosperidade a estas colônias, com alternativas de diversificação de produção. O milho, a banha, a uva, o fumo, e mais recentemente o

leite, os frangos e suínos são produtos que ganharam destaque nesta região que, como veremos na sequência, forma as Colônias Velhas.

O parcelamento dos lotes e o esgotamento da fertilidade fizeram com que os descendentes destes colonos precisassem rumar em direção às Colônias Novas, no noroeste do Estado. Lá os lotes eram bem menores, o que acelerou a queda de fertilidade e a necessidade de muitos de seus descendentes buscarem novas terras, na região ou em Santa Catarina e Paraná ou rumarem às cidades. No final da política de colonização restavam áreas de florestas no Estado, como a região de Iraí. Nestas áreas a ocupação por cablocos foi feita em lotes pequenos e desiguais, sendo que a regularização da terra foi um processo difícil e a reprodução socioeconômica das famílias muitas vezes ficava comprometida. Neste cenário apareceram os primeiros acampamentos de agricultores sem terra.

Assim, a estrutura dual dos sistemas agrários gaúchos transforma-se aos poucos, tornando-se mais complexa. Desenvolve-se a orizicultura na Depressão Central a partir da década de 1950 e avança sobre a região de campos. Posteriormente espalha-se a triticultura na região de Bagé e no Planalto, e também as granjas de soja e trigo. Aparece a complementaridade lavoura-pecuária, onde os invernadores, ou terminadores, após o cultivo da soja fazem a pastagem de inverno para a engorda do gado comprado magro. Nas unidades de produção empresariais, que costumam desenvolver as atividades mencionadas, a mão-de-obra contratada é base do trabalho. Além disto, estas atividades, assim como outras no Estado, tornam-se bastante dependentes de insumos externos, maquinários e das oscilações de preço do mercado externo.

A partir da

3.2 Apresentação da regionalização contemporânea do RS por sistemas agrários¹³

Necessidade do estabelecimento de uma regionalização contemporânea por sistemas agrários para o RS, Silva Neto e Basso (2005) fazem uma proposta com base na relação entre categoria social e agroecossistema. Para definir os limites

¹³ Este tópico foi elaborado a partir de informações de Silva Neto e Basso (2005)

entre as regiões foram utilizados indicativos sobre a predominância de categorias sociais através de dados do IBGE. Foram levados em consideração a estrutura fundiária, o número de empregados permanentes, a quantidade de arroz vendido, a quantidade de soja vendida, o número de máquinas para a colheita e as condições fisiográficas. O resultado pode ser visto no quadro 1.

	Região de estudo	Categorias sociais predominantes
1	Campanha	Estancieiro, arrozeiro
2	Serra do Sudeste	Estancieiro, agricultor familiar, arrozeiro
3	Depressão Central	Arrozeiro, agricultor familiar, estancieiro
4	Litoral Norte	Agricultor familiar
5	Litoral Sul	Agricultor familiar, arrozeiro
6	Colônias Velhas	Agricultor familiar
7	Campos de Cima da Serra	Estancieiro, empresa de fruticultura
8	Colônias Novas	Agricultor familiar
9	Planalto	Granjeiro, agricultor familiar

Quadro 1 – Regiões de estudo dos sistemas agrários do RS-Rural e categorias sociais predominantes

Fonte: SILVA NETO e BASSO (2005, p. 94).

A região 1, Campanha, localiza-se no sudoeste gaúcho¹⁴. O relevo é plano, onde o solo tem formação basáltica, e acidentado, onde o solo tem formação sedimentar. O campo é limpo e de bom rendimento forrageiro nas áreas com presença de rochas basálticas. A região apresenta a maior concentração fundiária do estado. A pecuária extensiva domina a maior parte da área, que também se caracteriza pela produção de arroz, em menor escala.

A Serra do Sudeste, região 2, tem o relevo ondulado a fortemente ondulado, o que dificulta a mecanização. Os solos geralmente são pobres. A região tem a pecuária como marca, entretanto a produção agropecuária é mais diversificada do que na Campanha. A agricultura familiar tem uma importância econômica maior nessa região, desenvolvendo sistemas de produção mais adaptados à sua

¹⁴ Ver mapa com a localização das regiões no ANEXO C.

realidade. A menor concentração fundiária, entretanto, não esconde a presença hegemônica dos estancieiros.

Na Depressão Central, região 3, predominam no relevo as grandes planícies e as ondulações. Esse relevo, juntamente com a baixa produtividade da pecuária extensiva, favoreceu o desenvolvimento da cultura do arroz irrigado. Essa é a região onde mais se desenvolveu a orizicultura no Rio Grande do Sul.

As regiões 4 e 5, Litoral Norte e Litoral Sul, são marcadas pela altitude menor que 40m. A agropecuária no litoral gaúcho é pouco desenvolvida. Destaca-se a produção de frutas tropicais no Litoral Norte, principalmente a banana, e a orizicultura no Litoral Sul.

A região 6, Colônias Velhas, situa-se ao sul dos Campos de Cima da Serra. Ela tem o relevo bastante acidentado e uma grande diversidade de solos. Nessa área a agricultura familiar é amplamente hegemônica, com o maior grau de acumulação do Estado. Também é a região com maior diversidade social do RS.

Acima dessa área, no extremo nordeste do RS fica a região 7, dos Campos de Cima da Serra. Seus solos têm como característica a profundidade e a baixa fertilidade natural. A pecuária extensiva é bastante representativa, tendo baixa produtividade. Nas áreas de mata densa se faz a exploração madeireira e, em alguns municípios, destaca-se a produção empresarial de frutas de clima temperado, principalmente a maçã.

A região 8, Colônias Novas, está situada no norte e noroeste do RS. Caracteriza-se agroecologicamente por relevos ondulados e solos profundos, com exceção do Médio e Alto Vale do Rio Uruguai, onde o relevo é acidentado e os solos rasos. A agricultura familiar predomina na região que tem grande dependência da produção de soja. Assim, a agricultura é menos intensiva do que a das Colônias Velhas e vem empobrecendo onde a estrutura fundiária está muito fragmentada.

Por último, o Planalto, região 9, localiza-se entre a Colônia Nova, a Colônia Velha e a Depressão Central. Seu relevo é ondulado e os solos profundos e pobres em nutrientes. Caracteriza a região as lavouras relativamente extensas de grão, principalmente soja, e o campo onde existe uma pecuária extensiva pouco lucrativa. A estrutura fundiária é mais concentrada, com um número considerável de empregados permanentes e o maior grau de mecanização do que as regiões dominadas pela agricultura familiar.

Foram selecionados por Silva Neto e Basso (2005) municípios para o estudo

das regiões, os que melhor poderiam mostrar a diversidade da agricultura regional. Para representar a região 1, o município escolhido foi Alegrete; para as regiões 2 e 5 Pelotas; para a região 3 Cachoeira do Sul; para a 4 Maquiné; para a 6 Venâncio Aires, Estrela e Ibirubá; para a 7 São Francisco de Paula; para a 8 Santa Rosa e Cacique Doble; e para a 9 Marau. Na análise da viabilidade econômica dos sistemas de produção praticados nos municípios, conforme o cálculo do valor agregado (VA) e da renda (RA),¹⁵ podem ser observados os proveitos do ponto de vista da sociedade e do produtor.

Os sistemas agrários do RS apresentam diferentes graus de intensidade de uso da terra. Em alguns sistemas agrários, especialmente a Campanha e os Campos de Cima da Serra a produção agropecuária é tipicamente extensiva, com sistemas de produção¹⁶ com baixíssimas contribuições marginais de valor agregado (CMVA)¹⁷. O trabalho assalariado é muito representativo e a estrutura fundiária bastante concentrada. Na Serra do Sudeste e Depressão Central, como nos sistemas agrários anteriores, a pecuária extensiva predomina, mas a diversidade dos sistemas de produção garante uma CMVA mais elevada. Entre os sistemas de produção importantes estão os que trabalham com arroz, nos dois sistemas agrários, e com fruticultura e olericultura, na Serra do Sudeste. No Planalto também é representativa a pecuária extensiva, mas o destaque é a produção de soja. A CMVA dos sistemas de produção desse sistema agrário é maior do que a da Campanha e Serra do Sudeste, mas ainda é bastante baixa quando comparada às das Colônias.

Os sistemas de produção das Colônias Novas são predominantemente familiares, onde a soja é bastante importante. Os valores de CMVA são bem maiores do que os das outras regiões já apresentadas, devido à presença significativa de sistemas de produção de leite, suínos, aves e fumo. Nas Colônias Velhas e Litoral Norte a agricultura familiar é característica. Esses sistemas agrários

¹⁵ $VA = PB - CI - D$, onde VA= valor agregado, PB= valor da produção (produção bruta), CI= consumo dos bens e serviços durante um ciclo de produção (consumo intermediário) e D= depreciação de equipamentos e instalações. (...) $RA = VA - J - S - T - I$, onde RA= renda do agricultor, VA= valor agregado, J= juros pagos ao banco (ou outro agente financeiro), T= arrendamentos pagos ao proprietário da terra e I= impostos e taxas pagos ao Estado" (SILVA NETO, 2005, p. 160).

¹⁶ "Nos limites de uma unidade produtiva, o sistema de produção agrícola pode ser definido como a combinação (no espaço e no tempo) dos recursos disponíveis e das próprias produções: vegetais e animais" (DUFUMIER, 2007, p.85).

¹⁷ A CMVA em relação à área mostra economicamente o grau de intensidade de uso da terra para cada sistema de produção (SILVA NETO, LIMA e BASSO, 2005).

são os mais intensivos na utilização da terra no RS, tendo a maior CMVA do Estado. Destacam-se os sistemas de produção com base na fruticultura e olericultura, leite, suínos e aves.

3.3 Procedimentos metodológicos adotados

Neste estudo optou-se, a princípio, pela utilização de ferramentas estatísticas, numa abordagem quantitativa. Embora seja inegável a importância do tratamento qualitativo dessa temática, que tem um forte caráter social, entende-se que também é fundamental a análise estatística dos dados, no sentido de buscar conhecer qual é a intensidade do processo em cada sistema agrário do Estado. Assim, para atingir os objetivos propostos foi utilizada a combinação de vários procedimentos metodológicos quantitativos, especificados na seqüência. Embora a base metodológica do trabalho seja quantitativa, depois do tratamento estatístico dos dados julgou-se necessário realizar uma pesquisa bibliográfica. Esta pesquisa também será detalhada na seqüência.

3.3.1 Análise histórica da masculinização no RS

Para acompanhar a evolução deste processo desde 1950 no Estado do RS foi feita uma tabela onde consta a população rural total, homens e mulheres e índice de masculinidade (ver item 3.2.3) para os anos de 1950, 1970, 1991 e 2007. Para tanto foram utilizados dados do Censo de 1950, Censo de 1970, Censo de 1991 e Contagem Populacional de 2007. Assim, pode-se observar o comportamento durante esse período, com intervalos próximos a duas décadas entre cada observação. Cabe ressaltar que houve uma modificação no conceito de população rural ao longo deste período. Nos censos brasileiros de 1950, 1960 e 1970 a população rural era a que vivia fora das cidades e vilas. A partir do censo de 1991 o conceito passou a se referir à população recenseada fora dos limites das áreas urbanas, incluindo os aglomerados rurais (CELADE, 2005).

3.3.2 Sistematização de dados secundários

Foram sistematizados os dados da Contagem Populacional 2007 do IBGE referentes aos 484 municípios gaúchos contemplados pela pesquisa¹⁸, conforme a metodologia utilizada por Froehlich e Rauber (2009). Primeiramente foram agrupados os municípios por sistema agrário¹⁹ (Campanha, Serra do Sudeste, Depressão Central, Litoral Norte, Litoral Sul, Colônias Velhas, Campos de Cima da Serra, Colônias Novas e Planalto). Para tanto foi utilizada a técnica de sobreposição de mapas.

Os nove grupos foram posteriormente subdivididos por sexo e idade, utilizando-se quatro faixas etárias (0-14 anos, 15-24, 25 a 59 e 60 ou mais anos). Optou-se por esses quatro grupos de idade por representarem respectivamente crianças, jovens, adultos e idosos. Sabe-se que essas fases da vida humana são dinâmicas e, portanto, a passagem de uma para outra não acontece sempre na mesma idade fixa; entretanto, adotou-se o uso destas faixas no sentido de possibilitar a análise estatística dos dados, já que o processo é diferenciado para cada grupo de idade. Ademais, estas faixas são comumente utilizadas por instituições de referência em estudos demográficos. Por exemplo, a CELADE utiliza em seus estudos três grupos de idade, 0 a 14 anos, 15 a 59 anos e 60 ou mais anos, como pode ser visto em CELADE (2005). Já os estudos do IBGE utilizam o recorte de 15 a 24 anos como referência para população jovem, como pode ser observado em IBGE (1999).

Os dados dos distritos gaúchos do Censo Populacional de 1950 também foram sistematizados por sistema agrário, através da técnica de sobreposição de mapas. Desta forma pode-se buscar a comparação com a situação de 2007, haja vista que a grande maioria dos distritos emancipou-se no período transcorrido entre estes anos referidos. Sabe-se, entretanto, que os resultados dessa comparação precisam ser interpretados com cuidado, por não abrangerem exatamente a mesma área.

¹⁸ A Contagem Populacional 2007 foi realizada em municípios com até 170.000 habitantes. Assim, os doze municípios mais populosos do RS não foram contemplados.

¹⁹ Conforme a regionalização apresentada por Frantz e Silva Neto (2005).

3.3.3 Cálculo do Índice de Masculinidade

Para verificar a intensidade do processo de masculinização entre os nove sistemas agrários gaúchos calculou-se o índice de masculinidade para cada uma das quatro faixas etárias e para a população rural total dos municípios em 2007, e para a população rural total dos distritos em 1950. Este índice é a resposta do cálculo da razão por sexo. “Índice de masculinidad és el cociente entre la población masculina y la población femenina, el que en general se representa por cien. También se puede obtener índices de masculinidad por grupos de edades.” (CELADE, 2005, p. 202). Assim, podemos encontrá-lo a partir da fórmula $IM=(H/M)*K$, onde:

IM: índice de masculinidade;

H: número de homens;

M: número de mulheres;

K: constante, geralmente representada pelo número 100.

Foi aplicado, inicialmente, o teste de normalidade Lilliefors aos índices de masculinidade em cada sistema agrário. A distribuição dos escores, na maioria das vezes, não era normal, como pode ser visto no próximo capítulo. Foram tentadas três formas de transformação dos dados, “Logaritmo natural”, “Logaritmo decimal” e “Raiz quadrada”. Diante do insucesso destas tentativas escolheu-se um teste não-paramétrico para verificar a variação de comportamento entre os sistemas agrários.

3.3.4 Teste de Kruskal-Wallis

A análise da variância entre os sistemas agrários, para cada uma das quatro faixas etárias e para a população geral, foi realizada através do Teste de Kruskal-Wallis. Este teste não-paramétrico foi escolhido por possibilitar o confronto entre três ou mais amostras independentes e desiguais (CARGNELUTTI FILHO et al., 2001), em conformidade com a realidade dos dados a serem testados. Além de aceitar dados não-normais, ele também é mais adequado para os casos de sistemas

agrários com poucos municípios.

Quando existiam diferenças entre as amostras, ou seja, quando foi rejeitado $H_0 = SA_1 = SA_2 = \dots = SA_9$, utilizou-se o método de comparações múltiplas de Kruskal-Wallis para verificar quais os sistemas agrários diferiram estatisticamente entre si quanto ao índice de masculinidade dos municípios, com um nível de significância de 95%.

3.3.5 Teste para a Diferença entre Duas Proporções

Para analisar o comportamento do processo de masculinização rural ao longo das faixas etárias nos nove sistemas agrários do RS, também foi utilizado o Teste para a Diferença entre Duas Proporções, cuja fórmula é

$$Z_{cal}: (P_H - P_M) / \{ [\sqrt{P_H(1-P_H)/n}] + [\sqrt{P_M(1-P_M)/m}] \}$$

Onde:

P_H : proporção de homens;

P_M : proporção de mulheres;

n : total de homens;

m : total de mulheres (CARGNELUTTI FILHO et al., 2001).

O teste bilateral foi aplicado a cada município nas quatro faixas etárias, de modo a facilitar a comparação. Cada resultado é comparado com a Tabela de Z_{tab} , onde $Z_{tab\ 2,5\%} = -1,96$ e $Z_{tab\ 97,5\%} = 1,96$. Assim, se o resultado do teste estiver entre -1,96 e 1,96, pode-se afirmar, com 5% de possibilidade de erro, que não existe diferença significativa entre o número de homens e o número de mulheres naquela faixa etária daquele município. Já se ele extrapolar este limite, pode-se afirmar, com 5% de possibilidade de erro, que existe diferença significativa entre o número de homens e o número de mulheres naquela faixa etária daquele município.

3.3.6 Pesquisa bibliográfica

A partir dos resultados da análise quantitativa, optou-se pela realização de uma pesquisa bibliográfica, de forma complementar. Essa breve pesquisa foi realizada em livros e artigos sobre a mulher rural de autoria de pesquisadores brasileiros e também *sites de internet* de programas do Governo Federal que beneficiam este mesmo público. Buscou-se fazer o levantamento de alternativas à masculinização rural que são cogitadas pelos autores e pelos formuladores de políticas públicas recentemente no Brasil. A partir deste levantamento discutiu-se a pertinência destas alternativas à realidade dos sistemas agrários gaúchos. Desta forma, foi sugerido o direcionamento das ações para as regiões, conforme as características do processo de masculinização rural em cada um dos nove sistemas agrários do Rio Grande do Sul.

4 O ÍNDICE DE MASCULINIDADE NOS SISTEMAS AGRÁRIOS GAÚCHOS

O processo de masculinização rural no Rio Grande do Sul vem se intensificando nas últimas décadas, conforme pode ser observado na Tabela 1. Embora apareça um forte decréscimo do número real da sobreposição masculina na população rural do Estado em 1991 e 2007, provocado pela diminuição da população rural como um todo, a masculinização continua crescendo. O índice de masculinidade que indicava a razão de 105 homens para cada 100 mulheres rurais em 1950, passa a mostrar a relação de 111 para 100 no ano de 2007, sendo que o maior salto ocorre entre 1950 e 1970. Uma explicação para esse salto pode ser encontrada no processo de modernização da agricultura, que tomou impulso no Brasil neste período. Entre 1950 e 2007 a diferença percentual entre homens e mulheres rurais passa de 2,38 para 5,02 no RS. Assim, os números apontam para uma magnitude significativa da masculinização rural no contexto gaúcho que, entretanto, não se apresenta de forma homogênea no âmbito das diferentes regiões.

Tabela 1 – Evolução da relação entre sexos da população rural do RS de 1950 a 2007

Ano	Total	Homens	Mulheres	Índice de masculinidade	Diferença %
1950	2742841	1404025	1338816	1.049	2.38
1970	3111885	1609352	1502533	1.071	3.43
1991	2142128	1119062	1023066	1.094	4.48
2007	1589438	834629	754809	1.106	5.02

Fontes: Censo 1950, Censo 1970, Censo 1991 e Contagem Populacional 2007.

Em 1950 já havia oscilações na intensidade do processo da masculinização rural entre as regiões do Estado (ver Tabela 2). A Campanha e o Litoral Sul destoavam da maioria das regiões quanto ao índice de masculinidade. A Campanha mostrava diferença estatística com a Depressão Central, as Colônias Velhas, as

Colônias Novas e o Planalto, sendo que a mais expressiva se dava com as Colônias Velhas. O Litoral Sul diferenciava-se dessas mesmas regiões, entretanto com uma intensidade menor. Já a Serra do Sudeste, o Litoral Norte e os Campos de Cima da Serra não diferiam de nenhuma outra região.

Tabela 2 – Z_{calc} do método de comparações múltiplas de Kruskal-Wallis para os índices de masculinidade nos sistemas agrários do RS em 1950*

**	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1- C	ns***	ns	4.1500	ns	ns	5.4020	ns	3.5930	4.7570
2- SS	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns
3- DC	4.1500	ns	ns	ns	3.8719	ns	ns	ns	ns
4- LN	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns
5- LS	ns	ns	3.8719	ns	ns	4.5974	ns	3.4185	4.2228
6- CV	5.4020	ns	ns	ns	4.5974	ns	ns	ns	ns
7- CS	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns
8- CN	3.5930	ns	ns	ns	3.4185	ns	ns	ns	ns
9- P	4.7570	ns	ns	ns	4.2228	ns	ns	ns	ns

* $H=51.5525$, $GL=8$, Z crítico=3.126 e $p<0.05$; **1=Campanha, 2=Serra do Sudeste, 3=Depressão Central, 4=Litoral Norte, 5=Litoral Sul, 6=Colônias Velhas, 7=Campos de Cima da Serra, 8=Colônias Novas e 9=Planalto; ***ns=não significativo.

O que parece determinar a diferenciação são basicamente as características do processo produtivo, ou melhor, as relações de produção estabelecidas no sistema agrário e o grau de intensidade dos sistemas produtivos mais representativos. As regiões caracterizadas pela pecuária, com a presença forte das estâncias derivadas da doação das sesmarias, têm o índice de masculinidade diferente das regiões onde a propriedade da terra é mais fragmentada, onde a área é utilizada por descendentes de caboclos ou de colonos europeus não ibéricos. Foge dessa explicação, entretanto, a situação das regiões da Serra do Sudeste e dos Campos de Cima da Serra, que mesmo sendo caracterizadas pela pecuária extensiva não se diferenciam das regiões com forte presença da agricultura familiar quanto ao índice de masculinidade. Nestes casos, mesmo existindo a concentração de terra, a presença representativa de estabelecimentos familiares neste período pode ter influenciado este resultado. Quanto ao Litoral Norte, não foram cogitadas

explicações para a não diferenciação com nenhuma outra região, cabendo estudos específicos a respeito.

Em 2007 esta realidade é modificada. Apenas o Litoral Norte não se diferencia de nenhuma outra região quanto ao índice de masculinidade dos municípios, conforme pode ser visto na Tabela 3. A Campanha e a Serra do Sudeste se diferenciam das Colônias Velhas, das Colônias Novas e do Planalto. O Litoral Sul apresenta diferenças bastante representativas diante das Colônias Velhas e das Colônias Novas. Já os índices de masculinidade dos Campos de Cima da Serra divergiam estatisticamente dos índices das Colônias Velhas, das Colônias Novas e do Planalto. Os índices de masculinidade das Colônias Velhas foram os que divergiram estatisticamente do maior número de regiões (Campanha, Serra do Sudeste, Depressão Central, Litoral Sul, Campos de Cima da Serra e Planalto).

Tabela 3 – Z_{calc} do método de comparações múltiplas de Kruskal-Wallis para os índices de masculinidade nos sistemas agrários do RS em 2007*

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1- C	ns	ns	ns	ns	ns	4.6909	ns	5.8050	3.9475
2- SS	ns	ns	ns	ns	ns	4.5725	ns	6.2429	3.3813
3- DC	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	4.4477	ns
4- LN	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns
5- LS	ns	ns	ns	ns	ns	175.7167	ns	222.4152	ns
6- CV	4.6909	4.5725	ns	ns	175.7167	ns	161.7881	ns	ns
7- CS	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	208.4867	139.1774
8- CN	5.8050	6.2429	4.4477	ns	222.4152	ns	208.4867	ns	69.3092
9- P	3.9475	3.3813	ns	ns	ns	ns	139.1774	69.3092	ns

*H=99.9558, GL=8, Z crítico=3.126 e $p<0.05$.

A diferenciação entre as regiões quanto aos índices de masculinidade deste ano novamente podem ser explicada, em grande medida, pelas relações de produção estabelecidas e o grau de intensidade dos sistemas produtivos mais representativos no sistema agrário. As regiões onde a agricultura familiar é característica, sendo representativos os sistemas de produção intensivos em mão-de-obra e terra, como os que envolvem a bovinocultura de leite, a vitivinicultura e a

fumicultura, bastante representativos nas Colônias Velhas e as Colônias Novas, têm índices de masculinidade médios mais baixos (ver tabela 4). Os resultados da pesquisa realizada no Noroeste Gaúcho e relatada por Lamarche (1993 apud BRUMER, 2004) reforçam essa explicação. Conforme o autor a diferença na intensidade de emprego de homens e de mulheres membros da família aprofundava-se à medida que aumentava a área do estabelecimento, ou seja, em propriedades com até 10ha predominava o trabalho feminino, entre 11 e 20ha existia equivalência, enquanto que em propriedades maiores o trabalho masculino predominava.

A novidade em 2007 fica por conta dos comportamentos da Serra do Sudeste, Campos de Cima da Serra, Depressão Central e Planalto. Estas regiões, em comparação com 1950, passam a mostrar diferença, ou aumentam significativamente a diferença com relação à Colônia Velha e Colônia Nova. Com relação às duas primeiras regiões esse fato pode estar relacionado a um possível incremento na pecuária extensiva, aumentando a concentração da terra. Já nos casos da Depressão Central e do Planalto, a influência pode ser da modernização agrícola que acontece a partir da década de 1960. Atividades importantíssimas para a dinâmica dessas regiões, como o cultivo do arroz e da soja, diminuem drasticamente a necessidade de mão-de-obra, passando a ocupar principalmente os homens (ver item 4.1), tornando seus índices de masculinidade mais parecidos com os das regiões caracterizadas pela pecuária extensiva.

As regiões da Campanha, Serra do Sudeste e Litoral Sul são as que apresentam os maiores índices de masculinidade. Nestes sistemas agrários o trabalho assalariado é bastante representativo, constituindo uma situação que favorece o trabalho produtivo do homem em relação ao da mulher. Além disto, a pecuária extensiva tem uma ligação cultural e historicamente construída com a figura masculina, que influencia o papel das mulheres neste contexto. O histórico de guerras, conflitos e revoluções e a cultura gaúcha, através das músicas, vestimentas e contos atribuem as lidas campeiras ao homem gaúcho, macho e destemido. O papel da prenda, enquanto o peão maneja o gado, é esperá-lo com o mate feito ao entardecer, se possível meiga e com uma flor no cabelo, conforme representações de algumas músicas tradicionalistas mais conservadoras. Conforme Brito et al. (2009), a tradição gaúcha intenciona preservar uma sociedade patriarcal e bastante machista. No entanto, a realidade do dia-a-dia campeiro não é essa, a mulher não

tem um papel ‘meramente decorativo’, principalmente nas unidades de produção familiares, onde a mulher aprende desde criança as atividades relativas ao gado, realizando-as com freqüência. Este trabalho não é reconhecido, entretanto, nem mesmo por elas próprias, como pode ser percebido na fala da entrevistada abaixo.

Entrevistadora – O que mais vocês fazem quando prestam serviço?

Filho – Eu, mais o que eu fazia era esquilar²⁰.

Entrevistadora – à martelo ou com tesoura elétrica?

Filho – a martelo.

Entrevistadora – E o teu pai também?

Filho – Também.

Mãe – Eu agora parei, deixei de esquilar.

Entrevistadora – A senhora esquilava também?

Mãe – É, me criei **ajudando** o pai a esquilar aqui. Desde pequena... Todo serviço... Eu, se vou pegar na cerca, eu pego em todo serviço. Agora o meu marido mesmo contratou uma cerca pra o S. Fulano²¹ aqui, aí eu **ajudei**. Fizemos bem rápido, nós os três (RAUBER et al., 2009, p.8).

Já no caso da agricultura patronal, é comum as mulheres dos patrões ou dos trabalhadores assalariados residirem na cidade com os filhos, trabalhando ou não em atividades urbanas. A propriedade rural geralmente é apenas visitada pelas patroas, sem que haja envolvimento com as questões produtivas. As tarefas da casa rural costumam ser transferidas a outras mulheres, as empregadas domésticas, que têm o trabalho supervisionado e dirigido pelas donas. Assim, a inserção da mulher rural na categoria familiar ou patronal determina a necessidade do seu trabalho produtivo na propriedade, sendo que na primeira elas trabalham nas mesmas atividades que os homens, sem que, entretanto, esse trabalho seja igualmente reconhecido (BRITO et al., 2009).

Nos momentos de lazer coletivo, novamente o papel histórico dos sexos fala mais alto. Os homens costumam ir rotineiramente aos bolichos ou rodeios, geralmente sozinhos, enquanto as mulheres ficam em casa. Esta característica não é apenas das regiões pecuaristas, mas no contexto de grandes distâncias entre as propriedades, a sensação de isolamento é mais forte. Nas regiões como as Colônias Velhas e Colônias Novas os homens também têm o costume de praticarem atividades de lazer separados das mulheres como o carteado e o jogo de bochas. A

²⁰ Ato de cortar a lã dos ovinos, desempenhado por máquina com pentes ou manualmente, com tesouras chamadas de “martelos”, feito anualmente durante a primavera. Nessa região ainda predominam os rebanhos de raças voltadas para a produção de lã, então esse serviço emprega uma mão-de-obra sazonal. No tempo em que não se utilizavam amplamente as máquinas elétricas, era comum a contratação de grandes grupos de esquiladores, as “comparsas”.

²¹ Pseudônimo.

diferença consiste no fato de que as mulheres rurais também costumam se reunir nessas regiões, inclusive formando numerosos grupos de mulheres rurais. A participação da mulher na comunidade fica fortalecida, embora isso não represente, de maneira alguma, a existência de igualdade entre os gêneros nessas comunidades.

A justificativa mais plausível, entretanto, para os menores índices de masculinização rural nas regiões das colônias parece ser a natureza das atividades mais significativas nessa realidade. As atividades exigentes em mão-de-obra como a fumicultura, vitivinicultura, fumicultura, bovinocultura de leite, suinocultura e avicultura garantem o papel feminino na produção. O histórico dos sistemas de produção que envolvem essas atividades é marcado pelo trabalho de toda a família, para 'dar conta do serviço'. Assim a necessidade do trabalho produtivo da mulher pode ter formado uma cultura de maior valorização desse trabalho em relação ao contexto social e produtivo de outros sistemas agrários. A mulher rural, quando tem um importante papel produtivo na sociedade, pode desenvolver uma identidade de agricultora. Assim, aparentemente forma-se ao longo do tempo uma cultura de maior valorização da vida rural, embora este aspecto mereça ser melhor estudado. Esta parece ser a principal explicação para a maior presença feminina nestes sistemas agrários; entretanto existem outras, como parece ser a significativa presença de atividades não-agrícolas.

A modernização da agricultura também parece ter influências no processo de masculinização rural. Como já foi comentado, algumas regiões dependentes de culturas agrícolas que foram altamente tecnificadas, como o Planalto e a Depressão Central, tiveram um aumento no índice de masculinidade de grau médio. Da mesma forma, o período de maior aumento no índice para o RS coincide com a consolidação da modernização agrícola. Dada a importância e polêmica da questão, optou-se por tratá-la separadamente.

4.1 Masculinização rural e modernização agrícola: relação existente?

O processo de modernização agrícola que foi realizado no Brasil a partir da década de 1960 não foi adequado à realidade do país. Para Graziano da Silva

(1982) a expectativa de incremento de produtividade da modernização, como forma de alcançar altas rentabilidades, foi bem maior do que os resultados alcançados. As conseqüências dessa modernização foram a concentração de terra e de renda no setor agrícola. As propriedades voltaram-se mais para o mercado e especializaram a produção, especializaram até mesmo a concepção de produção, a agricultura se industrializou com o incentivo do Estado (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

A diminuição da necessidade de mão-de-obra, que era abundante no espaço rural brasileiro, na verdade beneficiou principalmente as grandes indústrias de máquinas e insumos agrícolas e os bancos, excluindo muitas pessoas do processo produtivo. O trator e o herbicida, por exemplo, substituem a junta de bois ou a enxada no preparo do solo. Neste processo a pessoa que dirige o trator passa a dar conta do trabalho de várias outras e, geralmente, quem dirige o trator é um homem. Assim a mulher perde espaço nas atividades produtivas durante a modernização, concentrando seu trabalho nas atividades do lar, vistas como improdutivas. Uma síntese dessa questão é encontrada em Brumer (1996, p.52 e 53)

O desenvolvimento do capitalismo no campo, caracterizado principalmente pelo incremento das relações mercantis (tanto vendas como compras), leva os produtores a diminuir a diversificação da produção agropecuária, limitando-a a um ou a alguns produtos. Como conseqüência, a mão-de-obra necessária para as diferentes atividades não é equitativamente distribuída durante todo o ano (com exceção de alguns produtos, tais como a horticultura irrigada e a produção leiteira), concentrando-se em alguns períodos bem determinados. A mão-de-obra permanente (em geral familiar) necessária para as diferentes atividades torna-se relativamente pequena, havendo falta de mão-de-obra adicional (geralmente assalariada) em alguns períodos de maior demanda de trabalho (como a colheita, por exemplo). Isto porque os pais podem reduzir o número de filhos, através do planejamento familiar, enquanto muitos dos jovens migram para as cidades. A redução da força de trabalho permanente nas unidades de produção agropecuária também tem efeitos sobre o emprego das mulheres, pois prevalece em praticamente todas as sociedades ocidentais uma divisão que atribui a elas as tarefas de reprodução e aos homens as tarefas de produção. Assim, com a diminuição da necessidade de trabalho constante na unidade produtiva, elas tendem a abandonar as atividades agrícolas, para dedicar-se às atividades domésticas e àquelas destinadas ao auto-consumo familiar (tais como o cuidado com os pequenos animais, o cultivo de uma horta e a transformação artesanal de produtos agropecuários). Em algumas situações, auxiliam na contabilidade e na administração da propriedade rural (fazendo encomendas ou tratando de vendas por telefone, a partir de suas residências). E, quando existe uma boa rede de transporte e/ou residem nas proximidades dos postos de trabalho, assumem atividades no setor de serviços (como ensino, por exemplo) ou na indústria. O fato é que, de um lado, a diminuição das necessidades de mão-de-obra permanente e, por outro, o aumento do nível de renda, podem tornar dispensável o trabalho produtivo das mulheres.

É comum a vários autores a idéia de que a modernização agrícola modifica o papel da mulher na unidade produtiva. Para Magalhães (2009) a produção de leite é tradicionalmente realizada pelas mulheres, sendo que o aprendizado das técnicas de produção passa de mãe para filha. A mercantilização da produção de leite, entretanto, interfere nessa dinâmica, podendo provocar grandes mudanças na divisão sexual do trabalho, já que essa divisão depende do grau de inserção da produção no mercado. “O acesso às novas tecnologias é condicionado pelas relações de gênero e a forma como a assistência técnica se relaciona com os homens e as mulheres reforçam a hierarquia de gênero na divisão do trabalho” (MAGALHÃES, 2009, p.286). Os resultados da pesquisa empírica realizada por Menasche (2004 apud BRUMER, 2004) também mostram que a tecnificação da produção leiteira não altera a hierarquia entre os membros da família, entretanto altera a posição relativa da atividade na unidade produtiva. Assim, ao tornar-se central na produção de renda, a atividade passa para o controle masculino.

Investigando empiricamente a modificação do papel feminino com a modernização do cultivo do algodão em São Paulo, Panzutti (2006) aponta que houve uma separação entre a mulher e o processo produtivo. Os homens passaram a dominar as máquinas na produção do algodão enquanto as mulheres recolhem-se ao âmbito doméstico, sendo que em muitos casos optam, inclusive, pela residência urbana. Ao entrevistar essas mulheres que se mudaram para a cidade a autora encontra demonstrações de insatisfação com a vida urbana, remetendo ao passado, quando trabalhavam nas lavouras de algodão como um trabalho cansativo, mas que representava o melhor período de suas vidas. A identidade de agricultora deixou saudades mesmo quando houve uma melhora nas condições financeiras.

Durante a modernização agrícola, conforme Marin (2009), também aconteceu a invenção da juventude rural pelo capitalismo industrial. O receio dos agricultores adultos em aceitar as mudanças tecnológicas trazidas pela modernização fez com que os interesses capitalistas apostassem na formação do rapaz como futuro agricultor e na moça como futura dona de casa, ambos adeptos das inovações tecnológicas. Assim, a modernização agrícola já chega ao campo reforçando as relações de gênero existentes. A inferioridade feminina, conforme o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2006), é mais visível na análise das relações sociais do mundo rural. O impacto da modernização da agricultura sobre a mão-de-obra

feminina é um dos fatores que mantém e mesmo promove a concepção de ajuda ao trabalho da mulher rural.

O reforço do caráter reprodutivo do papel da mulher rural a partir da modernização agrícola não garante, entretanto, a existência da relação direta entre essa modernização e a masculinização rural. Anjos e Caldas (2005) acreditam que a masculinização rural é uma consequência do modelo com base na modernização conservadora e no monocultivo. Eles fariam parte da desagregação do rural brasileiro, podendo comprometer “a validade de qualquer iniciativa orientada a reverter o quadro de desruralização a grandes traços desenhado” (p.687). Esta, entretanto, parece ser uma afirmação que toma por generalizados os efeitos da modernização no processo de masculinização rural.

Todavia, os resultados desta pesquisa apontam para a existência de uma relação parcial e indireta entre modernização agrícola e masculinização rural (ver Tabelas 3 e 4). A modernização agrícola atingiu todas as regiões gaúchas, embora o processo tenha ocorrido com diferentes intensidades. Regiões como as Colônias Novas também vivenciaram esse processo através, entre outros sistemas produtivos, os que envolvem a produção leiteira. A produção de leite, muito representativa nesta realidade, transformou-se nas últimas décadas, passando a utilizar massivamente equipamentos como a ordenhadeira mecânica e o resfriador a granel. Os animais passaram também a ter uma genética apurada através da inseminação artificial. O manejo sanitário é igualmente dependente de insumos externos à propriedade. A produção torna-se mais dependente da agroindústria e do mercado. Embora tenha passado por esse processo de modernização, a produção de leite ainda conserva uma alta proporção de trabalho feminino, embora este esteja mais subordinado ao homem. Dizendo de outra forma, a tecnificação da produção neste caso implicou menos do que o esperado na redução da proporção da mão-de-obra feminina. A Região das Colônias Novas, inclusive, é a que tem o menor crescimento dos índices de masculinidade entre 1950 e 2007, apresentando os menores índices de masculinidade no RS no último ano (Tabela 4).

Tabela 4 – Índices de masculinidade médios, geral e por faixa etária, para a população rural dos Sistemas Agrários do RS em 1950 e 2007

	1950	2007				
	Geral	Geral	0-14 anos	15-24 anos	25-59 anos	60 ou mais
1- C	112,95	127,69	107,58	121,51	138,87	140,11
2- SS	107,21	119,42	109,29	118,64	125,98	119,79
3- DC	104,27	116,06	107,08	116,13	122,74	111,06
4- LN	105,07	114,42	110,30	110,05	121,28	99,32
5- LS	114,74	123,35	108,23	121,28	129,32	137,76
6- CV	104,07	110,13	107,54	118,33	117,10	93,46
7- CS	105,65	116,51	105,84	125,64	119,19	123,47
8- CN	104,77	107,62	106,85	115,33	110,13	97,09
9- P	103,97	110,54	108,51	112,72	112,54	108,25

Fonte: Censo Agropecuário 1950 e Contagem Populacional 2007²²

Já na Depressão Central, onde o cultivo do arroz e da soja são característicos, os índices de masculinidade aumentaram consideravelmente em relação a 1950, conforme pode ser visto na Tabela 4, passando a adotar um comportamento semelhante ao das regiões caracterizadas pela pecuária extensiva e estatisticamente diferente das Colônias Novas (ver Tabela 3). Esta situação pode ser explicada pela drástica diminuição do grau de intensidade de uso da terra e mão-de-obra na mecanização das culturas do arroz e da soja, interferindo diretamente no trabalho da mulher, que é separada das atividades produtivas. Neste caso há aumento nos índices de masculinidade. Cabe ressaltar que nas Colônias Novas a produção de soja também é representativa, entretanto a presença marcante da produção leiteira e da agricultura familiar parecem estar mantendo os índices de masculinidade sob controle nesta região.

Portanto, o que parece influenciar no aumento da masculinização não é o processo de modernização diretamente, mas sim a diminuição drástica do grau de intensidade de utilização da terra e da mão-de-obra que acontece em algumas atividades agropecuárias modernizadas. Estudos realizados no Canadá, conforme Brumer (1996), mostram que as mulheres rurais de lá não encontram espaço na produção cerealista extensiva, mas são ativas nas atividades produtivas de estabelecimentos mais diversificados, onde se ocupam com a horta e participam da

²² É importante mencionar que as duas pesquisas não contemplam exatamente o mesmo campo de análise, já que a Contagem Populacional não é realizada nos municípios com mais de 170.000 habitantes, mesmo assim ela reflete, em grande medida, a realidade da configuração da população rural das regiões do Estado do RS.

criação dos animais.

É importante mencionar o caso do Planalto Gaúcho, onde a modernização agrícola se fez bastante presente, principalmente nas culturas da soja e do trigo, diminuindo consideravelmente a necessidade de mão-de-obra. Nesta região, entretanto, não houve um aumento significativo nos índices de masculinidade para a população geral, nem a diferenciação estatística das regiões caracterizadas pela agricultura familiar (ver Tabelas 3 e 4). Uma explicação possível pode ser a representativa presença da fumicultura em unidades produtivas familiares de vários municípios da região, como Arroio do Tigre, onde o trabalho feminino é necessário. Já quando os dados são analisados por grupos de idade, esta região mostra uma tendência de diferenciação das Colônias em certos grupos, conforme será abordado no próximo tópico. Por outro lado, o salto da masculinização na Campanha e na Serra do Sudeste entre 1950 e 2007 também pode ter sido influenciado pela representativa produção do arroz, que se desenvolveu nessas regiões nesse período.

Até agora o trabalho vem tratando as mulheres rurais sem considerar especificamente a idade. A compreensão do processo de masculinização, entretanto, necessita de uma abordagem mais específica, já que ele acontece de maneira diferenciada ao longo dos períodos da vida, como pode ser observado na Tabela 4. Na Campanha e no Litoral Sul, por exemplo, a população idosa apresenta os maiores índices de masculinidade em 2007, diferentemente das outras regiões, o que merece uma análise mais específica. Buscando contemplar as diferentes configurações do processo de masculinização rural ao longo dos grupos de idade, será desenvolvida uma abordagem da masculinização por faixas etárias no próximo tópico.

4.2 O índice de masculinidade nas diferentes faixas etárias

A vida da mulher é marcada por diferentes estágios, cada um com as suas especificidades. Assim, torna-se muito genérico discutir a inserção da mulher rural sem fazê-lo para nos diferentes sistemas agrários gaúchos cada uma destas fases. A fase da infância (0-14 anos) é marcada pelas brincadeiras, aprendizado escolar e

primeiro contato com as atividades da unidade produtiva. Já nessa etapa, no rural do RS, costuma haver uma diferenciação entre a criação do menino e da menina. As meninas, por exemplo, tradicionalmente brincam de casinha, brincadeira onde é feita a reprodução do espaço do lar, da vida adulta, da limpeza da casa e do cuidado dos filhos, representados por bonecas. Já os meninos costumam apreciar brincadeiras como a vaca parada, onde utilizam o esqueleto da cabeça de um bovino para tentar laçar as suas guampas²³. O gosto pelo manejo dos animais já aparece nesta etapa e a aceitação da divisão do trabalho também.

Quando estão na pré-adolescência as meninas rurais gaúchas, além de estudarem meio turno, geralmente aprendem a cozinhar, limpar a casa e auxiliam no cuidado dos irmãos mais novos, principalmente na agricultura familiar. Grande parte delas também começa a desempenhar as atividades produtivas. Os meninos, por sua vez, não costumam participar das atividades reprodutivas, principalmente quando têm irmãs, dividindo o tempo entre o estudo, as brincadeiras e as atividades produtivas. O trabalho nas atividades produtivas costuma ser mais precoce na agricultura familiar, onde há maior carência de mão-de-obra em alguns períodos, como a colheita do fumo, por exemplo. As atividades desempenhadas por esses pré-adolescentes, entretanto, costumam ser mais leves do que as dos adultos.

Na infância e pré-adolescência, portanto, desenham-se as estruturas da divisão do trabalho e das relações de gênero do espaço rural; ou melhor, elas são repassadas de geração para geração. O êxodo seletivo, entretanto, não é representativo até os catorze anos no Rio Grande do Sul. Até essa idade a migração para as cidades só costuma acontecer quando é acompanhada pelos pais ou parentes próximos. Os meninos e meninas geralmente têm acesso às escolas de ensino fundamental localizadas relativamente próximas das suas residências ou ao transporte escolar. Além de não terem maturidade suficiente para morarem sozinhos nas cidades, também não encontrariam emprego nessa idade. Estas condições, somadas ao equilíbrio da proporção entre sexos ao nascer, fazem com que o índice de masculinidade não seja pronunciado nesta faixa etária. Os baixos índices de

²³ Seria interessante pesquisar se há uma preferência por esse tipo de brincadeira por parte dos meninos gaúchos nas regiões da Campanha, Serra do Sudeste e Campos de Cima da Serra, onde a pecuária extensiva é mais representativa, em relação aos das outras regiões. Essa diferenciação provavelmente exista, já que nas regiões citadas esses meninos costumam ter maior contato com as lidas campeiras, rodeios e carreiras, possivelmente reproduzindo-os nas brincadeiras. Assim, pode haver uma influência dessas brincadeiras de infância na formação das relações de gênero no espaço rural regional.

masculinidade da população rural de 0 a 14 anos são comuns a todos os sistemas agrários gaúchos, sem que haja diferenciação entre nenhum deles, como pode ser visto nas Tabelas 4 e 5. Da mesma forma são raros os casos de diferença significativa entre os sexos para a população deste grupo de idade nas nove regiões (ver APÊNDICES D a L).

Tabela 5 – Z_{calc} do método de comparações múltiplas de Kruskal-Wallis para os índices de masculinidade da população rural de 0 a 14 anos dos sistemas agrários do RS *

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1- C	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns
2- SS	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns
3- DC	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns
4- LN	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns
5- LS	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns
6- CV	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns
7- CS	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns
8- CN	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns
9- P	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns

* $H=4.3129$, $GL=8$, $Z_{\text{crítico}}=3.126$, $KW=0,8278$ e $p<0.05$.

Já para a juventude rural gaúcha os papéis definidos pelas relações de gênero são mais nítidos. Os rapazes costumam receber um tratamento privilegiado dos pais com relação às moças no que se refere à liberdade e à questão produtiva. A opinião do rapaz sobre a produção costuma ter maior reconhecimento do que a da moça. É comum que depois de completar os dezoito anos o rapaz receba uma moto ou carro da família, conforme a possibilidade financeira da mesma, como recompensa por seu trabalho. A moça, entretanto, mesmo que trabalhe da mesma forma que o rapaz não costuma receber esse ‘prêmio’. Nas opções de lazer o rapaz também costuma participar mais, já que geralmente frequenta a bodega²⁴ nos finais de semana, com os amigos jovens e homens adultos. Este não costuma ser um lugar freqüentado pelas moças.

Quando não tem bailes ou festas nas proximidades da residência, as moças

²⁴ Ponto de comércio comum no espaço rural gaúcho onde os moradores locais reúnem-se, principalmente nos finais de semana, para conversar, consumir bebidas alcoólicas, jogar cartas, sinuca ou bocha. Estes locais também costumam comercializar artigos alimentícios e de limpeza.

costumam participar de atividades religiosas ou visitar as residências das amigas. As festas e bailes de que participam costumam ser raros, pois geralmente não são autorizadas a ir a todos os eventos da região. Com relação aos bailes, principalmente há um cuidado bem maior dos pais com elas, sendo que muitas vezes somente permitem a participação da moça no evento se acompanhada por parentes, geralmente o irmão. Já o rapaz costuma ter liberdade praticamente irrestrita, indo onde quiser e voltando a hora que quiser, desde que faça as tarefas a ele determinadas. Embora essa relação venha sendo modificada ao longo das últimas décadas, ainda vigora em muitos locais do espaço rural gaúcho o pensamento patriarcal de que o rapaz é independente, sabe se cuidar, enquanto que a moça é frágil, precisando ser protegida.

A continuação dos estudos, ensino médio e superior, também predispõe a moça a abandonar a vida rural. A família prepara a jovem para o estudo, para a vida urbana, onde o seu futuro seria melhor e, como consequência, a escolaridade das moças rurais costuma ser maior do que a dos rapazes. Contemporaneamente também cresce no espaço rural gaúcho o grupo de jovens que se dedica somente aos estudos. Nestes casos os pais separam suas filhas de qualquer atividade agropecuária, elas 'não sujam as mãos', vivendo como se fossem urbanas e com grande expectativa de mudança para a cidade. Uma explicação para esse fato pode ser a constatação feita por Siqueira (2004), de que a decisão de permanência ou não na unidade produtiva é anterior à de continuidade dos estudos. Por outro lado, também é comum na agricultura familiar o ensinamento de práticas produtivas às jovens, pois se elas precisarem trabalhar na agropecuária futuramente, saberão fazê-lo.

A escola situada no espaço rural costuma passar conteúdos de ensino voltados à realidade urbana, afastando ainda mais a estudante da vida que a rodeia. Além disso, a oferta de ensino médio no espaço rural do RS é insuficiente e a oferta de ensino superior, praticamente inexistente. É comum o transporte dos alunos do ensino médio para as escolas da cidade, onde se aproximam mais da vida urbana; muitos locais no RS, entretanto, sequer oferecem essa opção. Assim, quem deseja prosseguir os estudos precisa deslocar-se para a cidade.

Duas situações são comuns para o acesso das jovens rurais ao ensino médio, onde não existe a disponibilidade de transporte escolar no RS, a mudança para a casa de parentes ou conhecidos da família, geralmente em troca da realização do

trabalho doméstico em meio turno, no caso da moça, ou o deslocamento da mãe para a cidade. A primeira situação é muito comum, a segunda já é mais característica da região da Campanha. Neste caso a família adquire ou aluga um imóvel na cidade, onde a mulher fica com os filhos estudantes até que esses terminem seus cursos (RAUBER et al., 2009). Nas duas situações dificilmente há o retorno do jovem e principalmente da jovem estudante à casa dos pais. Na verdade, quando há a opção pela continuidade dos estudos, mesmo nos casos onde a moradia continua sendo com os pais, geralmente também é feita uma opção pela vida urbana.

Os rapazes e moças que continuam no espaço rural gaúcho têm, em geral, baixa escolaridade. Conforme Méndez e Días (2008), no rural espanhol as jovens que permanecem são as que tiveram fracasso escolar. Este fato não significa, entretanto, que as jovens com pouco estudo migram pouco, pelo contrário, a maior parte das jovens rurais que optam pelo êxodo rural tem baixa escolaridade. Na verdade, há uma tendência maior de migração entre os jovens que estudam mais, sejam moças ou rapazes. A maior parte das jovens rurais gaúchas, entretanto, não tem um alto grau de estudo, e nessas condições, elas migram mais que os rapazes, buscando um emprego urbano. Esta tendência também foi verificada na Espanha por Rioja e Sampedro (2008). Assim, o desejo de continuidade do estudo não pode ser considerado o único fator explicativo da seletividade feminina do êxodo de jovens rurais.

A masculinização é bastante alta entre o grupo jovem, de 15 a 24 anos, em todos os sistemas agrários gaúchos. Há um crescimento representativo para todas as regiões quando comparado à primeira faixa etária (ver Tabela 4). Os casos de diferença significativa entre o número de homens e mulheres também aumentam consideravelmente (ver APÊNDICES D a L). Não há, entretanto, diferenciação entre o comportamento dos índices de masculinização de cada região, como pode ser visto na Tabela 6. Este é um resultado importante já que demonstra um representativo predomínio masculino entre a população rural jovem em todas as realidades do RS. Conforme foi mencionado a tendência de maior escolaridade das jovens pode ser uma das principais explicações para esta situação. Já a não-diferenciação entre os índices de masculinidade dos sistemas agrários possivelmente deva-se ao fato de que esta característica (maior escolaridade feminina) não depende do processo produtivo.

A gravidade do processo de masculinização amplamente instalado nessa faixa etária representa uma tendência de continuidade, e até de agravamento, do processo no futuro, já que essa condição será repassada para a população adulta, que hoje já está bastante masculinizada. Outra possibilidade é que aconteça, com a passagem dos anos, um reequilíbrio entre os sexos, com a migração dos homens que não conseguem matrimônio, provocando a formação de espaços vazios entre as gerações (RIOJA et al., 2009).

Tabela 6 – $Z_{calc.}$ do método de comparações múltiplas de Kruskal-Wallis para os índices de masculinidade da população rural de 15 a 24 anos dos sistemas agrários do RS *

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1- C	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns
2- SS	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns
3- DC	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns
4- LN	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns
5- LS	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns
6- CV	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns
7- CS	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns
8- CN	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns
9- P	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns

*H= 12.9136, GL=8, Z crítico=3.12605, KW=0,1149 e $p < 0$.

Na maioria das regiões, o grupo populacional mais masculinizado é o adulto, de 25 a 59 anos, como pode ser visto na Tabela 4. As regiões Colônias Novas, Campos de Cima da Serra, Colônias Velhas e Planalto apresentaram o grupo jovem como o mais masculinizado. Os dados gerais do Rio Grande do Sul mostram que no Estado a masculinização rural é mais acentuada entre os jovens (RAUBER, FROELICH e CARPES, 2009). Isto acontece porque estas regiões do Estado, onde o processo é mais forte entre os jovens, concentram a maior parte da população rural do RS. Nas outras regiões, entretanto, a população adulta ou a idosa apresenta os maiores índices de masculinidade.

Como pode ser visto nos APÊNDICES D a L, o número de municípios com diferença significativa entre o número de homens e mulheres para a população rural adulta é bastante representativo. Nesta faixa etária aparecem as divergências estatísticas entre o comportamento da masculinização rural nas regiões analisadas.

A Campanha divergiu do Litoral Norte, das Colônias Velhas, das Colônias Novas e do Planalto. A Serra do Sudeste divergiu destas mesmas regiões. A Depressão Central diferiu das Colônias Novas e do Planalto. As Colônias Novas também diferiram do Litoral Sul, das Colônias Velhas e dos Campos de Cima da Serra. Este comportamento, na maior parte, já era esperado, pois foi de acordo com o resultado dos dados gerais, já trabalhados no item 4. Eles reforçam a existência da relação entre sistema agrário e a masculinização rural, sendo que os sistemas agrários onde os sistemas de produção mais representativos são extensivos e a divisão sexual do trabalho desfavorece a mulher, a masculinização é mais forte. Assim, diferentemente do que acontece entre os jovens, entre os adultos há forte influência do processo produtivo.

A existência de diferença estatística entre os índices de masculinidade das Colônias Velhas e Colônias Novas para esse grupo de idade, com o maior índice médio de masculinidade nas Colônias Velhas foi surpreendente. Uma possível explicação para este fato pode ser dada pelas características dos empregos urbanos nas Colônias Velhas, 'mais femininos' (como nas indústrias de calçados). Assim haveria maior demanda de trabalho feminino nas cidades desta região, o que merece ser melhor investigado.

Tabela 7 – Z_{calc} do método de comparações múltiplas de Kruskal-Wallis para os índices de masculinidade da população rural de 25 a 59 anos dos sistemas agrários do RS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1- C	ns	ns	ns	3.5764	ns	3.7735	ns	6.2398	4.8438
2- SS	ns	ns	ns	3.1757	ns	3.7390	ns	7.4377	5.1405
3- DC	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	5.7742	3.3448
4- LN	3.5764	3.1757	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns
5- LS	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	3.8630	ns
6- CV	3.7735	3.7390	ns	ns	ns	ns	ns	6.4206	ns
7- CS	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	3.9326	ns
8- CN	6.2398	7.4377	5.7742	ns	3.8630	6.4206	3.9326	ns	ns
9- P	4.8438	5.1405	3.3448	ns	ns	ns	ns	ns	ns

*H=120.2642, GL=8, Z crítico: 3.126, KW=0 e $p < 0.05$.

No Rio Grande do Sul, a mulher rural adulta geralmente tem a sua própria família constituída. O seu papel na família passa de filha para esposa e mãe. O

matrimônio e os filhos reforçam a ligação da mulher com o seu núcleo familiar e, indiretamente, com o espaço rural. A decisão de arriscar uma nova vida na cidade torna-se mais difícil, pois o risco precisa ser minimizado quando existem mais pessoas envolvidas. Da mesma forma, migrar sozinha para trabalhar na cidade, deixando marido e filhos residindo no espaço rural, é muito raro. Todavia, a masculinização é bastante intensa entre a população rural desta faixa etária, principalmente em algumas regiões. Sabe-se que o êxodo seletivo das jovens ao longo de décadas, reforçado em algumas regiões, evoluiu para a atual configuração da masculinização rural entre a população adulta. Esta explicação, entretanto, não contempla sozinha a clara diferenciação da intensidade do processo entre as regiões.

Quando não está integrada às atividades produtivas, geralmente nos sistemas de produção extensivos, a mulher de origem rural pode residir na cidade com os filhos, principalmente as crianças, buscando trabalho nesse contexto. Em alguns sistemas de produção extensivos ou mecanizados, essa situação é bastante comum. Com relação aos peões, em regiões de forte presença da pecuária extensiva, é freqüente o caso de solteiros que residem na propriedade do patrão, disseminando a figura do 'solteirão'. Também são bastante representativos os casos de agricultores e pecuaristas que têm residência na cidade, com a família, mas que vivem grande parte do tempo em suas unidades de produção, configurando situação parecida a dos assalariados. Embora também exista na agricultura familiar, essa situação é bem mais comum na agricultura empresarial, onde as mulheres se mantêm mais afastadas da produção.

Assim, são comuns os casos de proprietários rurais ou assalariados agrícolas, envolvidos principalmente com a pecuária extensiva e culturas como a soja e o arroz, que têm residência fixa na cidade, onde as mulheres trabalham e os filhos estudam, mas que costumam permanecer durante períodos relativamente longos no espaço rural, com objetivos meramente produtivos. Esses casos não são contabilizados como população rural na Contagem Populacional, entretanto, servem para reforçar ainda mais o quadro de masculinização nos locais onde essas atividades são mais representativas. Eles contribuem para diminuir os espaços de sociabilidade e a dinâmica social do local. Enfim, o reflexo de décadas de êxodo rural seletivo, atingindo mais as moças, processo reforçado em algumas regiões, a perda de espaço do trabalho produtivo feminino em alguns sistemas de produção

representativos e a paulatina desintegração do tecido social, principalmente em alguns locais, podem explicar a diferenciação da masculinização rural entre as regiões do RS. Estes fatores contribuíram para a acentuação do processo nas regiões características da pecuária extensiva e do cultivo da soja e do arroz, com exceção do Planalto. Dito de outra forma, as regiões onde a dinâmica socioeconômica é definida pela agricultura familiar parecem apresentar melhores condições de manter a permanência de mulheres rurais adultas.

Entre a população idosa houve comportamentos bem diferenciados. As regiões das Colônias apresentaram um leve predomínio feminino, com índices de masculinidade médios de 93,46 para as Colônias Velhas e 97,09 para as Colônias Novas, o que está de acordo com a maior expectativa de vida feminina. A região Litoral Norte mostra uma proporção entre sexos praticamente igual, já todas as outras regiões mostraram predomínio masculino. Nos casos da Campanha, Litoral Sul e Campos de Cima da Serra a magnitude da diferença é tanta que ultrapassa os índices de masculinidade médios da população jovem e adulta (ver Tabela 4), alcançando respectivamente 140,11; 137,76 e 123,47 homens para cada 100 mulheres. A região da Serra do Sudeste também apresentou um índice médio bastante alto, 119,79, embora não seja maior do que o da população adulta. Desta forma, acentua-se entre a população rural idosa a relação entre o sistema agrário e a masculinização, configurando-se três comportamentos diferenciados: predomínio feminino moderado nas regiões de agricultura familiar; predomínio masculino moderado nas regiões de agricultura mecanizada; e predomínio masculino intenso nas regiões de pecuária extensiva.

É comum que após a aposentadoria rural, alcançada aos cinquenta e cinco anos pela trabalhadora e aos sessenta pelo trabalhador²⁵, que o casal sem sucessor diminua consideravelmente a produção comercializada, mas dificilmente a produção agropecuária é totalmente abandonada. Assim, continua a haver neste grupo a influência do processo produtivo sobre os índices de masculinidade. Outra opção é a venda da propriedade e a mudança para a cidade, onde viverão dos rendimentos mensais da aposentadoria. Esta mudança é justificada principalmente pela facilitação do acesso aos recursos médicos (BRUMER, 2004). Nas regiões de

²⁵ Conforme Mendes (2005) para receber o benefício social da aposentadoria, no valor de um salário mínimo, o trabalhador e a trabalhadora rural no Brasil, além da idade mínima, precisam provar tempo de serviço no campo igual ou maior do que quinze anos.

pecuária, principalmente a Campanha, as distâncias entre as residências rurais costumam ser grandes. O acesso aos centros urbanos municipais também é dificultado por imensas distâncias, muitas vezes sem que haja opção de transporte coletivo diário e atendimento médico nas redondezas (RAUBER et al., 2009). Essa realidade acentua a tendência de mudança para a cidade, principalmente nos casos das viúvas.

É sabido que o valor do benefício oferecido pela previdência social brasileira é insuficiente para atender a todas as necessidades do aposentado, existindo a necessidade de continuação do trabalho, o que é mais comum entre os homens (BRUMER, 2002). No contexto rural costuma haver uma continuação das atividades produtivas após a aposentadoria, principalmente nos primeiros anos após o início do recebimento do benefício e nos casos de inexistência de doenças graves. As pessoas rurais costumam relacionar, inclusive, a manutenção das atividades produtivas, mesmo que em menor intensidade, com a saúde. Nas atividades intensivas em mão-de-obra, como a fumicultura ou a pecuária de leite, o trabalho da idosa na unidade produtiva é muitas vezes indispensável, seja diretamente nessas atividades ou no cuidado das crianças e da casa, preparando a alimentação para que as outras pessoas possam se dedicar integralmente às atividades produtivas. Geralmente as regiões onde sistemas produtivos com essas atividades são representativos são mais povoadas do que as de pecuária extensiva, tendo uma infra-estrutura que oferece postos de saúde relativamente próximo às unidades produtivas, o que favorece a permanência de idosos. Atualmente também vem crescendo nos espaços rurais das regiões das Colônias e do Planalto a organização de grupos de terceira idade, com oferta de opções de lazer e saúde para esse público. Já na pecuária extensiva, a inexistência, ou presença deficitária, dessa infra-estrutura aliada à menor necessidade do trabalho da mulher idosa faz com que ela tenha uma tendência maior à mudança para a cidade.

Assim, nesta faixa etária, os índices de masculinidade da região Colônias Velhas diferenciaram-se das outras regiões, com exceção das Colônias Novas. Já a região Colônias Novas mostrou diferença com relação à Campanha, Serra do Sudeste, Depressão Central, Litoral Sul, Campos de Cima da Serra e Planalto, conforme pode ser visto na Tabela 8. A região 4, Litoral Norte, mostrou praticamente uma igualdade entre os sexos, 99,32 mulheres para 100 homens. Cabe esclarecer que essa variável teve um escore retirado devido à impossibilidade de cálculo do

índice de masculinidade, já que o número de mulheres era igual a zero. Entretanto, por se tratar de apenas dois homens nessa faixa etária, acredita-se que não haverá grande influência nos resultados. As regiões Depressão Central e Planalto diferenciam-se das regiões das Colônias já que apresentam um predomínio masculino para a população idosa, entretanto mostram os índices de masculinidade bem menores do que os das regiões características da pecuária, 111,06 e 108,25 respectivamente. Esses resultados podem estar indicando que o cultivo mecanizado da soja, do trigo e do arroz também não esteja sendo compatível com o trabalho da mulher idosa, mesmo que a situação não seja tão expressiva quanto à da pecuária de corte.

Tabela 8 – Z_{calc} . do método de comparações múltiplas de Kruskal-Wallis para os índices de masculinidade da população rural de 60 ou mais anos nos sistemas agrários do RS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1- C	ns	ns	ns	ns	ns	6.3147	ns	5.3614	ns
2- SS	ns	ns	ns	ns	ns	6.0285	ns	4.5975	ns
3- DC	ns	ns	ns	ns	ns	5.4180	ns	3.7940	ns
4- LN	ns	ns	ns	ns	ns	3.2086	ns	ns	ns
5- LS	ns	ns	ns	ns	ns	4.2926	ns	3.5536	ns
6- CV	6.3147	6.0285	5.4180	3.2086	4.2926	ns	5.8442	ns	6.2144
7- CS	ns	ns	ns	ns	ns	5.8442	ns	4.8551	ns
8- CV	5.3614	4.5975	3.7940	ns	3.5536	ns	4.8551	ns	4.3173
9- P	ns	ns	ns	ns	ns	6.2144	ns	4.3173	ns

*H=132.8309, Z crítico: 3.126, GL=8, KW=0 e $p < 0.05$.

Analisando os resultados do Teste T ainda pode ser observado que as regiões onde aparecem as maiores proporções de municípios com diferença estatística entre sexos para a população de 0 a 14 anos são o Litoral Sul, 29% (ver APÊNDICE H), a Campanha, 25% (APÊNDICE D), e a Serra do Sudeste, 23% (APÊNDICE E), sendo todos os casos de predomínio masculino. Já as regiões com menor número relativo de casos de diferença significativa são as Colônias Velhas, 9% (APÊNDICE I), Colônias Novas, 11% (APÊNDICE K), e Litoral Norte, 12% (APÊNDICE G). Para o grupo de pessoas de 15 a 24 anos, as regiões com maior representatividade são Serra do Sudeste, Campanha e Campos de Cima da Serra

(APÊNDICE J), com 57, 50 e 46% dos municípios mostrando predomínio significativo de homens. Por outro lado as regiões com menos casos são Litoral Norte, Litoral Sul e Depressão Central (APÊNDICE F), 12, 14 e 24% respectivamente, sendo que apenas a primeira mostra municípios com predomínio feminino significativo, 6%.

Para a faixa etária de 25 a 59 anos as maiores representatividades de casos significativos de masculinização rural aparecem na Campanha, 100%, na Serra do Sudeste, 90%, e nos Campos de Cima da Serra, 85%. As menores representatividades ocorrem no Litoral Norte, Colônias Novas e Planalto (APÊNDICE L), 35, 37 e 47%, respectivamente, sendo todos os casos de predomínio masculino. Com relação a última faixa etária, de 60 ou mais anos, as regiões mais representativas são Campanha, Serra do Sudeste e Litoral Sul (67, 43 e 43%). Já as menos representativas são Colônias Novas, Colônias Velhas e Planalto (1, 2 e 16%, respectivamente). Também aparecem casos de predomínio feminino, sendo os mais representativos Colônias Velhas com 15%, Serra do Sudeste 7% e 6% nas Colônias Novas.

Estes resultados reforçam, de maneira geral, os comportamentos já apresentadas neste item. Fica clara a existência de uma tendência da masculinização rural ser leve na primeira e na última faixa etária, com poucas exceções, aparecendo entre os idosos alguns casos de predomínio masculino representativo. A intensidade do processo aparece na segunda e na terceira faixa etária. De maneira geral também se destacam as Regiões das Colônias Velhas, Colônias Novas e, por vezes, o Litoral Norte como as menos masculinizadas. Já as Regiões da Campanha, Serra do Sudeste, Litoral Sul e Campos de Cima da Serra destacam-se como as mais masculinizadas. De forma intermediária aparecem as Regiões da Depressão Central e do Planalto. Esta diferenciação parece corresponder perfeitamente à explicação apresentada, com base nas características dos processos produtivos, relações de produção e no grau de intensidade dos sistemas de produção mais representativos de cada sistema agrário.

Diante destas características comportamentais do processo de masculinização rural no RS, surge a necessidade de discutir a pertinência e adequações das alternativas cogitadas na literatura sobre esta problemática. Esta questão será desenvolvida especificadamente no próximo capítulo.

5 ANÁLISE DE ALTERNATIVAS À MASCULINIZAÇÃO RURAL NOS SISTEMAS AGRÁRIOS DO RS

O processo de masculinização provoca transformações do espaço rural, seja em aspectos sociais ou produtivos, como o desequilíbrio da composição populacional, a redução de espaços de sociabilidade, a modificação de sistemas produtivos, entre outros. No Rio Grande do Sul, algumas destas modificações já podem ser percebidas. Um exemplo acontece nas moradias rurais da Campanha onde a mulher faleceu, está fora ou simplesmente nunca esteve presente, sendo que a alimentação perde em diversidade e qualidade nestes casos. Os homens, quando estão sozinhos, geralmente tendem a concentrar suas atenções para os cultivos comercializáveis, deixando de lado os cultivos voltados para a subsistência, como os produzidos na horta e nos cercados. Estes ficam sem atenção e regularidade de cultivo nestas situações (RAUBER et al., 2009). Desta forma, uma das implicações da masculinização é a diminuição da qualidade da alimentação desta população rural.

A consequência mais grave, entretanto, é o prejuízo à formação da família. Conforme já foi citado, o êxodo seletivo da mulher acaba incentivando o homem a também abandonar o rural, ou assumir a vida solitária, de celibatário, já que dificilmente as moças da cidade aceitam um casamento onde precisarão residir no meio rural. Na realidade rural gaúcha, onde a agricultura familiar é essencial e predominante, a previsão de aumento nos índices de masculinidade (ver ANEXOS A e B), significa o comprometimento da sucessão dos estabelecimentos, e em consequência, da sustentabilidade da agricultura familiar a longo prazo, principalmente nas Regiões da Campanha, Serra do Sudeste, Litoral Sul, Campos de Cima da Serra, Planalto e Depressão Central. A desertificação social do rural de algumas regiões do Estado pode acontecer, da mesma forma que já vem ocorrendo em alguns países europeus.

No exame atento da literatura recente sobre esta questão, a partir de estudos de pesquisadores sobre masculinização e mulher rural, ou nos materiais de formuladores de políticas públicas que contemplam este público no Brasil, pode-se compilar algumas alternativas que são propostas para melhorar a vida da mulher

rural e, desta forma, estimular a sua permanência neste espaço. Ressalva-se que para a análise destas propostas e o apontamento de outras, seria importante o aprofundamento do estudo, com agregação de ferramentas metodológicas qualitativas, visando o melhor entendimento das diferentes condições da inserção feminina em cada sistema agrário do RS. Acredita-se, ainda assim, que esse é um exercício válido à luz das novas informações apresentadas, já que estas sustentam a elaboração de apontamentos iniciais sobre a pertinência e adaptabilidade das propostas existentes, na verdade bastante genéricas, às especificidades dos sistemas agrários gaúchos. Estes apontamentos têm uma contribuição importante na construção de uma discussão mais aprofundada que pode avançar futuramente nesta direção.

A luta das mulheres rurais do RS, organizadas em movimentos sociais, já conseguiu conquistas representativas e continua a reivindicar melhorias nas condições de vida no campo. O trabalho do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) no Estado é um bom exemplo desta organização²⁶. Entre as conquistas alcançadas pela organização das mulheres rurais brasileiras, principalmente da Região Sul, está o acesso ao benefício de aposentadoria por idade e à licença maternidade remunerada a partir da Constituição de 1988. A obrigação de comprovação da condição de agricultora para alcançar estes benefícios faz com que os nomes das mulheres constem nos blocos dos produtores. Esta obrigação, entretanto, não modifica a condição de dominação masculina nas unidades de produção (BRUMER, 2004). O avanço destas conquistas na seguridade social está no reconhecimento da condição de agricultoras destas mulheres, pois antes eram vistas pela sociedade geral como donas de casa e esposas de agricultores. Esta renda da aposentadoria e da licença maternidade muitas vezes é a primeira renda própria da mulher, embora nem sempre sob sua administração e muitas vezes utilizada para pagar gastos de toda a família. O benefício temporariamente recebido referente à licença maternidade geralmente cobre gastos médicos e o enxoval da criança. A aposentadoria significa uma entrada de renda mensal, que costuma ser rara na produção agropecuária.

²⁶ Movimento popular sem fins lucrativos fundado em 1989 e formado por mulheres trabalhadoras rurais gaúchas. Em 2001 o MMTR atuava em doze regiões do Estado, com quinhentos grupos de trabalhadoras, representando 4500 mulheres, e chegando a atingir 35000 mulheres em eventos e campanhas no RS (SCHAAF, 2001).

Estas são vitórias importantes, mas não garantiram a modificação das relações de gênero no espaço rural. A pesquisa realizada por Costa (2006) comprova essa situação ao descrever o desconforto dos homens entrevistados ao concordar que os benefícios da aposentadoria recebidos por alguma pessoa da família contribuíam com os gastos da propriedade, pois isto abalava a sua posição de mantenedor da família. Além disso, a conquista e manutenção da aposentadoria da mulher rural não garantiram a permanência feminina nesse espaço. Em algumas regiões gaúchas, pelo contrário, a aposentadoria proporcionou autonomia financeira à mulher rural idosa para que essa buscasse na cidade a infra-estrutura que era deficitária onde ela residia, ou a presença dos filhos e netos, que já haviam mudado.

Neste sentido, outras políticas públicas que beneficiam direta ou indiretamente as mulheres rurais, referentes à assistência social, infra-estrutura e crédito, também estão sendo implantadas nos últimos anos no Brasil. Na assistência social o Programa Bolsa Família (PBF)²⁷ garante um complemento de renda, mesmo que seja baixo, a um grande número de famílias rurais com baixa renda e com crianças. Como o recebimento desse benefício é destinado às mulheres, elas passam a ter esse valor para amenizar as necessidades mais básicas suas e dos filhos. O recebimento do benefício mensalmente, entretanto, não oferece perspectiva de resolução das carências, servindo apenas para amenizá-las.

O Programa Luz Para Todos²⁸ soma-se às iniciativas, pretendendo garantir o acesso de todas as residências rurais à luz elétrica de forma gratuita. Especialmente na Região da Campanha esse programa pode contribuir positivamente na permanência e até na volta de mulheres e jovens ao campo, já que antes dele eram significativos os casos de moradias sem luz elétrica, principalmente nas localidades mais distantes dos centros urbanos. O incremento no conforto, a maior possibilidade de acesso aos meios de comunicação e a facilitação dos trabalhos do lar podem beneficiar principalmente esse público. Conforme o Ministério das Minas e Energia (2009), 96.000 famílias brasileiras retornaram ao meio rural depois da instalação da energia elétrica. Este, todavia, é um resultado a ser percebido em médio prazo, já

²⁷ “O PBF integra o Programa Fome Zero, que visa assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome. Consiste num programa de transferência direta de renda com condicionalidades, de acordo com a lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº. 5” (LIMA, 2009, p.4).

²⁸ Programa do Governo Federal com o objetivo de levar gratuitamente energia elétrica a toda a população rural brasileira (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2009)

que a instalação da rede ainda acontece em muitos locais do RS. De forma semelhante, a maior distribuição de unidades básicas de saúde no espaço rural, que acontece principalmente nas regiões mais povoadas, como as Colônias Velhas e Colônias Novas, possibilita a melhoria na qualidade de vida das pessoas e pode estar favorecendo a presença de mulheres idosas nesses locais.

Sobre a questão do crédito estão sendo criadas atualmente algumas linhas específicas para o público feminino, como o PRONAF Mulher²⁹. Foram estipuladas metas ambiciosas para aumento do percentual de crédito concedido às mulheres, porém não alcançadas, pois a procura das mulheres continuou baixa. Conforme Butto e Hora (2008) o estabelecimento de um percentual mínimo de 30% para destinação preferencial às mulheres dos recursos do PRONAF a partir de 2001 não alterou o acesso das mulheres, sendo que na safra 2001/2002 elas representaram apenas 10,4% dos contratos realizados. Outra mudança importante é a exigência da assinatura do casal para a concessão de alguns empréstimos. Nota-se que essas conquistas alcançadas através da luta de organizações feministas são significativas, porém não alcançam o efeito esperado sozinhas. Precisam ser trabalhados os determinantes desta baixa procura por crédito por parte das mulheres rurais.

O fechamento de pequenas escolas rurais que vem ocorrendo em todo o Estado do RS, com a opção pela concentração dos educandos em centros educacionais maiores ou urbanos, tem efeito contrário às iniciativas anteriores. Além da representação simbólica e organizativa da escola local para a comunidade, ela proporciona a possibilidade do papel de educador ser exercido na própria localidade, função essa que em muitos casos é exercida pelas mulheres. Além disso, a opção pelo estudo na cidade, conforme já foi citado, afasta ainda mais o educando e a educanda da sua origem rural.

Por outro lado, a reforma agrária apresenta-se com bom potencial para reestabelecimento do equilíbrio da proporção por sexo da população rural de algumas áreas. O acesso à terra, que historicamente foi relacionado à figura masculina, paulatinamente passa a incluir a mulher de forma igualitária nos assentamentos brasileiros. Conforme Deere (2004, apud BRUMER e ANJOS, 2008), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), pressionado pelos movimentos sociais, tomou algumas medidas para ampliar o acesso das mulheres aos lotes da

²⁹ Linha do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para o financiamento de investimentos de propostas de crédito da mulher agricultora (MDA, 2009).

reforma agrária. Entre eles, a revisão de quase todos os formulários utilizados no processo seletivo, incluindo na primeira página o nome dos esposos ou companheiros como co-candidatos ou beneficiários, em uma titulação conjunta dos lotes do assentamento. Para Brumer e Anjos (2008) esta medida auxilia na garantia de direitos da mulher, como da aposentadoria rural, entretanto tem pouco efeito sobre a percepção de renda própria, se não forem acompanhadas de políticas, como o apoio a atividades produtivas por parte das mulheres.

No assentamento das famílias precisam ser tomadas algumas medidas para que a reforma agrária consiga influenciar no aumento do percentual de mulheres nas áreas rurais. Pode-se, por exemplo, garantir a propriedade de terra para famílias onde exista a presença representativa de mulheres. Os casos de lotes onde são assentados apenas homens solitários podem agravar ainda mais o problema. O acesso à terra, por si só, também não garante a permanência dessas mulheres nos lotes. As iniciativas das ações de extensão rural e crédito voltado às mulheres que estão sendo realizadas nos assentamentos precisam ser fortalecidas, sendo também essencial a aposta em ações voltadas especificamente às jovens. Apenas assentar as famílias em condições inadequadas, sem apoio, com pouca terra e em locais sem infra-estrutura e de difícil acesso, dificulta a permanência nos assentamentos, principalmente com relação às mulheres e jovens.

Não poderiam ser esquecidas, nessa discussão, as atividades não-agrícolas. Há uma crença muito grande no potencial destas atividades para a garantia da permanência das mulheres rurais no campo em todas as realidades. Conforme Staduto et al. (2009), entre 2001 e 2005 houve um crescimento do número de famílias rurais na Região Sul, o que o autor atribui ao incremento de renda das atividades não-agrícolas e da seguridade social. A concentração de mulheres está no grupo de famílias de conta própria com renda principal da agricultura, representando 83% delas em 2005. Neste grupo houve um decréscimo do número de mulheres de 3,1% ao ano entre 2001 e 2005, o que reforça a existência da masculinização rural e elege as atividades agrícolas como grandes evasoras de mulheres. A renda das atividades não-agrícolas, ao contrário, ofereceria oportunidade de expansão de 'algumas de suas liberdades' (STADUTO et al., 2009). Assim, a agricultura na Região Sul favoreceria a evasão das mulheres rurais, enquanto as atividades não-agrícolas fariam o contraponto, garantindo a sua permanência no mundo rural.

Esta expansão pode não ser tão representativa, conforme aponta Boni (2006), a partir da análise do trabalho feminino nas agroindústrias familiares. O trabalho nestas agroindústrias é predominantemente realizado por mulheres e jovens. Ele permite à mulher o cuidado com familiares e as atividades domésticas. A proximidade do lar, entretanto, atribui a esse trabalho um aspecto não produtivo. Assim a mulher realiza o trabalho produtivo na agroindústria, a família apropria-se dos resultados de forma desigual e o homem realiza a gestão do empreendimento, mantendo-se as relações patriarcais (BONI, 2006).

Analizando os dados mostrados por Staduto (2009), pode se notar que o número de mulheres, do tipo de família conta-própria envolvidas em atividades agrícolas na região Sul, é imensamente maior do que as pluriativas, 378.000 a 104.000, respectivamente, em 2005. Da mesma forma, o crescimento do número de mulheres rurais pluriativas desse tipo de família, de 85.000 em 2001 para 104.000 em 2005, não representa reais possibilidades de reverter o processo de masculinização instalado na região a curto e médio prazo, pois houve uma diminuição de 60.000 mulheres rurais nesse grupo no período. Além disso, a forma de expor a discussão levando em consideração o número de famílias rurais esconde a realidade da constituição desta população, pois, por exemplo, o número de famílias rurais cresceu no período estudado, porém não é ressaltado que estas famílias estão cada vez mais sendo constituídas somente por pessoas idosas e homens. Por outro lado, as atividades não-agrícolas além de não terem todo esse potencial de substituição das atividades agrícolas, são mais adequadas à realidade de algumas regiões, geralmente onde há grande representatividade da agricultura familiar, dinamismo e infra-estrutura, ou nas proximidades das cidades. Assim, nas condições gaúchas, oferecem maior potencial para as regiões das Colônias, onde estão os menores índices de masculinidade. Já na realidade de grandes distâncias e contextos da pecuária extensiva da Campanha, Serra do Sudeste, Litoral Sul e Campos de Cima da Serra, onde a masculinização rural é mais intensa, as atividades não-agrícolas mostram um potencial bem menor de crescimento em grande escala, embora algumas atividades sejam promissoras, como o trabalho artesanal com a lã em todas estas regiões e o turismo rural nas duas últimas.

Entre as alternativas mencionadas ainda cabe ressaltar que a crescente aposta na noção de desenvolvimento territorial, desde que contemple a questão da inserção feminina no trabalho, pode representar a expectativa do tratamento

específico por regiões da problemática trabalhada. O Programa Territórios da Cidadania destaca-se nesse sentido, pois, conforme Butto e Hora (2008), leva em consideração as questões de gênero.

A implementação do Programa Territórios da Cidadania, envolvendo 15 ministérios e dirigido a 60 regiões com menor IDH e maior concentração de assentamentos da reforma agrária e agricultura familiar, ao reconhecer a legitimidade e a importância das demandas das mulheres rurais, e ao direcionar políticas para elas oferece um novo cenário que poderá consolidar a incorporação da dimensão de gênero nas políticas públicas de desenvolvimento rural (BUTTO e HORA, 2008, p.34).

A partir da análise destas alternativas e considerando as particularidades dos sistemas agrários do Estado do RS, podem ser elaborados alguns apontamentos gerais. Primeiramente, precisa-se trabalhar a questão da valorização do trabalho feminino rural, principalmente nas regiões onde a masculinização é mais intensa, pois essa parece ser uma questão central na problemática. A organização das mulheres rurais do RS se solidificou historicamente, esse potencial pode ser aproveitado para um avanço no sentido da maior problematização das relações de gênero no campo, principalmente as que acontecem no recinto domiciliar, incentivando um número maior de mulheres rurais a ocuparem os seus espaços. O reconhecimento do papel da mulher rural e a igualdade entre os sexos também precisam ser trabalhados nas escolas, já que uma mudança cultural não é imediata, sendo construída ao longo de diferentes gerações.

Acredita-se, porém, que essa valorização não aconteça isoladamente. Para Brumer (1996) a valorização do trabalho feminino depende do aumento da renda familiar e da habilitação profissional da mulher. A autora defende que a criação de oportunidades de treinamento técnico a toda a população jovem, linhas de crédito para mulheres, possibilidade de participação feminina em cargos de direção de sindicatos e cooperativas e o incentivo ao acesso feminino à propriedade da terra diminuiriam a diferença entre sexos quanto ao tipo de trabalho e remuneração. Além disso, Brumer (1996) defende a aposta em atividades intensivas em trabalho e diversificadas, principalmente quando ocupam a mão-de-obra constantemente durante o ano e desde que dêem rentabilidade para o sustento da família, garantindo a atividade produtiva às mulheres.

As sugestões levantadas por Brumer podem contribuir para o enfrentamento da masculinização rural no RS, porém precisam ser mais específicas e configuradas

conforme a realidade da região. A questão da extensão da oferta do treinamento técnico à juventude, por exemplo, é mais importante na realidade de baixa representatividade de moças mostrada principalmente nas regiões da Campanha, Campos de Cima da Serra e Litoral Sul. A oferta de crédito às mulheres, embora seja importante em todo o RS, precisa ser fortalecida na Campanha, Litoral Sul, Serra do Sudeste, onde a presença feminina é menor entre a população adulta, especialmente na Campanha onde o índice de masculinidade rural médio dos municípios é muito alto (138,87). Também nestas áreas existe a necessidade de investimento representativo em infra-estrutura, destacando a importância da facilitação de acesso e do aumento dos postos de saúde para visar à permanência das mulheres, particularmente as mais idosas.

De forma geral, as ações devem focar as regiões da Campanha, Litoral Sul, Serra do Sudeste, Campos de Cima da Serra e Depressão Central, onde a masculinização rural mostra-se mais intensa. Para estas regiões, e para o Planalto, medidas para melhorar o acesso à terra são especialmente indicadas, já que elas apresentam a posse de terra bastante concentrada. Assim, a reforma agrária realizada da maneira comentada nesse item, mostra um grande potencial para aumentar a presença feminina nestas áreas. O incentivo à intensificação dos sistemas de produção também é essencial, principalmente nesse contexto. Enfim, propõe-se uma aposta no fortalecimento da agricultura familiar para estas regiões como forma de promover a presença feminina.

A intensificação dos sistemas de produção da agricultura gaúcha, feita com equidade social, é apontada por Frantz e Silva Neto (2005) como base para o desenvolvimento rural no Estado. A intensificação sugerida refere-se ao aumento do valor agregado por unidade de superfície, podendo ser alcançada através do aumento da produção bruta em relação ao consumo intermediário e depreciações. A promoção da agricultura familiar é essencial em uma política de intensificação dos sistemas produtivos.

É possível concluir, portanto, que a dinâmica de um sistema agrário tem condições de gerar o desenvolvimento rural, desde que a produção agropecuária seja suficientemente intensiva e os ganhos de produtividade na agricultura sejam suficientemente bem distribuídos para que se possa manter uma densidade demográfica e uma geração de valor agregado elevadas, de modo que a demanda de bens e serviços locais dos agricultores estimule o desenvolvimento de atividades não-agrícolas no meio rural (FRANZ e SILVA NETO, 2005, p. 148).

Ao promover a agricultura familiar e o incremento na necessidade de mão-de-obra, a intensificação dos sistemas produtivos favorece o trabalho feminino e a consequente permanência da mulher no espaço rural. Assim, reforça-se a necessidade de apoio à intensificação dos sistemas produtivos e à agricultura familiar no RS, formas eficientes de combate à masculinização rural. Uma política de crédito específica pode ser uma forma de promover a intensificação dos sistemas produtivos, sendo especialmente importante para as regiões gaúchas com alta concentração fundiária.

Para o contexto das Colônias Novas, Colônias Velhas, Litoral Norte e Planalto sugere-se especialmente a aposta em atividades não-agrícolas. Pode-se destacar a importância da agroindustrialização para agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, além do artesanato e do turismo rural, que já são representativos, principalmente nas Colônias e no Litoral Norte, e apresentam grande potencial de diversificação, articulação de setores e desenvolvimento. No contexto de fracionamento excessivo das unidades produtivas familiares e consequente dificuldade para a sucessão, apresentado por muitos municípios das colônias, também precisa ser dada atenção especial aos jovens da agricultura familiar, facilitando o acesso à terra para moças e rapazes solteiros e recém casados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação e as ações referentes à problemática da masculinização rural são essenciais para que a população rural, e de forma especial, a agricultura familiar, tenham sustentação e contribuam à sustentabilidade no/do mundo rural contemporâneo. Com a intenção de contribuir neste sentido, este trabalho teve como objetivo analisar o índice de masculinidade da população rural nos diferentes sistemas agrários do RS, verificando suas eventuais particularidades e diferentes configurações. Especificamente pretendia avaliar a relação entre a regionalização por sistemas agrários do estado do RS e a variação do índice de masculinidade no período compreendido entre a década de 1950 e 2007; investigar os grupos de idade onde o processo de masculinização rural concentrava-se nas diferentes regiões gaúchas e analisar, à luz da literatura sobre a temática, a adequação de alternativas cogitadas para o enfrentamento da masculinização rural nos diferentes sistemas agrários do RS. Acredita-se que no decorrer do estudo estes objetivos foram alcançados.

O processo de masculinização rural mostra-se de forma bastante intensa no RS, com perspectiva de agravamento do problema no futuro, caso não seja devidamente considerado. Existe uma variação dos índices de masculinidade da população rural conforme os sistemas agrários presentes no Rio Grande do Sul. O sistema agrário, por ser constituído social e historicamente a partir de determinada condição natural, configura-se em uma realidade específica. Pode-se observar que houve um incremento significativo da masculinização rural no estado do RS entre 1950 e 2007. Todavia, este incremento foi diferenciado por sistema agrário e grupos de idade. Em 1950 as regiões mais masculinizadas eram a Campanha e o Litoral Sul, a primeira com maior intensidade. Havia uma diferenciação destas regiões com relação a outras com índices de masculinidade mais baixos: Depressão Central, Colônias Velhas, Colônias Novas e Planalto.

Em 2007 esta situação modifica-se. Somente o Litoral Norte não apresenta diferenciação com outras regiões. A Campanha e a Serra do Sudeste se diferenciam das Colônias Velhas, das Colônias Novas e do Planalto. O Litoral Sul apresenta diferenças bastante significativas diante das Colônias Velhas e das Colônias Novas. Já os índices de masculinidade dos Campos de Cima da Serra divergem dos índices

das Colônias Velhas, das Colônias Novas e do Planalto. Esta diferenciação, entre os sistemas agrários no mesmo ano e no período transcorrido entre os anos referidos, pode ser explicada principalmente pelas características dos processos produtivos dos sistemas agrários, relações de produção, concentração fundiária e intensidade dos sistemas produtivos mais representativos.

Assim, as regiões como Campanha, Litoral Sul, Serra do Sudeste e Campos de Cima da Serra mostraram aumento significativo nos índices de masculinidade no período em questão, sendo que as duas primeiras já apresentavam a tendência em 1950 e as outras as desenvolveram posteriormente. Em todas estas regiões a pecuária de corte apresenta-se como atividade predominante, em sistemas de produção extensivos, de baixa necessidade de mão-de-obra por unidade de área e com a propriedade da terra historicamente bastante concentrada, com presença representativa da categoria patronal e trabalho assalariado.

Já nas Colônias Velhas e Colônias Novas a agricultura familiar é característica. Estas regiões, constituídas a partir do trabalho na agricultura dos caboclos brasileiros e dos colonos europeus não-ibéricos, desenvolveram sistemas de produção bastante intensivos em terra e mão-de-obra, onde a vitivinicultura, a suinocultura, a fumicultura e a produção de leite são bastante representativos. Esta realidade historicamente inseriu e continua propiciando a inserção do trabalho feminino nas atividades produtivas da unidade de produção familiar, o que contribui para uma maior permanência das mulheres em seus territórios rurais em relação aos outros sistemas agrários do RS.

O Planalto e a Depressão Central passam por uma transformação de comportamento. Estas regiões, que tinham baixos índices de masculinidade em 1950, aumentam estes índices em 2007, assumindo uma posição intermediária entre os altos índices de masculinidade das regiões de pecuária extensiva e os baixos índices das Colônias. Este fato deve estar relacionado com a diminuição significativa do grau de intensidade da força de trabalho humana nos seus principais sistemas produtivos a partir da modernização agrícola. As culturas da soja, do arroz e do trigo, de presença característica nestas regiões, com a utilização maciça de maquinários e insumos industrializados, passam a diminuir drasticamente a necessidade de mão-de-obra, que precisa ser especializada e geralmente é masculina. Da mesma forma aumenta a concentração fundiária, pois cada unidade de produção mecanizada pode trabalhar grandes áreas, o que se torna mais frequente nessas regiões.

Desta forma, não é diretamente a modernização agrícola que promove o agravamento do processo de masculinização rural, mas sim a diminuição significativa da necessidade de mão-de-obra provocada pela modernização em alguns sistemas de produção, que se tornam mais extensivos. Em algumas atividades agropecuárias, como no cultivo da soja, a mulher perde seu papel produtivo, passando a se dedicar inteiramente às tarefas reprodutivas, o que parece predispor mais ao êxodo rural feminino. Alguns sistemas de produção modernizam-se, mas continuam necessitando do trabalho feminino, como os que têm presente a produção de leite. Nestes casos, embora a produção tenha passado a ter um maior controle masculino, a mulher continua tendo seu papel produtivo assegurado, como mostra Boni (2006).

Os índices de masculinidade também se diferenciam com relação à idade. As diferentes fases da vida da mulher rural atribuem contornos específicos ao processo, já que em alguns períodos a mulher está mais propícia à migração. No contexto geral do RS, até aos catorze anos o processo é pouco pronunciado, quando geralmente a menina estuda e reside com os pais. Ele agrava-se entre a população jovem e a população adulta, sendo este último grupo o mais masculinizado na maioria das regiões (onde há o reflexo de décadas de êxodo seletivo das jovens). A masculinização rural entre a população jovem é intensa em todas regiões, período em que a jovem decide deixar a casa e a autoridade paterna para continuar seus estudos ou trabalhar na cidade. Nesta faixa etária possivelmente não há diferenciação dos índices por sistema agrário porque a principal causa da seletividade do êxodo, maior escolaridade feminina, não depende do processo produtivo.

A diferenciação estatística entre os dados dos sistemas agrários do RS acontece para a população maior que vinte e cinco anos. Entre a população adulta, a diferenciação obedece praticamente o mesmo padrão estabelecido na população rural geral do RS, com a exceção inesperada da diferenciação entre Colônias Velhas e Colônias Novas, devido ao índice representativo da primeira, o que merece uma investigação específica. Assim, as regiões com a população adulta mais masculinizada são as regiões onde os sistemas de produção mais representativos são extensivos, com destaque para a presença da pecuária de corte, a propriedade da terra é bastante concentrada e o trabalho assalariado representativo. Para este grupo de idade, diferentemente do anterior, há a influência do processo produtivo no

êxodo das mulheres rurais, o que parece provocar a diferenciação dos índices de masculinidade entre os sistemas agrários.

Com relação à população idosa a diferenciação do processo entre os sistemas agrários torna-se muito mais nítida. Nesta faixa etária os aspectos da organização produtiva continuam influenciando nos índices de masculinidade, como na anterior. As regiões das Colônias apresentaram predomínio feminino. O Litoral Norte mostra comportamento intermediário; enquanto as outras regiões, principalmente a Campanha, mostraram um forte predomínio masculino. Nos casos da Campanha, Litoral Sul e Campos de Cima da Serra, a diferença ultrapassa os índices de masculinidade médios da população jovem e adulta. Assim, há uma clara diferenciação entre as Colônias e as outras regiões, com exceção do Litoral Norte, que apresenta situação intermediária. Na população deste grupo, portanto, diferenciam-se claramente três comportamentos: predomínio feminino moderado nas regiões de agricultura familiar; masculinização rural moderada nas regiões de agricultura mecanizada e masculinização rural intensa nas regiões de pecuária extensiva.

É necessário buscar alternativas para o enfrentamento deste problema a partir das especificidades gaúchas. Existem algumas políticas públicas, como as de crédito e assistência social, que podem contribuir para a maior permanência das mulheres no campo. Para que elas desenvolvam seu potencial máximo, entretanto, necessitam contar com um contexto de fortalecimento das discussões das questões de gênero, seja no espaço escolar, seja na organização sólida dos grupos de mulheres rurais do Estado. A valorização do trabalho feminino parece ser fundamental nesta questão, principalmente nas regiões mais masculinizadas.

Diante das especificidades de cada sistema agrário do RS algumas alternativas cogitadas precisam ser direcionadas à realidade da região. As ações devem focar, de forma geral, as regiões da Campanha, Litoral Sul, Serra do Sudeste, Campos de Cima da Serra e Depressão Central, onde a masculinização rural mostra-se mais intensa. Para estas regiões e para o Planalto, onde a posse da terra também é bastante concentrada, a reforma agrária parece constituir-se em boa alternativa para reequilibrar a composição da população rural. Ressalta-se, portanto, que a reforma agrária é importantíssima para o RS. Através dela pode-se fortalecer a agricultura familiar, modificando as características dos processos produtivos e as relações de produção estabelecidas nos sistemas agrários, formando um contexto

mais propício à permanência e ao trabalho da mulher rural.

Acredita-se que o incentivo à intensificação dos sistemas de produção também é essencial, através da oferta de uma linha de crédito específica, principalmente neste contexto. Enfim, propõe-se uma aposta no fortalecimento da agricultura familiar para estas regiões. Ainda é necessário aumentar a oferta de formação técnica à juventude nas regiões da Campanha, Campos de Cima da Serra e Litoral Sul, onde a população jovem é mais masculinizada. A oferta de crédito às mulheres e o investimento em infra-estrutura, embora sejam importantes em todo o RS, precisam ser fortalecidos principalmente na Campanha, Litoral Sul e Serra do Sudeste, a fim de proporcionar a permanência das mulheres adultas e idosas.

Para as Colônias Novas, Colônias Velhas e Litoral Norte sugere-se, especialmente, a aposta em atividades não-agrícolas, com destaque à agroindústrias familiares. Nestas regiões estas atividades já são importantes e o contexto de dinamismo regional facilita o seu fortalecimento, bem como a sua diversificação e articulação inter-setorial, enfim um reforço de renda dos agricultores familiares. Também é essencial nesta realidade a facilitação do acesso à terra para jovens agricultores familiares, moças e rapazes solteiros e recém casados.

Enfim, um das principais contribuições deste trabalho reside no estabelecimento de uma base para o estudo do processo de masculinização rural a partir de realidades e contextos sócio-históricos regionalizados. Tal abordagem desta problemática no Rio Grande do Sul traz vários elementos interessantes que precisam ser ainda elucidados. Assim, entre outros, esta linha temática de investigação pode ter continuidade, por exemplo, estudando qualitativamente os aspectos particulares da inserção da mulher rural e do trabalho feminino em cada um dos nove sistemas agrários gaúchos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.26, n.1, p.661-694, jun. 2005.

BARBIERI, M. **Representaciones de lo femenino en los 90**: de madres e hijas, abuelas, tias e hermanas. Buenos Aires: Antropofagia, 2008.

BERQUÓ, E. S. Fatores estáticos e dinâmicos: mortalidade e fecundidade. In: SANTOS, J. L. F., LEVY, M. S. F., SZMRECSANYI, T. (Org.). **Dinâmica da população**: teoria, métodos e técnicas de análise. 2. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991, p. 21-85.

BONI, V. Agroindústrias familiares: uma perspectiva de gênero. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 30, 2006, Caxambú, **Anais...** Caxambú: ANPOCS, 2006, p.01-25.

BOURDIEU, P. O camponês e seu corpo. **Sociologia Política**, Curitiba, v.26, p.83-92, jun. 2006.

BRITO, A. N. S. et al. A invisibilidade da mulher pampeana: subalternidade cultural e conservação da ordem social. In: 4º Congresso Argentino y Latinoamericano de Antropología Rural, Mar del Plata. **Anais...** Mar del Plata: INTA/NADAR, 2009, p.1-20.

BRUMER, A.; ANJOS, G. Relações de gênero em assentamentos: a noção de empoderamento em questão. In: LOPES, A. L.; BUTTO, A. (Org.). **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente do Brasil**. Brasília: MDA, 2008, p.217 a 240.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p.205-227, jan-abr. 2004.

_____. Mulher e desenvolvimento rural. In: PRESVELOU, C.; ALMEIDA, F. R.; ALMEIDA, J. A. (Org.). **Mulher, família e desenvolvimento rural**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1996. p.39 a 59.

_____. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 7, jan-jun 2002, p. 50-81

BUTO, A.; HORA, K. M. R. Mulheres e reforma agrária no Brasil. In: LOPES, A. L.; BUTTO, A. (Org.). **Mulheres na reforma agrária**: a experiência recente do Brasil. Brasília: MDA, 2008, p.19 a 38.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CAMARGO, C. P. F. A dinâmica demográfica como processo histórico-social. In: SANTOS, J. L. F., LEVY, M. S. F., SZMRECSANYI, T. (Org.). **Dinâmica da população**: teoria, métodos e técnicas de análise. 2. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991, p.12-20.

CARGNELUTTI FILHO, A. et al. **Testes não-paramétricos para pesquisas agrícolas**. Santa Maria: UFSM, 2001. 87 p.

CARVALHO, J. A. M.; SAWYER, D. O.; RODRIGUES, R. N. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia**. Belo Horizonte: ABEP, 1998 (Textos didáticos). Disponível em <www.abep.nepo.unicamp.br>. Acesso em: 8 ago. 2009.

CENTRO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO DE DEMOGRAFÍA. **América Latina y el Caribe**: indicadores seleccionados con la perspectiva de género. Boletín Demográfico nº 70. Santiago de Chile, jul. 2002.

_____. **América Latina**: proyecciones de población urbana y rural 1970-2025. Boletín Demográfico nº 76. Santiago de Chile, jul. 2005.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. División de Desarrollo Social. **Juventud rural**: modernidad y democracia em América Latina. Santiago do Chile, 1996.

COSTA, M. R. C. **Agricultura familiar e sucessão hereditária**: estudo de caso no município de Morro Redondo, RS. 2006. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Agronomia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2006.

DELGADO, G. C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, v.15, n. 43, 2001.

DUFUMIER, M. **Caracterização dos sistemas de produção agrícola**. Projetos de Desenvolvimento Agrícola: manual para especialistas. Tradução: Vitor de Athayde Couto. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 83 a 116.

FONSECA, M. T L. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

FRANTZ, T. R.; SILVA NETO, B. A formação histórica dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul; A dinâmica dos sistemas agrários e o desenvolvimento rural. In: SILVA NETO, B.; BASSO, D. (Org.). **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2005, p. 27 a 92 e p. 109 a 156.

FROEHLICH, J. M.; PIETRZACKA, R. Dinâmica populacional rural: análise de gênero e faixa etária na Região Central do Rio Grande do Sul no período 1996-2000. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 42, 2004, Cuiabá. **Anais ...** Cuiabá: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2004, p.1-14.

FROEHLICH, J. M. ; RAUBER, C. C. . Dinâmica Demográfica Rural na Região Central do Rio Grande do Sul: Êxodo Seletivo e Masculinização. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47, 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009, p.1-14.

GIRON, L. **Dominação e subordinação: mulher e trabalho na pequena propriedade**. Porto Alegre: Ed. Suliane Letra e Vida, 2008.

GOLDANI, A. M. Mulheres e envelhecimento: desafios para novos contratos intergeracionais e de gênero. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Muito além dos sessenta: os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. p.75 a 114.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contagem da População 2007**: dados do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2008. Dados internos.

_____. Departamento de População e Indicadores Sociais. **População jovem no Brasil**. Rio de Janeiro, 1999. Série Estudos e Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, n.3.

JARDINY, M. L. T. Evolução da população do Rio Grande do Sul. Documentos FEE In: ACCURSO, J. S. (Coord.) **O Rio Grande do Sul e sua população**. Porto Alegre: n. 51, out. 2002, p. 57-88.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Tradução: José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LIMA, D. M. L. **A contribuição do Programa Bolsa Família no desenvolvimento da educação**. Biblioteca virtual da Bolsa Família. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/biblioteca-virtual-bolsa-familia-1>>. Acesso em: 18 dez. 2009.

MAGALHÃES, R. S. A 'masculinização' da produção de leite. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.47, n.1, jan.-mar. 2009, p.275 a 299.

MARIN, J. O. B. Juventud rural: una invención del capitalismo industrial. **Estudios Sociológicos**, v.27, ano 80, mai.-ago. 2009.

MENDES, C. D.; DÍAS, M. D. Familia, Trabajo y Territorio: tres anclajes sociales dinámicos para la integración de las jóvenes en una sociedad rural difusa. **RIS**, VOL. 67, Nº 2, mai-ago. 2008, p.499-515.

MENDES, M. R. S. S. B. A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração. **Acta Paul Enferm.**, São Paulo, v. 18, ano 4, 2005, p.422-426.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. **Pesquisa quantitativa domiciliar de avaliação da satisfação e de impacto do programa Luz para Todos**: primeiros resultados, 2009. Disponível em <<http://luzparatodos.mme.gov.br>>. Acesso em: 14 dez. 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília, 2006 (Nead Debate; 9).

_____. **Crédito rural do PRONAF**, 2009. Disponível em <http://comunidades.mda.gov.br> . Acesso em: 14 dez. 2009.

NEUMANN, P. S. O processo de diferenciação econômica do espaço rural e dos agricultores na região central do RS. In: FROEHLICH, J. M.; DIESEL, V. (Org.) **Espaço rural e desenvolvimento regional: estudos a partir da região central do RS**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

PANZUTTI, N. P. M. **Mulher rural**: eminência oculta. Campinas: Alínea, 2006. v. 1.

PATARRA, N. L. Objeto e campo da demografia. In: SANTOS, J. L. F., LEVY, M. S. F., SZMRECSANYI, T. (Org.). **Dinâmica da população**: teoria, métodos e técnicas de análise. 2 ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991, p. 09 a 11.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n. 01, jan.-abr. 2004, p.229-252.

RAUBER, C. C. et al. **O esvaziamento do pampa gaúcho**: uma análise a partir do envelhecimento e da masculinização rural na APA do Ibirapuitã. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47, 2009, Porto Alegre. **Anais ...** Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009, p. 1-14

RAUBER, C.C.; FROEHLICH, J. M.;CARPES, R. H. Masculinização rural por faixa etária: apontamentos para o RS. **Revista CONGREGA URCAMP**, Bagé, v.3, n.3, nov. 2009. p. 1-12.

RENNER, C. H.; PATARRA, N. L. Migrações. In: SANTOS, J. L. F., LEVY, M. S. F., SZMRECSANYI, T. (Org.). **Dinâmica da população**: teoria, métodos e técnicas de análise. 2. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991, p. 236-262.

RIOJA, L. A. M. et al. La población rural de España: de los desequilibrios a la sostenibilidad social. Barcelona: Fundación La Caixa, Colección Estudios Sociales nº 27, 2009. Disponível em < www.laCaixa.es/ObraSocial>. Acesso em: 28 jan. 2010.

RIOJA, L. A. M. ¿Por qué hay menos mujeres en las áreas rurales? **Agricultura Familiar en España**, [S.l], 2009, p. 86 a 90.

RIOJA, L. A. M.; SAMPEDRO, S. ¿Por qué se van las mujeres? El continuum de movilidad como hipótesis explicativa de la masculinización rural. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas** N.º 124, 2008, p. 73 a105.

SCHAAF, A.V.D. **Jeito de mulher rural**: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2001.

SCHNEIDER, I. Êxodo, envelhecimento populacional e estratégias de sucessão na exploração agrícola. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.21, n.4, 1994.

SILVA NETO, B. A regionalização do Estado segundo os seus sistemas agrários; Objetivos e aspectos metodológicos dos estudos municipais. In: SILVA NETO, B.; BASSO, D. (Org.). **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul**: análise e recomendações de políticas. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2005, p. 93 a 108 e p.159 a 164.

SILVA NETO, B.; BASSO, D. Aplicação da Teoria dos Sistemas Agrários para a análise da agricultura no Rio Grande do Sul. In: SILVA NETO, B.; BASSO, D. (Org.). **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul**: análise e recomendações de políticas. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2005, p.17 a 24.

SILVA NETO, B.; FRANTZ, T. R. **Avaliação e caracterização sócio-econômica dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul**: relatório preliminar. RS Rural: estudo especial. Ijuí: Departamento de Estudos Agrários da SILVA NETO, B.; UNIJUÍ, 2001.

SILVA NETO, B.; LIMA, A. J. P.; BASSO, N. Conclusões dos estudos municipais. In: SILVA NETO, B.; BASSO, D. (Org.). **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul**: análise e recomendações de políticas. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2005, p.269 a 276.

SIQUEIRA, L. H. S. **As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar**. 2004. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

STADUTO, J. A. R. et al. **Ocupações das Mulheres Rurais no Sul do Brasil**: uma perspectiva de gênero. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47, 2009, Porto Alegre. **Anais ...** Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009, p. 1-21.

SZMRECSANYI, T. Retrospecto histórico de um debate. In: SANTOS, J. L. F., LEVY, M. S. F., SZMRECSANYI, T. (Org.). **Dinâmica da população**: teoria, métodos e técnicas de análise. 2. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991, p.263-274

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. **Estrutura e Apresentação de Monografias, Dissertações e Teses:** MDT. 6 ed. Rev. e ampl. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ESTRATIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS CONTEMPLADOS NA CONTAGEM POPULACIONAL 2007 POR SISTEMAS AGRÁRIOS³⁰

1- Campanha

Alegrete, Bagé, Barra do Quaraí, Dom Pedrito, Quaraí, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santana do Livramento, São Gabriel, Uruguaiana, Itaqui e Maçambará.

2- Serra do Sudeste

Aceguá, Amaral Ferrador, Arambaré, Arroio do Padre, Arroio Grande, Caçapava do Sul, Camaquã, Candiota, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Cerro Grande do Sul, Chuvisca, Cristal, Dom Feliciano, Encruzilhada do Sul, Herval, Hulha Negra, Jaguarão, Lavras do Sul, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pinheiro Machado, Piratini, Santana da Boa Vista, São Lourenço do Sul, Sentinela do Sul, Tapes e Turuçu.

3- Depressão Central

Agudo, Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo, Barra do Ribeiro, Butiá, Cacequi, Cachoeira do Sul, Charqueadas, Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Eldorado do Sul, Faxinal do Soturno, Formigueiro, General Câmara, Guaíba, Itaara, Jaguari, Manoel Viana, Mariana Pimentel, Mata, Minas do Leão, Nova Esperança do Sul, Novo Cabrais, Pantano Grande, Paraíso do Sul, Passo do Sobrado, Restinga Seca, Rio Pardo, São Francisco de Assis, São Jerônimo, São João do Polêsine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, São Sepé, São Vicente do Sul, Sertão Santana, Silveira Martins, Toropi, Triunfo, Vale Verde e Vila Nova do Sul.

4- Litoral Norte

Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Mampituba, Maquine, Osório, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Xangri-Lá, Imbé, Itati e Morrinhos do Sul.

5- Litoral Sul

³⁰ Cabe lembrar a condição explicada na metodologia de que os municípios com população maior que 170.000 habitantes não foram contemplados na Contagem da População 2007 do IBGE.

Capivari do Sul, Chuí, Mostardas, Palmares do Sul, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte e Tavares.

6- Colônias Velhas

Alto Feliz, André da Rocha, Anta Gorda, Antônio Prado, Araricá, Arroio do Meio, Arvorezinha, Barão, Barros Cassal, Bento Gonçalves, Boa Vista do Sul, Bom Princípio, Bom Retiro do Sul, Boqueirão do Leão, Brochier, Camargo, Campestre da Serra, Campo Bom, Candelária, Canela, Canudos do Vale, Capela de Santana, Capitão, Caraá, Carlos Barbosa, Casca, Caseiros, Cerro Branco, Ciríaco, Colinas, Coqueiro Baixo, Coronel Pilar, Cotiporã, Cruzeiro do Sul, David Canabarro, Dois Irmãos, Dois Lajeados, Doutor Ricardo, Encantado, Estância Velha, Esteio, Estrela, Fagundes Varela, Farroupilha, Fazenda Vilanova, Feliz, Flores da Cunha, Fontoura Xavier, Forquetinha, Garibaldi, Gentil, Glorinha, Gramado, Gramado Xavier, Guabiju, Guaporé, Harmonia, Herveiras, Ibarama, Ibiraiaras, Igrejinha, Ilópolis, Imigrante, Itapuca, Ivorá, Ivoti, Lagoa Bonita do Sul, Lagoão, Lajeado, Lindolfo Collor, Linha Nova, Maratá, Marques de Souza, Mato Leitão, Montauri, Monte Belo do Sul, Montenegro, Morro Reuter, Muçum, Muliterno, Nova Alvorada, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Bréscia, Nova Hartz, Nova Pádua, Nova Palma, Nova Petrópolis, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Nova Santa Rita, Parai, Pareci Novo, Parobé, Passa Sete, Paverama, Picada Café, Pinhal Grande, Poço das Antas, Portão, Pouso Novo, Presidente Lucena, Progresso, Protásio Alves, Putinga, Relvado, Riozinho, Roca Sales, Rolante, Salvador do Sul, Santa Clara do Sul, Santa Cruz do Sul, Santa Maria do Herval, Santa Tereza, Santo Antônio do Palma, São Domingos do Sul, São Jorge, São José do Herval, São José do Hortêncio, São José do Sul, São Marcos, São Pedro da Serra, São Sebastião do Caí, São Valentim do Sul, São Vendelino, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Segredo, Serafina Corrêa, Sérico, Sinimbu, Sobradinho, Tabaí, Taquara, Taquari, Teutônia, Travesseiro, Três Coroas, Tuparendi, União da Serra, Vale do Sol, Vale Real, Vanini, Venâncio Aires, Vera Cruz, Veranópolis, Vespasiano Correa, Vila Flores, Vila Maria, Vista Alegre do Prata, Westfalia

7- Campos de Cima da Serra

Bom Jesus, Cambará do Sul, Capão Bonito do Sul, Esmeralda, Ipê, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, Pinhal da Serra, São Francisco de Paula, São José dos Ausentes, Vacaria, Jaquirana e Lagoa Vermelha.

8 - Colônias Novas

Água Santa, Ajuricaba, Alecrim, Alegria, Ametista do Sul, Aratiba, Augusto Pestana, Áurea, Barão de Cotegipe, Barracão, Barra do Guarita, Barra do Rio Azul, Barra Funda, Benjamin Constant do Sul, Boa Vista das Missões, Bom Progresso, Bozano, Braga, Cacique Doble, Caiçara, Campina das Missões, Campinas do Sul, Campo Novo, Cândido Godói, Carlos Gomes, Centenário, Cerro Grande, Cerro Largo, Chapada, Charrua, Chiapetta, Constantina, Coronel Barros, Coronel Bicaco, Coxilha, Cristal do Sul, Cruzaltense, Derrubadas, Dezesseis de Novembro, Dois Irmãos das Missões, Doutor Maurício Cardoso, Engenho Velho, Entre Rios do Sul, Erebang, Erechim, Erval Grande, Erval Seco, Eugênio de Castro, Faxinalzinho, Floriano Peixoto, Frederico Westphalen, Gaurama, Gramado dos Loureiros, Guarani das Missões, Horizontina, Humaitá, Ibiaçá, Ijuí, Independência, Inhacorá, Ipiranga do Sul, Jaboticaba, Lajeado do Bugre, Liberato Salzano, Machadinho, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Mato Castelhano, Maximiliano de Almeida, Miraguaí, Nonoai, Nova Boa Vista, Nova Candelária, Nova Ramada, Novo Machado, Novo Tiradentes, Novo Xingu, Novo Barreiro, Paim Filho, Palmitinho, Panambi, Paulo Bento, Pejuçara, Pinhal, Pinheirinho do Vale, Pirapó, Planalto, Ponte Preta, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Porto Xavier, Quatro Irmãos, Redentora, Rio dos Índios, Rodeio Bonito, Rondinha, Roque Gonzáles, Sagrada Família, Salvador das Missões, Sananduva, Santa Cecília do Sul, Santa Rosa, Santo Augusto, Santo Cristo, Santo Expedito do Sul, São João da Urtiga, São José das Missões, São José do Inhacorá, São José do Ouro, São Martinho, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro das Missões, São Pedro do Butiá, São Valentim, São Valério do Sul, Sarandi, Seberi, Sertão, Sete de Setembro, Severiano de Almeida, Tapejara, Taquaruçu do Sul, Tenente Portela, Tiradentes do Sul, Três Arroios, Três de Maio, Três Palmeiras, Três Passos, Trindade do Sul, Tucunduva, Tupanci do Sul, Tupandi, Viadutos, Vicente Dutra, Vila Lângaro, Vista Alegre, Vista Gaúcha, Alpestre, Boa Vista do Buricá, Crissiumal, Esperança do Sul, Estação, Getúlio Vargas, Irai, Itatiba do Sul, Jacutinga, Sede Nova e Mormaço.

9 - Planalto

Almirante Tamandaré do Sul, Alto Alegre, Arroio do Tigre, Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Bossoroca, Caibaté, Campos Borges, Capão do Cipó, Carazinho, Catuípe, Colorado, Condor, Coqueiros do Sul, Cruz Alta, Entre-Ijuís,

Ernestina, Espumoso, Estrela Velha, Fortaleza dos Valos, Garruchos, Giruá, Ibirapuitã, Ibirubá, Itacurubi, Jacuizinho, Jarí, Jóia, Júlio de Castilhos, Lagoa dos Três Cantos, Marau, Mato Queimado, Não-Me-Toque, Nicolau Vergueiro, Palmeira das Missões, Pontão, Quevedos, Quinze de Novembro, Rolador, Ronda Alta, Saldanha Marinho, Salto do Jacuí, Santa Bárbara do Sul, Santiago, Santo Ângelo, Santo Antônio da Patrulha, Santo Antônio das Missões, Santo Antônio do Planalto, São Borja, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, Selbach, Senador Salgado Filho, Soledade, Tapera, Tio Hugo, Tunas, Tupanciretã, Ubiretama, Unistalda, Victor Graeff e Vitória das Missões.

APÊNDICE B – TESTE DE NORMALIDADE LILIEFORS PARA A DISTRIBUIÇÃO DOS ÍNDICES DE MASCULINIDADE DA POPULAÇÃO RURAL DO RS POR SISTEMAS AGRÁRIOS EM 2007

	- 1 -	- 2 -	- 3 -	- 4 -	- 5 -	- 6 -	- 7 -	- 8 -	- 9 -
Tamanho da amostra =	12	30	41	17	7	151	13	150	62
Desvio máximo =	0.1452	0.2649	0.2637	0.279	0.2719	0.1686	0.1801	0.0545	0.0772
Valor crítico (0.05) =	0.242	0.161	0.1384	0.206	0.3	0.0721	0.234	0.0723	0.1125
Valor crítico (0.01) =	0.275	0.187	0.161	0.245	0.348	0.0839	0.268	0.0842	0.1309
p(valor)	ns	< 0.01	< 0.01	< 0.01	ns	< 0.01	ns	ns	ns

APÊNDICE C – TESTE DE NORMALIDADE LILIEFORS PARA A DISTRIBUIÇÃO DOS ÍNDICES DE MASCULINIDADE DA POPULAÇÃO RURAL DO RS POR SISTEMAS AGRÁRIOS EM 1950

Resultados	Coluna 1	Coluna 2	Coluna 3	Coluna 4	Coluna 5	Coluna 6	Coluna 7	Coluna 8	Coluna 9
Tamanho da amostra =	22	29	41	11	10	153	32	55	76
D (Desvio) =	0.2507	0.2626	0.2789	0.2676	0.2661	0.2368	0.2832	0.2794	0.2698
Valores críticos 5%	0.2629 a	0.2659 a	0.2690 a	0.2529 a	0.2513 a	0.2761 a	0.2668 a	0.2711 a	0.2731 a
Valores críticos 1%	0.2864	0.2866	0.2867	0.2852	0.2849	0.2856	0.2867	0.2866	0.2864
p =	0.2542 a	0.2587 a	0.2633 a	0.2400 a	0.2379 a	0.2739 a	0.2600 a	0.2664 a	0.2694 a
	0.2870	0.2873	0.2874	0.2860	0.2857	0.2864	0.2873	0.2874	0.2872
	p < 0.01	p < 0.05	ns	ns	ns	p < 0.01	ns	ns	p < 0.05

APÊNDICE D – TESTE DE COMPARAÇÃO ENTRE DUAS PROPORÇÕES PARA OS ÍNDICES DE MASCULINIZADADE DA POPULAÇÃO RURAL DA CAMPANHA POR FAIXA ETÁRIA

Município	GRUPOS DE IDADE			
	0-14	15-24	25-59	60 ou mais
M1	3,143*	3,151*	12,152*	8,897*
M2	1.432 ^{ns}	-0.501 ^{ns}	3.026*	-0.275 ^{ns}
M3	0.061 ^{ns}	0.581 ^{ns}	4.601*	1.912 ^{ns}
M4	2.232*	2.254*	7.690*	4.906*
M5	0.749 ^{ns}	2.445*	7.794*	3.657*
M6	1.530 ^{ns}	2.605*	5.943*	4.336*
M7	-0.171 ^{ns}	0.658 ^{ns}	4.260*	1.367 ^{ns}
M8	1.197 ^{ns}	0.804 ^{ns}	9.205*	4.701*
M9	1.414 ^{ns}	4.755*	8.097*	2.923*
M10	0.528 ^{ns}	7.177*	13.648*	5.744*
M11	2.177*	1.935 ^{ns}	6.512*	4.916*
M12	1.125 ^{ns}	1.275 ^{ns}	3.443*	1.930 ^{ns}

*Diferença significativa ao nível de 0,05; ^{ns} diferença não significativa ao nível de 0,05.

APÊNDICE E – TESTE DE COMPARAÇÃO ENTRE DUAS PROPORÇÕES PARA OS ÍNDICES DE MASCULINIDADE DA POPULAÇÃO RURAL DA SERRA DO SUDESTE POR FAIXA ETÁRIA

Município	GRUPOS DE IDADE			
	0-14	15-24	25-59	60 ou mais
M1	0.036 ^{ns}	3.030*	2.959*	0.581 ^{ns}
M2	-0.757 ^{ns}	0.000 ^{ns}	4.729*	1.799 ^{ns}
M3	2.040*	0.348 ^{ns}	1.874 ^{ns}	1.992*
M4	1.294 ^{ns}	2.626*	2.985*	-2.215*
M5	0.764 ^{ns}	2.295*	6.485*	4.026*
M6	1.611 ^{ns}	3.415*	4.457*	1.601 ^{ns}
M7	1.551 ^{ns}	3.897*	6.580*	0.181 ^{ns}
M8	1.924 ^{ns}	0.192 ^{ns}	4.145*	1.580 ^{ns}
M9	1.092 ^{ns}	5.393*	12.538*	-1.007 ^{ns}
M10	-1.278 ^{ns}	0.331 ^{ns}	3.024*	1.989*
M11	0.294 ^{ns}	0.997 ^{ns}	2.870*	0.394 ^{ns}
M12	1.534 ^{ns}	1.994*	5.975*	0.744 ^{ns}
M13	1.474 ^{ns}	2.201*	3.793*	-1.339 ^{ns}
M14	-0.034 ^{ns}	1.114 ^{ns}	2.411*	0.101 ^{ns}
M15	0.739 ^{ns}	3.056*	6.968*	0.370 ^{ns}
M16	2.220*	3.234*	7.568*	3.470*
M17	1.126 ^{ns}	1.506 ^{ns}	7.076*	5.007*
M18	0.311 ^{ns}	1.849 ^{ns}	4.563*	0.545 ^{ns}
M19	1.007 ^{ns}	2.294*	9.571*	4.932*
M20	0.520 ^{ns}	-0.136 ^{ns}	3.309*	2.435*
M21	1.057 ^{ns}	2.340*	1.785 ^{ns}	0.480 ^{ns}
M22	2.485*	2.585*	5.291*	2.099*
M23	2.661*	2.218*	4.490*	2.630*
M24	1.493 ^{ns}	4.411*	6.130*	5.539*
M25	1.237 ^{ns}	4.792*	7.301*	4.584*
M26	2.524*	1.927 ^{ns}	3.519*	1.821 ^{ns}
M27	3.443*	3.631*	9.114*	-3.554*
M28	0.000 ^{ns}	1.685 ^{ns}	3.186*	0.603 ^{ns}
M29	2.845*	1.133 ^{ns}	1.736 ^{ns}	2.204*
M30	0.049 ^{ns}	-0.927 ^{ns}	3.261*	-1.814 ^{ns}

APÊNDICE F – TESTE DE COMPARAÇÃO ENTRE DUAS PROPORÇÕES PARA OS ÍNDICES DE MASCULINIDADE DA POPULAÇÃO RURAL DA DEPRESSÃO CENTRAL POR FAIXA ETÁRIA

Município	GRUPOS DE IDADE			
	0-14	15-24	25-59	60 ou mais
M1	-0.568 ^{ns}	1.110 ^{ns}	4.960*	-3.366*
M2	0.177 ^{ns}	0.600 ^{ns}	2.847*	1.450 ^{ns}
M3	1.149 ^{ns}	4.045*	5.564*	0.119 ^{ns}
M4	2.219*	1.123 ^{ns}	1.484 ^{ns}	1.305 ^{ns}
M5	0.476 ^{ns}	1.428 ^{ns}	2.745*	0.707 ^{ns}
M6	2.178*	0.063 ^{ns}	5.051*	2.365*
M7	-0.407 ^{ns}	2.018*	6.290*	0.658 ^{ns}
M8	0.000 ^{ns}	4.596*	11.340*	1.732 ^{ns}
M9	-0.909 ^{ns}	1.313 ^{ns}	2.391*	1.008 ^{ns}
M10	-1.506 ^{ns}	0.712 ^{ns}	1.497 ^{ns}	-0.290 ^{ns}
M11	-0.166 ^{ns}	0.082 ^{ns}	1.844 ^{ns}	2.133*
M12	0.877 ^{ns}	1.502 ^{ns}	2.713*	-1.289 ^{ns}
M13	1.873 ^{ns}	1.134 ^{ns}	3.519*	0.658 ^{ns}
M14	1.257 ^{ns}	1.616 ^{ns}	2.373*	3.693*
M15	1.621 ^{ns}	0.123 ^{ns}	2.774*	3.233*
M16	0.575 ^{ns}	1.074 ^{ns}	2.270*	1.234 ^{ns}
M17	1.657 ^{ns}	3.837*	3.854*	-0.972 ^{ns}
M18	1.700 ^{ns}	1.723 ^{ns}	3.929*	2.914*
M19	0.077 ^{ns}	2.615*	4.254*	1.144 ^{ns}
M20	0.486 ^{ns}	1.782 ^{ns}	3.012*	0.738 ^{ns}
M21	2.458*	0.745 ^{ns}	2.601*	1.480 ^{ns}
M22	0.141 ^{ns}	0.806 ^{ns}	2.361*	0.840 ^{ns}
M23	2.044*	1.185 ^{ns}	1.158 ^{ns}	-1.230 ^{ns}
M24	1.040 ^{ns}	1.569 ^{ns}	2.817*	1.961*
M25	2.087*	0.911 ^{ns}	3.067*	-2.773*
M26	-0.919 ^{ns}	3.117*	1.921 ^{ns}	-1.946 ^{ns}
M27	0.594 ^{ns}	0.568 ^{ns}	2.049*	-0.777 ^{ns}
M28	1.141 ^{ns}	1.760 ^{ns}	3.996*	-1.465 ^{ns}
M29	1.116 ^{ns}	2.715*	4.915*	1.853 ^{ns}
M30	2.735*	0.325 ^{ns}	4.998*	0.769 ^{ns}
M31	-0.164 ^{ns}	1.185 ^{ns}	1.317 ^{ns}	-1.304 ^{ns}
M32	-0.313 ^{ns}	2.267*	2.421*	0.940 ^{ns}
M33	1.161 ^{ns}	0.864 ^{ns}	3.661*	0.387 ^{ns}
M34	0.826 ^{ns}	2.745*	6.236*	3.749*
M35	0.121 ^{ns}	2.069*	1.980*	1.905 ^{ns}
M36	0.489 ^{ns}	1.536 ^{ns}	3.462*	-1.915 ^{ns}
M37	-0.426 ^{ns}	1.622 ^{ns}	1.681 ^{ns}	-0.478 ^{ns}
M38	1.903 ^{ns}	-0.106 ^{ns}	3.449*	-0.046 ^{ns}
M39	0.881 ^{ns}	1.110 ^{ns}	3.621*	0.982 ^{ns}
M40	-0.410 ^{ns}	-0.943 ^{ns}	2.310*	-0.053 ^{ns}
M41	-0.619 ^{ns}	0.295 ^{ns}	1.907 ^{ns}	1.213 ^{ns}

APÊNDICE G – TESTE DE COMPARAÇÃO ENTRE DUAS PROPORÇÕES PARA OS ÍNDICES DE MASCULINIDADE DA POPULAÇÃO RURAL DO LITORAL NORTE POR FAIXA ETÁRIA

Município	GRUPOS DE IDADE			
	0-14	15-24	25-59	60 ou mais
M1	0.469 ^{ns}	0.000 ^{ns}	0.588 ^{ns}	1.021 ^{ns}
M2	-0.434 ^{ns}	-0.250 ^{ns}	0.768 ^{ns}	0.962 ^{ns}
M3	-1.443 ^{ns}	0.354 ^{ns}	1.476 ^{ns}	0.894 ^{ns}
M4	1.212 ^{ns}	0.120 ^{ns}	1.069 ^{ns}	0.471 ^{ns}
M5	0.835 ^{ns}	1.926 ^{ns}	2.364*	0.837 ^{ns}
M6	-0.568 ^{ns}	1.280 ^{ns}	2.602*	0.553 ^{ns}
M7	0.531 ^{ns}	1.085 ^{ns}	2.742*	-0.445 ^{ns}
M8	3.701*	3.132*	15.658*	2.191*
M9	2.207*	1.508 ^{ns}	0.980 ^{ns}	0.862 ^{ns}
M10	0.154 ^{ns}	1.117 ^{ns}	0.544 ^{ns}	-1.320 ^{ns}
M11	0.362 ^{ns}	-0.187 ^{ns}	1.440 ^{ns}	0.365 ^{ns}
M12	0.839 ^{ns}	0.575 ^{ns}	1.231 ^{ns}	0.000 ^{ns}
M13	1.504 ^{ns}	0.193 ^{ns}	2.520*	-1.476 ^{ns}
M14	1.147 ^{ns}	-2.121*	1.859 ^{ns}	-0.447 ^{ns}
M15	0.277 ^{ns}	1.000 ^{ns}	0.000 ^{ns}	#
M16	0.557 ^{ns}	1.871 ^{ns}	2.285*	-1.081 ^{ns}
M17	0.550 ^{ns}	2.059*	0.721 ^{ns}	0.737 ^{ns}

APÊNDICE H – TESTE DE COMPARAÇÃO ENTRE DUAS PROPORÇÕES PARA OS ÍNDICES DE MASCULINIDADE DA POPULAÇÃO RURAL DO LITORAL SUL POR FAIXA ETÁRIA

Município	GRUPOS DE IDADE			
	0-14	15-24	25-59	60 ou mais
M1	0.214 ^{ns}	1.298 ^{ns}	0.745 ^{ns}	0.853 ^{ns}
M2	-0.816 ^{ns}	1.333 ^{ns}	2.758*	2.343*
M3	0.813 ^{ns}	-0.166 ^{ns}	4.272*	1.625 ^{ns}
M4	2.580*	0.335 ^{ns}	1.974*	0.201 ^{ns}
M5	3.300*	1.703 ^{ns}	9.617*	6.038*
M6.	0.408 ^{ns}	4.911*	6.252*	2.852*
M7	0.989 ^{ns}	0.759 ^{ns}	3.730 ^{ns}	0.898 ^{ns}

APÊNDICE I – TESTE DE COMPARAÇÃO ENTRE DUAS PROPORÇÕES PARA OS ÍNDICES DE MASCULINIDADE DA POPULAÇÃO RURAL DAS COLÔNIAS VELHAS POR FAIXA ETÁRIA

Município	GRUPOS DE IDADE			
	0-14	15-24	25-59	60 ou mais
M1	1.054 ^{ns}	1.218 ^{ns}	2.735*	-1.290 ^{ns}
M2	-0.241 ^{ns}	1.052 ^{ns}	1.740 ^{ns}	1.054 ^{ns}
M3	-0.739 ^{ns}	2.513*	3.622*	-1.468 ^{ns}
M4	2.534*	2.734*	3.226*	-0.474 ^{ns}
M5	-0.626 ^{ns}	0.367 ^{ns}	1.029 ^{ns}	1.964*
M6	1.823 ^{ns}	2.100*	1.653 ^{ns}	-1.319 ^{ns}
M7	0.883 ^{ns}	2.080*	3.612*	-0.799 ^{ns}
M8	-0.498 ^{ns}	0.870 ^{ns}	4.384*	-0.825 ^{ns}
M9	2.222*	0.522 ^{ns}	5.853*	1.750 ^{ns}
M10	-0.147 ^{ns}	3.730*	4.389*	-3.320*
M11	0.868 ^{ns}	3.810*	3.583*	-2.209*
M12	1.187 ^{ns}	2.087*	3.281*	-1.414 ^{ns}
M13	0.557 ^{ns}	2.020*	0.601 ^{ns}	0.052 ^{ns}
M14	1.189 ^{ns}	-0.148 ^{ns}	4.922*	-0.895 ^{ns}
M15	0.272 ^{ns}	2.147*	4.138*	-1.884 ^{ns}
M16	0.652 ^{ns}	0.772 ^{ns}	1.328 ^{ns}	0.532 ^{ns}
M17	0.313 ^{ns}	0.391 ^{ns}	2.555*	-0.603 ^{ns}
M18	0.879 ^{ns}	1.798 ^{ns}	1.375 ^{ns}	-1.554 ^{ns}
M19	1.188 ^{ns}	1.283 ^{ns}	5.457*	-5.895*
M20	1.422 ^{ns}	-0.823 ^{ns}	1.645 ^{ns}	1.571 ^{ns}
M21	0.591 ^{ns}	1.554 ^{ns}	3.933*	-1.692 ^{ns}
M22	2.519*	1.406 ^{ns}	1.199 ^{ns}	0.585 ^{ns}
M23	1.166 ^{ns}	2.414*	3.127*	-1.344 ^{ns}
M24	0.671 ^{ns}	1.687 ^{ns}	4.723*	2.476*
M25	3.010*	0.333 ^{ns}	2.613*	-1.465 ^{ns}
M26	-0.170 ^{ns}	2.759*	1.770 ^{ns}	-2.050*
M27	1.892 ^{ns}	0.617 ^{ns}	0.147 ^{ns}	1.181 ^{ns}
M28	-0.606 ^{ns}	0.550 ^{ns}	2.965*	-2.923*
M29	-0.212 ^{ns}	2.311*	3.429*	-0.390 ^{ns}
M30	0.988 ^{ns}	1.281 ^{ns}	0.985 ^{ns}	-1.105 ^{ns}
M31	0.798 ^{ns}	0.737 ^{ns}	1.545 ^{ns}	-0.171 ^{ns}
M32	0.875 ^{ns}	2.495*	2.093*	-0.817 ^{ns}
M33	0.340 ^{ns}	9.527*	11.042*	-1.190 ^{ns}
M34	-1.280 ^{ns}	2.153*	2.568*	-2.041*
M35	3.389*	-0.194 ^{ns}	3.188*	-0.415 ^{ns}
M36	-0.174 ^{ns}	1.213 ^{ns}	0.647 ^{ns}	0.756 ^{ns}
M37	0.393 ^{ns}	2.313*	3.389*	-1.138 ^{ns}
M38	-0.178 ^{ns}	0.552 ^{ns}	1.864 ^{ns}	-0.060 ^{ns}
M39	-0.749 ^{ns}	1.901 ^{ns}	1.501 ^{ns}	-2.069*
M40	-0.784 ^{ns}	1.074 ^{ns}	0.727 ^{ns}	0.371 ^{ns}
M41	2.353*	-1.069 ^{ns}	2.200*	-0.816 ^{ns}
M42	1.567 ^{ns}	2.941*	2.319*	-3.674*
M43	-0.590 ^{ns}	0.791 ^{ns}	2.659*	-2.172*
M44	0.581 ^{ns}	2.678*	2.845*	-2.451*
M45	-0.994 ^{ns}	-1.483 ^{ns}	1.298 ^{ns}	-0.824 ^{ns}
M46	-0.315 ^{ns}	1.731 ^{ns}	1.172 ^{ns}	-2.915*

M47	1.677 ^{ns}	1.999*	3.369*	-1.712 ^{ns}
M48	0.000 ^{ns}	2.304*	4.269*	2.460*
M49	-0.780 ^{ns}	1.542 ^{ns}	1.964*	-1.295 ^{ns}
M50	1.835 ^{ns}	2.475*	2.544*	-1.863 ^{ns}
M51	2.412*	0.548 ^{ns}	0.577 ^{ns}	1.100 ^{ns}
M52	1.735 ^{ns}	2.296*	3.089*	1.517 ^{ns}
M53	1.100 ^{ns}	1.387 ^{ns}	2.133*	0.410 ^{ns}
M54	0.121 ^{ns}	1.388 ^{ns}	2.088*	0.603 ^{ns}
M55	-0.767 ^{ns}	0.732 ^{ns}	1.861 ^{ns}	-1.032 ^{ns}
M56	1.937 ^{ns}	3.698*	1.928 ^{ns}	-0.953 ^{ns}
M57	0.231 ^{ns}	-0.186 ^{ns}	1.793 ^{ns}	-0.590 ^{ns}
M58	0.639 ^{ns}	0.545 ^{ns}	2.600*	-0.237 ^{ns}
M59	1.219 ^{ns}	1.330 ^{ns}	4.082*	-0.968 ^{ns}
M60	0.310 ^{ns}	1.031 ^{ns}	1.628 ^{ns}	0.330 ^{ns}
M61	-0.457 ^{ns}	1.830 ^{ns}	1.487 ^{ns}	-0.585 ^{ns}
M62	1.980*	1.190 ^{ns}	1.374 ^{ns}	-0.286 ^{ns}
M63	-1.656 ^{ns}	0.489 ^{ns}	2.636*	-1.655 ^{ns}
M64	1.533 ^{ns}	0.568 ^{ns}	1.824 ^{ns}	0.907 ^{ns}
M65	1.240 ^{ns}	1.802 ^{ns}	3.110*	-0.589 ^{ns}
M66	2.822*	2.752*	0.615 ^{ns}	-1.892 ^{ns}
M67	1.326 ^{ns}	0.475 ^{ns}	4.047*	-1.349 ^{ns}
M68	1.134 ^{ns}	0.895 ^{ns}	4.016*	0.604 ^{ns}
M69	0.169 ^{ns}	0.928 ^{ns}	1.841 ^{ns}	-0.687 ^{ns}
M70	-0.429 ^{ns}	0.084 ^{ns}	0.933 ^{ns}	-0.800 ^{ns}
M71	-0.788 ^{ns}	0.577 ^{ns}	2.391*	0.000 ^{ns}
M72	-0.937 ^{ns}	1.960*	1.122 ^{ns}	-0.317 ^{ns}
M73	2.440*	0.612 ^{ns}	1.561 ^{ns}	-1.409 ^{ns}
M74	1.352 ^{ns}	-0.056 ^{ns}	1.606 ^{ns}	-1.762 ^{ns}
M75	0.000 ^{ns}	1.543 ^{ns}	2.095*	-0.438 ^{ns}
M76	-0.060 ^{ns}	1.321 ^{ns}	2.518*	-1.457 ^{ns}
M77	1.164 ^{ns}	11.324*	11.761*	0.819 ^{ns}
M78	0.590 ^{ns}	2.611*	1.833 ^{ns}	-0.686 ^{ns}
M79	1.650 ^{ns}	0.422 ^{ns}	0.376 ^{ns}	-0.627 ^{ns}
M80	0.589 ^{ns}	-0.272 ^{ns}	2.325*	-0.227 ^{ns}
M81	0.092 ^{ns}	1.206 ^{ns}	1.983*	-0.566 ^{ns}
M82	-0.265 ^{ns}	0.542 ^{ns}	0.708 ^{ns}	-1.463 ^{ns}
M83	1.411 ^{ns}	2.985*	3.887*	-3.067*
M84	1.613 ^{ns}	1.793 ^{ns}	1.923 ^{ns}	-1.572 ^{ns}
M85	-0.529 ^{ns}	-0.046 ^{ns}	0.600 ^{ns}	0.951 ^{ns}
M86	0.598 ^{ns}	2.183*	1.916 ^{ns}	-0.742 ^{ns}
M87	1.126 ^{ns}	-0.040 ^{ns}	3.218*	0.384 ^{ns}
M88	-0.866 ^{ns}	1.389 ^{ns}	3.663*	-1.564 ^{ns}
M89	-0.753 ^{ns}	1.444 ^{ns}	2.375*	-1.957 ^{ns}
M90	0.229 ^{ns}	1.682 ^{ns}	2.331*	-1.879 ^{ns}
M91	1.382 ^{ns}	2.934*	3.046*	1.170 ^{ns}
M92	1.661 ^{ns}	1.297 ^{ns}	2.960*	-2.297*
M93	0.579 ^{ns}	1.274 ^{ns}	1.131 ^{ns}	-1.656 ^{ns}
M94	-1.441 ^{ns}	1.228 ^{ns}	0.928 ^{ns}	0.369 ^{ns}
M95	0.711 ^{ns}	2.200*	2.706*	0.222 ^{ns}
M96	0.154 ^{ns}	1.197 ^{ns}	3.143*	-0.761 ^{ns}
M97	-0.239 ^{ns}	1.000 ^{ns}	1.504 ^{ns}	-1.026 ^{ns}
M98	1.687 ^{ns}	1.102 ^{ns}	3.305*	0.902 ^{ns}
M99	0.871 ^{ns}	0.074 ^{ns}	2.527*	-0.613 ^{ns}
M100	1.804 ^{ns}	-0.409 ^{ns}	2.762*	0.770 ^{ns}

M101	2.131*	-0.948 ^{ns}	1.048 ^{ns}	-0.623 ^{ns}
M102	0.665 ^{ns}	2.461*	2.686*	-1.055 ^{ns}
M103	0.362 ^{ns}	0.189 ^{ns}	4.006*	-0.572 ^{ns}
M104	1.219 ^{ns}	0.618 ^{ns}	3.732*	0.119 ^{ns}
M105	0.519 ^{ns}	2.266*	2.792*	-1.064 ^{ns}
M106	0.561 ^{ns}	1.389 ^{ns}	0.489 ^{ns}	-0.550 ^{ns}
M107	-1.026 ^{ns}	3.086*	3.992*	0.681 ^{ns}
M108	1.465 ^{ns}	1.958 ^{ns}	2.538*	-2.601*
M109	0.529 ^{ns}	2.734*	3.412*	1.160 ^{ns}
M110	0.884 ^{ns}	2.091*	4.072*	-1.089 ^{ns}
M111	1.316 ^{ns}	2.272*	1.766 ^{ns}	-1.466 ^{ns}
M112	0.931 ^{ns}	5.340*	6.577*	-5.496*
M113	0.342 ^{ns}	0.332 ^{ns}	3.189*	-2.403*
M114	1.080 ^{ns}	0.937 ^{ns}	2.709*	0.297 ^{ns}
M115	-0.744 ^{ns}	1.743 ^{ns}	3.096*	-2.135*
M116	1.916 ^{ns}	0.000 ^{ns}	2.176*	-0.813 ^{ns}
M117	1.936 ^{ns}	1.074 ^{ns}	2.231*	-0.843 ^{ns}
M118	0.139 ^{ns}	0.561 ^{ns}	0.968 ^{ns}	0.335 ^{ns}
M119	0.539 ^{ns}	-0.202 ^{ns}	1.538 ^{ns}	0.064 ^{ns}
M120	0.000 ^{ns}	-1.528 ^{ns}	3.199*	-1.619 ^{ns}
M121	0.764 ^{ns}	0.443 ^{ns}	1.078 ^{ns}	-1.058 ^{ns}
M122	1.629 ^{ns}	-0.229 ^{ns}	2.335*	-2.261*
M123	0.513 ^{ns}	1.941 ^{ns}	1.848 ^{ns}	0.451 ^{ns}
M124	1.904 ^{ns}	1.426 ^{ns}	2.629*	-1.077 ^{ns}
M125	1.949 ^{ns}	0.990 ^{ns}	2.078*	-0.928 ^{ns}
M126	1.148 ^{ns}	-1.026 ^{ns}	3.864*	0.961 ^{ns}
M127	-1.117 ^{ns}	-1.483 ^{ns}	0.878 ^{ns}	0.535 ^{ns}
M128	0.702 ^{ns}	1.832 ^{ns}	3.696*	-0.359 ^{ns}
M129	2.910*	2.795*	2.014*	-0.956 ^{ns}
M130	1.547 ^{ns}	1.969*	2.165*	0.113 ^{ns}
M131	1.679 ^{ns}	3.647*	4.977*	-2.500*
M132	0.695 ^{ns}	0.992 ^{ns}	2.734*	0.101 ^{ns}
M133	1.877 ^{ns}	2.007*	1.156 ^{ns}	-0.095 ^{ns}
M134	2.154*	2.071*	4.199*	1.424 ^{ns}
M135	1.410 ^{ns}	2.333*	1.657 ^{ns}	0.310 ^{ns}
M136	-0.412 ^{ns}	0.686 ^{ns}	2.329*	-2.046*
M137	-0.132 ^{ns}	2.380*	1.368 ^{ns}	-0.447 ^{ns}
M138	0.291 ^{ns}	1.548 ^{ns}	2.291*	-0.406 ^{ns}
M139	1.864 ^{ns}	1.913 ^{ns}	1.071 ^{ns}	-0.186 ^{ns}
M140	-0.069 ^{ns}	2.457*	2.917*	-0.873 ^{ns}
M141	1.129 ^{ns}	1.906 ^{ns}	3.245*	-4.671*
M142	-0.513 ^{ns}	2.069*	1.046 ^{ns}	-1.124 ^{ns}
M143	0.690 ^{ns}	1.018 ^{ns}	1.722 ^{ns}	0.000 ^{ns}
M144	4.018*	3.999*	6.469*	-4.845*
M145	0.836 ^{ns}	1.954 ^{ns}	2.646*	-5.072*
M146	1.262 ^{ns}	3.667*	2.584*	-1.851 ^{ns}
M147	0.889 ^{ns}	1.058 ^{ns}	3.011*	-1.163 ^{ns}
M148	-0.655 ^{ns}	1.427 ^{ns}	1.735 ^{ns}	-2.431*
M149	-0.475 ^{ns}	3.005*	1.684 ^{ns}	-1.919 ^{ns}
M150	-0.801 ^{ns}	2.611*	2.995*	-1.769 ^{ns}
M151	-0.865 ^{ns}	2.314*	1.030 ^{ns}	-1.331 ^{ns}

APÊNDICE J – TESTE DE COMPARAÇÃO ENTRE DUAS PROPORÇÕES PARA OS ÍNDICES DE MASCULINIZADADE DA POPULAÇÃO RURAL DOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA POR FAIXA ETÁRIA

Município	GRUPOS DE IDADE			
	0-14	15-24	25-59	60 ou mais
M1	0.840 ^{ns}	2.616*	3.684*	3.230*
M2	1.518 ^{ns}	0.864 ^{ns}	2.363*	1.200 ^{ns}
M3	0.115 ^{ns}	0.722 ^{ns}	2.809*	1.439 ^{ns}
M4	0.242 ^{ns}	2.449*	1.377 ^{ns}	1.340 ^{ns}
M5	0.370 ^{ns}	4.704*	3.354*	-0.082 ^{ns}
M6	2.006*	2.804*	2.078*	1.204 ^{ns}
M7	0.599 ^{ns}	0.000 ^{ns}	3.007*	0.553 ^{ns}
M8	0.455 ^{ns}	1.868 ^{ns}	0.331 ^{ns}	1.833 ^{ns}
M9	1.282 ^{ns}	1.873 ^{ns}	6.083*	3.190*
M10	-0.577 ^{ns}	1.737 ^{ns}	3.272*	1.808 ^{ns}
M11	0.000 ^{ns}	1.929 ^{ns}	6.630*	5.099*
M12	0.913 ^{ns}	2.566*	2.502*	1.849 ^{ns}
M13	2.292*	2.382*	2.711*	2.135*

APÊNDICE K – TESTE DE COMPARAÇÃO ENTRE DUAS PROPORÇÕES PARA OS ÍNDICES DE MASCULINIDADE DA POPULAÇÃO RURAL DAS COLÔNIAS NOVAS POR FAIXA ETÁRIA

Município	GRUPOS DE IDADE			
	0-14	15-24	25-59	60 ou mais
M1	1.369 ^{ns}	1.775 ^{ns}	1.482 ^{ns}	1.114 ^{ns}
M2	0.202 ^{ns}	2.949*	1.457 ^{ns}	-0.679 ^{ns}
M3	1.838 ^{ns}	1.887 ^{ns}	2.343*	-1.469 ^{ns}
M4	0.271 ^{ns}	2.400*	2.235*	-1.016 ^{ns}
M5	1.599 ^{ns}	0.740 ^{ns}	2.863*	0.657 ^{ns}
M6	2.350*	2.730*	3.132*	-1.660 ^{ns}
M7	0.811 ^{ns}	2.065*	0.184 ^{ns}	-0.442 ^{ns}
M8	0.416 ^{ns}	1.444 ^{ns}	2.107*	-1.984*
M9	1.635 ^{ns}	3.252*	3.346*	-0.486 ^{ns}
M10	-0.289 ^{ns}	1.735 ^{ns}	1.721 ^{ns}	0.860 ^{ns}
M11	0.901 ^{ns}	1.476 ^{ns}	0.071 ^{ns}	0.259 ^{ns}
M12	1.786 ^{ns}	2.977*	1.733 ^{ns}	-0.500 ^{ns}
M13	1.526 ^{ns}	-0.246 ^{ns}	0.411 ^{ns}	-1.080 ^{ns}
M14	2.040*	-0.529 ^{ns}	2.324*	-0.623 ^{ns}
M15	0.527 ^{ns}	1.094 ^{ns}	0.161 ^{ns}	0.000 ^{ns}
M16	1.394 ^{ns}	2.457*	0.320 ^{ns}	0.781 ^{ns}
M17	-1.057 ^{ns}	0.191 ^{ns}	1.007 ^{ns}	0.905 ^{ns}
M18	1.787 ^{ns}	0.130 ^{ns}	1.323 ^{ns}	0.625 ^{ns}
M19	-0.506 ^{ns}	1.503 ^{ns}	0.133 ^{ns}	0.093 ^{ns}
M20	1.562 ^{ns}	1.283 ^{ns}	2.984*	-1.207 ^{ns}
M21	-0.110 ^{ns}	2.620*	1.974*	-1.951 ^{ns}
M22	-0.405 ^{ns}	0.412 ^{ns}	0.452 ^{ns}	0.061 ^{ns}
M23	0.310 ^{ns}	0.657 ^{ns}	1.085 ^{ns}	0.295 ^{ns}
M24	1.317 ^{ns}	1.977*	2.452*	-2.496*
M25	0.925 ^{ns}	0.862 ^{ns}	2.391*	-1.388 ^{ns}
M26	0.900 ^{ns}	2.568*	3.528*	-1.021 ^{ns}
M27	0.854 ^{ns}	0.251 ^{ns}	1.783 ^{ns}	-0.523 ^{ns}
M28	1.406 ^{ns}	1.818 ^{ns}	2.615*	-1.440 ^{ns}
M29	0.218 ^{ns}	1.688 ^{ns}	1.858 ^{ns}	-1.173 ^{ns}
M30	0.516 ^{ns}	1.138 ^{ns}	0.633 ^{ns}	-1.981*
M31	-1.577 ^{ns}	0.368 ^{ns}	1.966*	-1.451 ^{ns}
M32	-0.656 ^{ns}	1.923 ^{ns}	2.342*	-1.918 ^{ns}
M33	0.000 ^{ns}	-0.310 ^{ns}	1.206 ^{ns}	-0.816 ^{ns}
M34	0.316 ^{ns}	1.366 ^{ns}	1.219 ^{ns}	-0.310 ^{ns}
M35	0.425 ^{ns}	-0.378 ^{ns}	1.171 ^{ns}	1.183 ^{ns}
M36	2.553*	2.368*	2.726*	0.163 ^{ns}
M37	1.185 ^{ns}	1.142 ^{ns}	2.227*	-0.056 ^{ns}
M38	0.845 ^{ns}	2.057*	1.627 ^{ns}	-0.111 ^{ns}
M39	0.042 ^{ns}	0.870 ^{ns}	0.428 ^{ns}	1.373 ^{ns}
M40	-0.616 ^{ns}	0.134 ^{ns}	1.750 ^{ns}	0.616 ^{ns}
M41	0.211 ^{ns}	-0.614 ^{ns}	1.364 ^{ns}	-1.224 ^{ns}
M42	-0.808 ^{ns}	-0.975 ^{ns}	0.668 ^{ns}	-1.000 ^{ns}
M43	0.654 ^{ns}	0.157 ^{ns}	1.938 ^{ns}	1.131 ^{ns}
M44	1.291 ^{ns}	2.399*	0.742 ^{ns}	-0.555 ^{ns}
M45	0.476 ^{ns}	0.472 ^{ns}	1.635 ^{ns}	-0.378 ^{ns}
M46	1.833 ^{ns}	0.993 ^{ns}	2.321*	-0.355 ^{ns}

M47	1.407 ^{ns}	0.986 ^{ns}	1.983*	1.617 ^{ns}
M48	1.066 ^{ns}	1.319 ^{ns}	0.327 ^{ns}	0.803 ^{ns}
M49	-0.213 ^{ns}	0.068 ^{ns}	1.336 ^{ns}	-0.201 ^{ns}
M50	1.852 ^{ns}	2.558*	3.148*	-1.541 ^{ns}
M51	1.986*	2.981*	2.490*	-0.783 ^{ns}
M52	0.250 ^{ns}	0.147 ^{ns}	1.115 ^{ns}	-1.328 ^{ns}
M53	0.521 ^{ns}	0.622 ^{ns}	0.417 ^{ns}	-0.896 ^{ns}
M54	1.783 ^{ns}	1.565 ^{ns}	2.285*	-1.261 ^{ns}
M55	-0.400 ^{ns}	2.535*	1.190 ^{ns}	-1.054 ^{ns}
M56	0.202 ^{ns}	0.732 ^{ns}	1.104 ^{ns}	-0.991 ^{ns}
M57	-1.756 ^{ns}	1.275 ^{ns}	0.065 ^{ns}	-0.622 ^{ns}
M58	1.579 ^{ns}	2.141*	2.171*	-0.858 ^{ns}
M59	-0.690 ^{ns}	2.608*	1.610 ^{ns}	0.311 ^{ns}
M60	1.754 ^{ns}	0.786 ^{ns}	0.556 ^{ns}	0.775 ^{ns}
M61	-0.130 ^{ns}	0.971 ^{ns}	0.429 ^{ns}	-0.974 ^{ns}
M62	1.524 ^{ns}	1.182 ^{ns}	0.844 ^{ns}	1.051 ^{ns}
M63	0.385 ^{ns}	1.730 ^{ns}	1.228 ^{ns}	2.700*
M64	1.682 ^{ns}	1.469 ^{ns}	2.919*	-1.287 ^{ns}
M65	0.596 ^{ns}	1.398 ^{ns}	1.912 ^{ns}	1.098 ^{ns}
M66	0.900 ^{ns}	2.820*	2.146*	-2.004*
M67	0.665 ^{ns}	2.329*	1.813 ^{ns}	-0.866 ^{ns}
M68	2.177*	0.538 ^{ns}	1.806 ^{ns}	0.747 ^{ns}
M69	2.610*	2.936*	1.612 ^{ns}	-0.450 ^{ns}
M70	1.347 ^{ns}	-1.202 ^{ns}	0.806 ^{ns}	0.233 ^{ns}
M71	0.743 ^{ns}	1.442 ^{ns}	3.110*	0.360 ^{ns}
M72	0.063 ^{ns}	1.115 ^{ns}	1.491 ^{ns}	-2.017*
M73	0.049 ^{ns}	3.042*	1.291 ^{ns}	-1.723 ^{ns}
M74	0.949 ^{ns}	-0.487 ^{ns}	1.648 ^{ns}	0.967 ^{ns}
M75	-0.092 ^{ns}	1.260 ^{ns}	1.152 ^{ns}	-0.379 ^{ns}
M76	1.494 ^{ns}	3.213*	1.850 ^{ns}	-0.974 ^{ns}
M77	-1.488 ^{ns}	0.133 ^{ns}	0.878 ^{ns}	-1.018 ^{ns}
M78	3.080*	-0.048 ^{ns}	2.054*	-1.868 ^{ns}
M79	0.418 ^{ns}	1.627 ^{ns}	2.902*	-2.251*
M80	0.097 ^{ns}	2.237*	1.572 ^{ns}	0.856 ^{ns}
M81	0.113 ^{ns}	0.362 ^{ns}	0.652 ^{ns}	0.478 ^{ns}
M82	-0.184 ^{ns}	0.743 ^{ns}	1.978*	-0.329 ^{ns}
M83	1.628 ^{ns}	1.079 ^{ns}	0.397 ^{ns}	1.074 ^{ns}
M84	1.223 ^{ns}	1.302 ^{ns}	1.440 ^{ns}	0.593 ^{ns}
M85	-0.368 ^{ns}	2.671*	0.421 ^{ns}	-0.101 ^{ns}
M86	0.000 ^{ns}	2.968*	1.249 ^{ns}	-0.049 ^{ns}
M87	-0.939 ^{ns}	3.232*	2.004*	0.080 ^{ns}
M88	2.940*	1.729 ^{ns}	1.645 ^{ns}	-1.029 ^{ns}
M89	0.364 ^{ns}	0.984 ^{ns}	1.830 ^{ns}	-0.310 ^{ns}
M90	-0.289 ^{ns}	1.154 ^{ns}	0.598 ^{ns}	-0.496 ^{ns}
M91	0.955 ^{ns}	2.121*	1.600 ^{ns}	-0.638 ^{ns}
M92	0.663 ^{ns}	0.286 ^{ns}	1.304 ^{ns}	2.018*
M93	-1.038 ^{ns}	0.451 ^{ns}	2.312*	-0.346 ^{ns}
M94	0.156 ^{ns}	0.812 ^{ns}	1.543 ^{ns}	0.000 ^{ns}
M95	2.106*	0.940 ^{ns}	1.251 ^{ns}	1.597 ^{ns}
M96	2.160*	2.462*	1.385 ^{ns}	-0.200 ^{ns}
M97	0.282 ^{ns}	0.245 ^{ns}	2.106*	-1.345 ^{ns}
M98	1.797 ^{ns}	0.820 ^{ns}	1.723 ^{ns}	0.418 ^{ns}
M99	1.269 ^{ns}	-0.365 ^{ns}	2.379*	0.181 ^{ns}
M100	0.371 ^{ns}	1.272 ^{ns}	1.241 ^{ns}	0.294 ^{ns}

M101	1.035 ^{ns}	2.805*	2.056*	-1.891 ^{ns}
M102	1.530 ^{ns}	0.818 ^{ns}	0.630 ^{ns}	-1.055 ^{ns}
M103	1.770 ^{ns}	1.026 ^{ns}	0.686 ^{ns}	-2.624*
M104	0.319 ^{ns}	1.575 ^{ns}	2.065*	0.617 ^{ns}
M105	0.993 ^{ns}	1.002 ^{ns}	3.544*	-3.653*
M106	-1.118 ^{ns}	2.647*	1.301 ^{ns}	-0.491 ^{ns}
M107	1.130 ^{ns}	2.335*	1.646 ^{ns}	0.462 ^{ns}
M108	0.400 ^{ns}	0.456 ^{ns}	0.352 ^{ns}	1.132 ^{ns}
M109	1.172 ^{ns}	1.548 ^{ns}	1.781 ^{ns}	-0.802 ^{ns}
M110	-1.151 ^{ns}	0.581 ^{ns}	2.009*	-0.995 ^{ns}
M111	0.380 ^{ns}	2.188*	0.724 ^{ns}	0.000 ^{ns}
M112	1.811 ^{ns}	1.926 ^{ns}	2.041*	1.751 ^{ns}
M113	1.576 ^{ns}	1.506 ^{ns}	2.107*	-1.326 ^{ns}
M114	0.052 ^{ns}	0.771 ^{ns}	-0.345 ^{ns}	1.089 ^{ns}
M115	0.964 ^{ns}	2.528*	1.857 ^{ns}	-1.486 ^{ns}
M116	-0.538 ^{ns}	0.220 ^{ns}	2.079*	-0.103 ^{ns}
M117	1.330 ^{ns}	1.352 ^{ns}	1.805 ^{ns}	0.665 ^{ns}
M118	-1.035 ^{ns}	2.652*	1.254 ^{ns}	-0.956 ^{ns}
M119	0.793 ^{ns}	1.416 ^{ns}	2.654*	0.072 ^{ns}
M120	-0.038 ^{ns}	-0.874 ^{ns}	1.724 ^{ns}	-0.782 ^{ns}
M121	-0.117 ^{ns}	0.771 ^{ns}	2.116*	-0.302 ^{ns}
M122	-0.089 ^{ns}	-1.081 ^{ns}	1.967*	-0.143 ^{ns}
M123	-0.830 ^{ns}	0.469 ^{ns}	1.986*	-1.272 ^{ns}
M124	2.127*	1.481 ^{ns}	1.771 ^{ns}	0.000 ^{ns}
M125	-0.975 ^{ns}	0.168 ^{ns}	1.959 ^{ns}	-0.628 ^{ns}
M126	-1.054 ^{ns}	1.091 ^{ns}	2.682*	-0.217 ^{ns}
M127	-0.384 ^{ns}	0.392 ^{ns}	2.407*	-1.048 ^{ns}
M128	-0.910 ^{ns}	2.644*	2.058*	-1.652 ^{ns}
M129	1.477 ^{ns}	3.081*	1.742 ^{ns}	-0.820 ^{ns}
M130	1.839 ^{ns}	1.692 ^{ns}	3.198*	-1.275 ^{ns}
M131	0.980 ^{ns}	1.021 ^{ns}	1.185 ^{ns}	-0.506 ^{ns}
M132	0.373 ^{ns}	-1.104 ^{ns}	0.000 ^{ns}	-1.957 ^{ns}
M133	0.529 ^{ns}	1.206 ^{ns}	2.473*	-0.144 ^{ns}
M134	2.240*	1.199 ^{ns}	3.673*	-0.532 ^{ns}
M135	0.798 ^{ns}	2.153*	1.897 ^{ns}	-1.372 ^{ns}
M136	2.048*	1.455 ^{ns}	2.316*	1.151 ^{ns}
M137	0.396 ^{ns}	1.628 ^{ns}	1.211 ^{ns}	-0.354 ^{ns}
M138	0.194 ^{ns}	1.661 ^{ns}	1.313 ^{ns}	-0.809 ^{ns}
M139	3.318*	0.357 ^{ns}	1.727 ^{ns}	-1.547 ^{ns}
M140	2.335*	4.049*	3.889*	-0.984 ^{ns}
M141	0.100 ^{ns}	1.896 ^{ns}	0.912 ^{ns}	-0.810 ^{ns}
M142	0.925 ^{ns}	3.525*	1.791 ^{ns}	-2.338*
M143	0.645 ^{ns}	1.088 ^{ns}	1.222 ^{ns}	-0.647 ^{ns}
M144	2.387*	1.543 ^{ns}	0.524 ^{ns}	-0.079 ^{ns}
M145	1.262 ^{ns}	2.355*	1.359 ^{ns}	-0.913 ^{ns}
M146	0.638 ^{ns}	0.550 ^{ns}	3.390*	0.950 ^{ns}
M147	0.038 ^{ns}	2.874*	2.961*	0.422 ^{ns}
M148	-0.966 ^{ns}	0.961 ^{ns}	0.783 ^{ns}	-0.209 ^{ns}
M149	0.269 ^{ns}	1.109 ^{ns}	1.524 ^{ns}	0.293 ^{ns}
M150	1.314 ^{ns}	0.220 ^{ns}	0.682 ^{ns}	-0.054 ^{ns}

APÊNDICE L – TESTE DE COMPARAÇÃO ENTRE DUAS PROPORÇÕES PARA OS ÍNDICES DE MASCULINIDADE DA POPULAÇÃO RURAL DO PLANALTO POR FAIXA ETÁRIA

Município	GRUPOS DE IDADE			
	0-14	15-24	25-59	60 ou mais
M1	1.185 ^{ns}	0.744 ^{ns}	0.771 ^{ns}	0.000 ^{ns}
M2	-0.465 ^{ns}	0.364 ^{ns}	1.750 ^{ns}	-1.242 ^{ns}
M3	2.842*	2.944*	3.402*	-2.106*
M4	0.652 ^{ns}	0.348 ^{ns}	2.286*	1.019 ^{ns}
M5	1.966*	-0.476 ^{ns}	1.668 ^{ns}	0.693 ^{ns}
M6	0.607 ^{ns}	2.794*	4.793*	5.395*
M7	2.391*	2.865*	0.918 ^{ns}	1.440 ^{ns}
M8	1.099 ^{ns}	1.921 ^{ns}	1.277 ^{ns}	1.392 ^{ns}
M9	-1.068 ^{ns}	1.533 ^{ns}	3.793*	2.693*
M10	0.279 ^{ns}	1.050 ^{ns}	1.246 ^{ns}	0.567 ^{ns}
M11	2.436*	2.253*	1.740 ^{ns}	0.625 ^{ns}
M12	0.825 ^{ns}	1.781 ^{ns}	0.034 ^{ns}	-1.242 ^{ns}
M13	-0.938 ^{ns}	-0.555 ^{ns}	2.206*	-0.099 ^{ns}
M14	1.147 ^{ns}	3.103*	3.533*	-0.059 ^{ns}
M15	1.782 ^{ns}	1.522 ^{ns}	2.532*	0.620 ^{ns}
M16	-0.327 ^{ns}	0.605 ^{ns}	1.260 ^{ns}	1.485 ^{ns}
M17	1.552 ^{ns}	1.236 ^{ns}	1.569 ^{ns}	-0.114 ^{ns}
M18	0.930 ^{ns}	1.836 ^{ns}	2.858*	1.013 ^{ns}
M19	-0.124 ^{ns}	0.046 ^{ns}	3.992*	-0.693 ^{ns}
M20	-0.781 ^{ns}	-0.187 ^{ns}	1.667 ^{ns}	0.000 ^{ns}
M21	1.367 ^{ns}	0.997 ^{ns}	2.751*	2.325*
M22	1.215 ^{ns}	2.184*	2.580*	1.353 ^{ns}
M23	0.466 ^{ns}	0.537 ^{ns}	1.957 ^{ns}	1.321 ^{ns}
M24	0.774 ^{ns}	1.667 ^{ns}	1.287 ^{ns}	-1.225 ^{ns}
M25	2.627*	2.178*	2.403*	4.148*
M26	-0.045 ^{ns}	1.066 ^{ns}	1.895 ^{ns}	0.686 ^{ns}
M27	0.376 ^{ns}	1.534 ^{ns}	3.597*	1.561 ^{ns}
M28	2.791*	1.938 ^{ns}	4.553*	0.213 ^{ns}
M29	0.242 ^{ns}	-0.178 ^{ns}	4.730*	0.049 ^{ns}
M30	-0.091 ^{ns}	-0.368 ^{ns}	-0.646 ^{ns}	-0.862 ^{ns}
M31	0.494 ^{ns}	2.507*	2.662*	0.374 ^{ns}
M32	0.705 ^{ns}	0.442 ^{ns}	0.737 ^{ns}	1.032 ^{ns}
M33	2.084*	0.757 ^{ns}	0.734 ^{ns}	-1.627 ^{ns}
M34	0.348 ^{ns}	-0.322 ^{ns}	1.765 ^{ns}	-1.242 ^{ns}
M35	1.547 ^{ns}	2.100*	2.842*	0.193 ^{ns}
M36	2.437*	1.450 ^{ns}	1.951 ^{ns}	0.904 ^{ns}
M37	0.709 ^{ns}	2.319*	3.269*	1.962*
M38	-1.174 ^{ns}	2.085*	0.206 ^{ns}	0.535 ^{ns}
M39	0.562 ^{ns}	2.510*	1.029 ^{ns}	1.114 ^{ns}
M40	1.177 ^{ns}	0.562 ^{ns}	0.843 ^{ns}	-1.302 ^{ns}
M41	0.144 ^{ns}	1.615 ^{ns}	0.674 ^{ns}	1.190 ^{ns}
M42	2.116*	1.132 ^{ns}	2.106*	1.769 ^{ns}
M43	1.768 ^{ns}	0.405 ^{ns}	0.779 ^{ns}	0.148 ^{ns}
M44	0.000 ^{ns}	0.475 ^{ns}	5.066*	1.844 ^{ns}
M45	-0.554 ^{ns}	1.047 ^{ns}	1.093 ^{ns}	0.755 ^{ns}

M46	1.441 ^{ns}	2.278*	5.570*	1.807 ^{ns}
M47	1.243 ^{ns}	0.670 ^{ns}	3.022*	2.088*
M48	2.305*	-0.089 ^{ns}	1.651 ^{ns}	1.105 ^{ns}
M49	0.115 ^{ns}	2.575*	4.433*	3.214*
M50	2.855*	1.894 ^{ns}	7.459*	2.303*
M51	2.221*	2.985*	2.999*	1.821 ^{ns}
M52	0.111 ^{ns}	0.430 ^{ns}	0.173 ^{ns}	-0.169 ^{ns}
M53	1.290 ^{ns}	-0.109 ^{ns}	0.794 ^{ns}	-1.819 ^{ns}
M54	0.855 ^{ns}	1.230 ^{ns}	3.201*	2.650*
M55	1.510 ^{ns}	1.285 ^{ns}	-0.515 ^{ns}	-1.935 ^{ns}
M56	0.361 ^{ns}	0.553 ^{ns}	2.431*	0.132 ^{ns}
M57	1.865 ^{ns}	2.693*	2.782*	0.323 ^{ns}
M58	-0.477 ^{ns}	-0.320 ^{ns}	6.350*	2.453*
M59	2.421*	0.873 ^{ns}	0.662 ^{ns}	-1.424 ^{ns}
M60	-0.783 ^{ns}	1.438 ^{ns}	0.115 ^{ns}	1.863 ^{ns}
M61	1.444 ^{ns}	-1.121 ^{ns}	1.564 ^{ns}	-1.159 ^{ns}
M62	1.389 ^{ns}	1.837 ^{ns}	0.731 ^{ns}	2.071*

ANEXOS

ANEXO A – ÍNDICES DE MASCULINIDADE DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL LATINOAMERICANA DE 1970 A 2025

Cuadro 13e / Table 13e
AMÉRICA LATINA: INDICADORES DEMOGRÁFICOS DE LA POBLACIÓN URBANA Y RURAL
LATIN AMERICA: DEMOGRAPHIC INDICATORS OF URBAN AND RURAL POPULATION
1970-2025

Área, sexo y grupos de edades / <i>Area, sex and age groups</i>	Años / Years											
	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2020	2025
Relación de masculinidad (por cien) / <i>Sex ratio (per cent)</i>												
Total	100.0	99.8	99.5	99.1	98.7	98.3	98.0	97.8	97.6	97.5	97.4	97.2
Urbano / <i>Urban</i>	95.3	95.5	95.6	95.5	95.4	95.4	95.4	95.4	95.3	95.3	95.2	95.1
Rural	106.5	107.0	107.1	107.1	107.2	106.8	106.7	106.8	107.0	107.3	107.7	108.1
Porcentaje de urbanización / <i>Urbanization percentage</i>	56.5	61.1	65.1	67.8	70.6	73.2	75.8	77.8	79.5	80.8	81.9	82.8

Fonte: CELADE, 2005, p.40 .

ANEXO B – ÍNDICES DE MASCULINIDADE DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL DO BRASIL DE 1970 A 2025

Cuadro 16e / Table 16e
BRASIL: INDICADORES DEMOGRÁFICOS DE LA POBLACIÓN URBANA Y RURAL
BRAZIL: DEMOGRAPHIC INDICATORS OF URBAN AND RURAL POPULATION
1970-2025

Área, sexo y grupos de edades / Area, sex and age groups	Años / Years											
	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2020	2025
Distribución porcentual / Percentage distribution												
Relación de masculinidad (por cien) / Sex ratio (per cent)												
Total	99.7	99.6	99.6	99.2	98.8	98.3	97.9	97.6	97.3	97.1	96.9	96.7
Urbano / Urban	95.7	96.2	96.7	96.3	95.9	95.5	95.3	95.1	94.9	94.8	94.6	94.4
Rural	104.3	105.1	105.7	106.6	107.8	108.6	110.0	111.0	112.0	112.9	113.7	114.3
Porcentaje de urbanización / Urbanization percentage	52.7	60.7	67.1	71.0	74.7	77.9	81.2	83.4	85.0	86.2	87.0	87.6

Fonte: CELADE, 2005, p.64.

